

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação

2. Resumo mão de obra

3. Produtividades

4. Encarregado de Jardinagem

5. Jardineiro

6. Auxiliar de Jardinagem

7. Operador de micro trator

8. Operador de Roçadeira Costal

9. Operador de Motosserra

10. Motorista

11. Engenheiro Agrônomo

12. Material de Consumo

13. Insumos

14. Insumo de Jardinagem

15. Ferramentas

16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

19. Plantas

20. Sementes

21. EPI

22. Uniformes

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO			PREÇO MENSAL ESTIMADO		PREÇO ANUAL ESTIMADO
1	1	Prestação de Serviços de Jardinagem – outros serviços – produtividade.			R\$	342.188,49	R\$ 4.106.261,88
	2	Prestação de Serviços – Postos de Trabalho			R\$	70.859,75	R\$ 850.317,00
	3	Material + Insumo + Ferramentas/Equipamentos e Máquinas			R\$	101.583,50	R\$ 1.219.002,00
	4	*** Vasos + Flores e Sementes + Produtos não Previstos			R\$	16.000,00	R\$ 192.000,00
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (MÃO DE OBRA + MATERIAIS/EQUIPAMENTOS + VASOS/FLORES)					R\$	530.631,74	R\$ 6.367.580,88

GRUPO	ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	PREÇO MENSAL ESTIMADO		PREÇO TOTAL	
1	1	M²	1. ÁREA VERDE	644.036 m²	R\$	311.523,52	R\$ 3.738.282,24	
			2. ÁREA PAVIMENTADA	164.109m²	R\$	30.664,97	R\$ 367.979,64	
		Subtotal serviço m²				R\$	342.188,49	R\$ 4.106.261,88
	2	POSTO	3. Encarregado de Jardinagem	4	R\$ 6.824,76	R\$ 27.299,04	R\$ 327.588,48	
			4. Operador de Micro Trator	3	R\$ 4.707,20	R\$ 14.121,60	R\$ 169.459,20	
			5. Operador de Motosserra	1	R\$ 4.463,71	R\$ 4.463,71	R\$ 53.564,52	
			6. Engenheiro Agônomo	1	R\$ 18.552,52	R\$ 18.552,52	R\$ 222.630,24	
			7. Motorista	1	R\$ 6.422,88	R\$ 6.422,88	R\$ 77.074,56	
			Subtotal Postos de Trabalho		10		R\$ 70.859,75	R\$ 850.317,00
	9. MATERIAL DE CONSUMO							
	3	9. MATERIAL DE CONSUMO				PREÇO MENSAL	PREÇO TOTAL ANUAL	
		9. MATERIAL DE CONSUMO				R\$ 25.229,39	R\$ 302.752,68	
		10. INSUMO				R\$ 21.950,87	R\$ 263.410,44	
		11. INSUMO DE JARDINAGEM				R\$ 40.621,35	R\$ 487.456,22	
		12. DEFENSIVOS				R\$ 4.906,89	R\$ 58.882,68	
		13. FERRAMENTAS				R\$ 527,29	R\$ 6.327,52	
	4	14. EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS				R\$ 8.347,71	R\$ 100.172,50	
		Subtotal Material + Insumo + Ferramentas/Equipamentos e Máquinas				R\$ 101.583,50	R\$ 1.219.002,04	
	4	15. VASOS***				R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00	
		16. FLORES***				R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00	
17. PRODUTOS NÃO PREVISTOS***				R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00			
Subtotal *** Vasos + Flores e Sementes + Produtos não Previstos				R\$ 16.000,00	R\$ 192.000,00			

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação

2. Resumo mão de obra

3. Produtividades

4. Encarregado de Jardinagem

5. Jardineiro

6. Auxiliar de Jardinagem

7. Operador de micro trator

8. Operador de Roçadeira Costal

9. Operador de Motosserra

10. Motorista

11. Engenheiro Agrônomo

12. Material de Consumo

13. Insumos

14. Insumo de Jardinagem

15. Ferramentas

16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

19. Plantas

20. Sementes

21. EPI

22. Uniformes

ANEXO I - ...

RESUMO DE MÃO DE OBRA

CATEGORIA	VALOR DO POSTO POR EMPREGADO (A)	QUANTIDADE EMPREGADOS POR POSTO (B)	VALOR POR POSTO (C=AXB)	QUANTIDADE DE POSTOS (D)	SUBTOTAL CATEGORIA CUSTO MENSAL (E = CxD)	TOTAL ANUAL CATEGORIA (F = Ex12)
Jardineiro	R\$ 5.559,64	1	R\$ 5.559,64	15	R\$ 83.394,60	R\$ 1.000.735,20
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 4.380,71	1	R\$ 4.380,71	55	R\$ 240.939,05	R\$ 2.891.268,60
Encarregado de Jardinagem	R\$ 6.824,76	1	R\$ 6.824,76	4	R\$ 27.299,04	R\$ 327.588,48
Operador de Micro Trator	R\$ 4.707,20	1	R\$ 4.707,20	3	R\$ 14.121,60	R\$ 169.459,20
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 4.463,71	1	R\$ 4.463,71	4	R\$ 17.854,84	R\$ 214.258,08
Operador de Motosserra	R\$ 4.463,71	1	R\$ 4.463,71	1	R\$ 4.463,71	R\$ 53.564,52
Engenheiro Agrônomo	R\$ 18.552,52	1	R\$ 18.552,52	1	R\$ 18.552,52	R\$ 222.630,24
Motorista	R\$ 6.422,88	1	R\$ 6.422,88	1	R\$ 6.422,88	R\$ 77.074,56
VALOR TOTAL MENSAL					R\$ 413.048,24	R\$ 4.956.578,88
QUANTIDADES DE EMPREGADOS					84	

VALOR ESTIMADO PARA INSUMOS DIVERSOS	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
MATERIAIS	VALOR ESTIMADO MENSAL (A)	VALOR ESTIMADO GLOBAL (B = Ax12)
MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 25.229,39	R\$ 302.752,68
INSUMOS	R\$ 21.950,87	R\$ 263.410,44
INSUMOS DE JARDINAGEM	R\$ 40.621,35	R\$ 487.456,22
DEFENSIVOS	R\$ 4.906,89	R\$ 58.882,68
FERRAMENTAS	R\$ 527,29	R\$ 6.327,52
EQUIPAMENTO E MÁQUINAS	R\$ 8.347,71	R\$ 100.172,50
VASOS***	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
PLANTAS E SEMENTES***	R\$ 8.000,00	R\$ 96.000,00
PRODUTOS NÃO PREVISTOS***	R\$ 4.000,00	R\$ 48.000,00
VALOR TOTAL DOS INSUMOS	R\$ 117.583,50	R\$ 1.411.002,04

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (MÃO DE OBRA + INSUMOS)	Valor Mensal	Valor Global
	R\$ 530.631,74	R\$ 6.367.580,92

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação

2. Resumo mão de obra

3. Produtividades

4. Encarregado de Jardinagem

5. Jardineiro

6. Auxiliar de Jardinagem

7. Operador de micro trator

8. Operador de Roçadeira Costal

9. Operador de Motosserra

10. Motorista

11. Engenheiro Agrônomo

12. Material de Consumo

13. Insumos

14. Insumo de Jardinagem

15. Ferramentas

16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

19. Plantas

20. Sementes

21. EPI

22. Uniformes

PRODUTIVIDADES

0.0000%

Atividade

Profissional

Unidade

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Preço homem-mês (R\$)

(1 X 2) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Limpeza Área Pavimentada

Auxiliar de Jardinagem

Palácio da Alvorá

49143

22000

22000

4,54545E-05

4.380,71

R\$ 0,20

2,23

Palácio do Jaburu

12459

22000

22000

4,54545E-05

4.380,71

R\$ 0,20

0,57

Granja do Torto

21595

22000

22000

4,54545E-05

4.380,71

R\$ 0,20

0,98

Planalto

80912

22000

22000

4,54545E-05

4.380,71

R\$ 0,20

3,68

Total

164109

7

Atividade

Profissional

Unidade

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Preço homem-mês (R\$)

(1 X 2) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Limpeza e manutenção Gramados

Auxiliar de Jardinagem

Palácio da Alvorada

307460

18000

18000

5,56E-05

4.380,71

R\$ 0,24

17,08

Palácio do Jaburu

177592

18000

18000

5,56E-05

4.380,71

R\$ 0,24

9,87

Granja do Torto

72440

18000

18000

5,56E-05

4.380,71

R\$ 0,24

4,02

Planalto

86544

18000

18000

5,56E-05

4.380,71

R\$ 0,24

4,81

Total

644036

36

Atividade

Profissional

Unidade

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Preço homem-mês (R\$)

(1 X 2) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Manutenção Canteiros

Auxiliar de Jardinagem

Palácio da Alvorá

8023

1600

1600

0,000625

4.380,71

R\$ 2,74

5,01

Palácio do Jaburu

3257,54

1600

1600

0,000625

4.380,71

R\$ 2,74

2,04

Granja do Torto

2010

1600

1600

0,000625

4.380,71

R\$ 2,74

1,26

Planalto

1813,72

1600

1600

0,000625

4.380,71

R\$ 2,74

1,13

Total

15104,26

9

Atividade

Profissional

Unidade

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Preço homem-mês (R\$)

(1 X 2) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Produção de mudas estufa

Jardineiro

Planalto

1426

400

400

0,0025

R\$ 5.559,64

R\$ 13,90

4

Total

1426

4

Atividade

Profissional

Unidade

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Preço homem-mês (R\$)

(1 X 2) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Manutenção de Hortas

Jardineiro

Palácio da Alvorada

676

400

400

0,0025

R\$ 5.559,64

R\$ 13,90

1,69

Palácio do Jaburu

215

400

400

0,0025

R\$ 5.559,64

R\$ 13,90

0,54

Granja do Torto

1056

400

400

0,0025

R\$ 5.559,64

R\$ 13,90

2,64

Total

1947

5

Atividade

Profissional

Unidade

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Frequência no mês (horas)

(3) Jornada trab. mensal (horas)

(4) = (1 X 2 X 3) Ki

(5) Preço homem-mês (R\$)

(5 X 4) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Substituição de Canteiros

Jardineiro

Palácio da Alvorá

8023

38

38

0,026315789

2,666666667

0,005297733

0,000371771

R\$ 5.559,64

R\$ 2,07

3

Palácio do Jaburu

3257,54

38

38

0,026315789

2,666666667

0,005297733

0,000371771

R\$ 5.559,64

R\$ 2,07

1

Granja do Torto

2010

38

38

0,026315789

2,666666667

0,005297733

0,000371771

R\$ 5.559,64

R\$ 2,07

1

Planalto

1813,72

38

38

0,026315789

2,666666667

0,005297733

0,000371771

R\$ 5.559,64

R\$ 2,07

1

Total

15104,26

6

Atividade

Profissional

UNIDADE

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Frequência no mês (horas)

(3) Jornada trab. mensal (horas)

(4) = (1 X 2 X 3) Ki

(5) Preço homem-mês (R\$)

(5 X 4) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Corte de Grama

Operador de Roçadeira

Palácio da Alvorada (20%)

61.492

4.800

4.800

0,000208333

32

0,005297733

3,53182E-05

R\$ 4.463,71

R\$ 0,16

1

Palácio do Jaburu (20%)

35.518

4.800

4.800

0,000208333

32

0,005297733

3,53182E-05

R\$ 4.463,71

R\$ 0,16

1

Granja do Torto (40%)

28.976

4.800

4.800

0,000208333

32

0,005297733

3,53182E-05

R\$ 4.463,71

R\$ 0,16

1

Planalto

86.544

4.800

4.800

0,000208333

32

0,005297733

3,53182E-05

R\$ 4.463,71

R\$ 0,16

2

Total

212,530

4

Atividade

Profissional

UNIDADE

M²

Produtividade por m²

Produtividade por m²

(1) Produtividade (1/m²)

(2) Frequência no mês (horas)

(3) Jornada trab. mensal (horas)

(4) = (1 X 2 X 3) Ki

(5) Preço homem-mês (R\$)

(5 X 4) Subtotal (R\$/m²)

Empregados

Corte e manutenção de cerca vivas

Auxiliar de Jardinagem

Palácio da Alvorá

2648

229

229

0,004366812

16

0,005297733

0,000370147

R\$ 4.380,71

R\$ 1,62

1

Palácio do Jaburu

320

229

229

0,004366812

16

0,005297733

0,000370147

R\$ 4.380,71

R\$ 1,62

0

Granja do Torto

1745

229

229

0,004366812

16

0,005297733

0,000370147

R\$ 4.380,71

R\$ 1,62

1

Planalto

2246

229

229

0,004366812

16

0,005297733

0,000370147

R\$ 4.380,71

R\$ 1,62

1

Total

6959

3

FATOR DE PRODUTIVIDADE

Atividade

Área Total m²

Periodicidade

Índice de produtividade diária

Mão de obra

Fator Ki (multiplicado pela área total)

(2) Preço homem-mês (R\$)

(1 X 2) Subtotal (R\$/m²)

Total

Quantidade de Mão Obra Produtividade

Limpeza Área Pavimentada

164109

Diária

22000

Auxiliar de Jardinagem

4,54545E-05

R\$ 4.380,71

R\$ 0,20

R\$ 30.664,97

7

Limpeza e Manutenção Gramados

644036

Diária

18000

Auxiliar de Jardinagem

5,56E-05

R\$ 4.380,71

R\$ 0,24

R\$ 157.705,56

36

	Manutenção Canteiros	15104	Diária	1600	Auxiliar de Jardinagem	0,000625	R\$	4.380,71	R\$	2,74	R\$	39.426,39	9
	Corte e Manutenção de Cerca Vivas	6959	02 vezes ao mês	229	Auxiliar de Jardinagem	0,000370147	R\$	4.380,71	R\$	1,62	R\$	13.142,13	3
	Produção de Mudas Estufa	1426		400	Jardineiro	0,0025	R\$	5.559,64	R\$	13,90	R\$	22.238,56	4,00
	Manutenção de Hortas	1947	Diária	400	Jardineiro	0,0025	R\$	5.559,64	R\$	13,90	R\$	27.798,20	5
	Substituição dos Canteiros	15104,26	04 vezes ao ano	38	Jardineiro	0,000371771	R\$	5.559,64	R\$	2,07	R\$	33.357,84	6
	Corte de Grama	212.530	semanal	229	Operador de Roçadeira	3,53182E-05	R\$	4.463,71	R\$	0,16	R\$	17.854,84	4
	TOTAL										R\$	342.188,49	74

CATEGORIA PROFISSIONAL: Encarregado de Jardinagem

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Encarregado de Jardinagem	Posto	4

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Encarregado de Jardinagem
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2.397,73
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDISERVIÇOS/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2019
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	2.397,73
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			2.597,33

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	216,36
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	314,28
	Subtotal	20,43%	530,64
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	195,32
	TOTAL	27,95%	725,96

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	519,47
B	Salário educação	2,50%	64,93
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	77,92
D	SESI ou SESC	1,50%	38,96
E	SENAI - SENAC	1,00%	25,97
F	SEBRAE	0,60%	15,58
G	INCRA	0,20%	5,19
H	FGTS	8,00%	207,79
	TOTAL	36,80%	955,81

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	106,14
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,00	825,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			2,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			933,14

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

	ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	725,96
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições	955,81
2.3	Benefícios Mensais e Diários	933,14
	TOTAL	2.614,91

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	11,95
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	1,04
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	112,98
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	50,39
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	18,44
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	16,88
TOTAL		8,15%	211,68

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	24,16
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	42,34
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,52
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	8,57
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,56
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	77,15

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	77,15
4.2	Substituto na Intrajornada	0,00
TOTAL		77,15

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	115,33
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		115,33

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	267,90
B	Lucro	5,95%	350,12
C	Tributos	8,65%	590,34
C.1	COFINS	3,00%	204,74
C.2	PIS	0,65%	44,36
C.3	ISS	5,00%	341,24
TOTAL			1.208,36

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	2.597,33
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.614,91
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	211,68
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	77,15
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	115,33
SUBTOTAL		5.616,40
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.208,36
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		6.824,76
Fator K		2,63

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

(Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Jardineiro

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço		Unidade de Medida
Jardineiro		Serviço
		Qtd Total a Contratar

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Jardineiro
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.770,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDISERVIÇOS/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2019
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	1.770,00
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			1.969,60

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	164,07
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	238,32
	Subtotal	20,43%	402,39
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	148,11
	TOTAL	27,95%	550,50

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	393,92
B	Salário educação	2,50%	49,24
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	59,09
D	SESI ou SESC	1,50%	29,54
E	SENAI - SENAC	1,00%	19,70
F	SEBRAE	0,60%	11,82
G	INCRA	0,20%	3,94
H	FGTS	8,00%	157,57
	TOTAL	36,80%	724,82

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	143,80
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,00	825,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			2,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			970,80

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		550,50
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições		724,82
2.3	Benefícios Mensais e Diários		970,80
	TOTAL		2.246,12

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	9,06
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,79
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	85,68
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	38,21
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	13,98
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	12,80
TOTAL		8,15%	160,52

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	18,32
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	32,10
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,39
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	6,50
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,18
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	58,49

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	58,49
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL		58,49

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	140,55
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		140,55

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	218,24
B	Lucro	5,95%	285,21
C	Tributos	8,65%	480,91
C.1	COFINS	3,00%	166,79
C.2	PIS	0,65%	36,14
C.3	ISS	5,00%	277,98
TOTAL			984,36

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.969,60
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.246,12
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	160,52
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	58,49
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	140,55
SUBTOTAL		4.575,28
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	984,36
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		5.559,64
Fator K		2,82

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

(Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Auxiliar de Jardinagem

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Auxiliar de Jardinagem	SERVIÇO	

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Auxiliar de Jardinagem
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.198,87
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDISERVIÇOS/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2019
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	1.198,87
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			1.398,47

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	116,49
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	169,21
	Subtotal	20,43%	285,70
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	105,16
	TOTAL	27,95%	390,86

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	279,69
B	Salário educação	2,50%	34,96
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	41,95
D	SESI ou SESC	1,50%	20,98
E	SENAI - SENAC	1,00%	13,98
F	SEBRAE	0,60%	8,39
G	INCRA	0,20%	2,80
H	FGTS	8,00%	111,88
	TOTAL	36,80%	514,63

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	178,07
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,00	825,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			2,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			1.005,07

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		390,86
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições		514,63
2.3	Benefícios Mensais e Diários		1.005,07
	TOTAL		1.910,56

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	6,43
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,56
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	60,83
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	27,13
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	9,93
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	9,09
TOTAL		8,15%	113,97

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	13,01
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	22,80
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,28
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	4,61
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	0,84
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	41,54

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada

4.2	Substituto na Intrajornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	41,54
4.2	Substituto na Intrajornada	0,00
TOTAL		41,54

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	140,55
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		140,55

Nota 1 Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	171,96
B	Lucro	5,95%	224,73
C	Tributos	8,65%	378,93
C.1	COFINS	3,00%	131,42
C.2	PIS	0,65%	28,47
C.3	ISS	5,00%	219,04
TOTAL			775,62

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.398,47
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.910,56
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	113,97
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	41,54
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	140,55
SUBTOTAL		3.605,09
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	775,62
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		4.380,71
Fator K		3,13

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA (Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

APÊNDICE DO TR – ...

CATEGORIA PROFISSIONAL: Operador de Micro Trator

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Operador de Micro Trator	POSTO	3

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de Micro Trator
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.357,02
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDISERVIÇOS/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2019
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	1.357,02
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			1.556,62

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	129,67
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	188,35
	Subtotal	20,43%	318,02
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	117,06
	TOTAL	27,95%	435,08

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	311,32
B	Salário educação	2,50%	38,92
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	46,70
D	SESI ou SESC	1,50%	23,35
E	SENAI - SENAC	1,00%	15,57
F	SEBRAE	0,60%	9,34
G	INCRA	0,20%	3,11
H	FGTS	8,00%	124,53
	TOTAL	36,80%	572,84

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	168,58
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,00	825,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			2,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			995,58

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

	ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	435,08
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições	572,84
2.3	Benefícios Mensais e Diários	995,58
	TOTAL	2.003,50

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	7,16
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,62
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	67,71
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	30,20
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	11,05
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	10,12
TOTAL		8,15%	126,86

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	14,48
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	25,37
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,31
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	5,14
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	0,93
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	46,23

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	46,23
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL		46,23

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	140,55
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		140,55

Nota 1: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	184,78
B	Lucro	5,95%	241,48
C	Tributos	8,65%	407,18
C.1	COFINS	3,00%	141,22
C.2	PIS	0,65%	30,60
C.3	ISS	5,00%	235,36
TOTAL			833,44

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.556,62
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.003,50
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	126,86
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	46,23
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	140,55
SUBTOTAL		3.873,76
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	833,44
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		4.707,20
Fator K		3,02

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA
(Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Operador de Roçadeira Costal

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Operador de Roçadeira Costal	SERVIÇOS	

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de Roçadeira Costal
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.239,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDISERVIÇOS/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2019
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	1.239,06
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			1.438,66

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	119,84
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	174,08
	Subtotal	20,43%	293,92
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	108,19
	TOTAL	27,95%	402,11

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	287,73
B	Salário educação	2,50%	35,97
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	43,16
D	SESI ou SESC	1,50%	21,58
E	SENAI - SENAC	1,00%	14,39
F	SEBRAE	0,60%	8,63
G	INCRA	0,20%	2,88
H	FGTS	8,00%	115,09
	TOTAL	36,80%	529,43

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	175,66
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,00	825,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			2,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			1.002,66

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

	ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	402,11
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições	529,43
2.3	Benefícios Mensais e Diários	1.002,66
	TOTAL	1.934,20

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	6,62
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,58
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	62,58
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	27,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	10,21
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	9,35
	TOTAL	8,15%	117,25

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	13,38
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	23,45
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,29
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	4,75
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	0,86
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
	Subtotal	2,97%	42,73

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
	Subtotal	0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	42,73
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
	TOTAL	42,73

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	140,55
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
	TOTAL	140,55

Nota 1 Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	175,22
B	Lucro	5,95%	228,99
C	Tributos	8,65%	386,11
C.1	COFINS	3,00%	133,91
C.2	PIS	0,65%	29,01
C.3	ISS	5,00%	223,19
TOTAL			790,32

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.438,66
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.934,20
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	117,25
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	42,73
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	140,55
SUBTOTAL		3.673,39
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	790,32
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		4.463,71
Fator K		3,10

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA
(Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Operador de Motosserra

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília -DF
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	2019
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Operador de Motosserra	POSTO	

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Operador de Motosserra
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	1.239,06
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SINDISERVIÇOS/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2019
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	1.239,06
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			1.438,66

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	119,84
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	174,08
	Subtotal	20,43%	293,92
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	108,19
	TOTAL	27,95%	402,11

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	287,73
B	Salário educação	2,50%	35,97
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	43,16
D	SESI ou SESC	1,50%	21,58
E	SENAI - SENAC	1,00%	14,39
F	SEBRAE	0,60%	8,63
G	INCRA	0,20%	2,88
H	FGTS	8,00%	115,09
	TOTAL	36,80%	529,43

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	175,66
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,00	825,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			2,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			1.002,66

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		402,11
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições		529,43
2.3	Benefícios Mensais e Diários		1.002,66
	TOTAL		1.934,20

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	6,62
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,58
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	62,58
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	27,91
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	10,21
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	9,35
TOTAL		8,15%	117,25

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	13,38
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	23,45
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,29
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	4,75
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	0,86
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	42,73

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	42,73
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL		42,73

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	140,55
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		140,55

Nota 1 Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	175,22
B	Lucro	5,95%	228,99
C	Tributos	8,65%	386,11
C.1	COFINS	3,00%	133,91
C.2	PIS	0,65%	29,01
C.3	ISS	5,00%	223,19
TOTAL			790,32

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	1.438,66
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	1.934,20
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	117,25
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	42,73
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	140,55
SUBTOTAL		3.673,39
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	790,32
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		4.463,71
Fator K		3,10

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

(Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Motorista

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília -DF
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço	Unidade de Medida	Qtd Total a Contratar
Motorista	POSTO	1

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra		
1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Motorista
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	2.386,75
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SITTRATER/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/01/2018
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	2.386,75
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	0,00%	0,00
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			2.386,75

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	198,82
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	288,80
	Subtotal	20,43%	487,62
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	179,48
	TOTAL	27,95%	667,10

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	477,35
B	Salário educação	2,50%	59,67
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	71,60
D	SESI ou SESC	1,50%	35,80
E	SENAI - SENAC	1,00%	23,87
F	SEBRAE	0,60%	14,32
G	INCRA	0,20%	4,77
H	FGTS	8,00%	190,94
	TOTAL	36,80%	878,32

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte	25	R\$ 10,00	106,80
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 33,57	839,25
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			1,50
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			947,55

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		667,10
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições		878,32
2.3	Benefícios Mensais e Diários		947,55
	TOTAL		2.492,97

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	10,98
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	0,95
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio Indenizado	4,35%	103,82
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	46,30
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,71%	16,95
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,65%	15,51
TOTAL		8,15%	194,51

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	22,20
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	38,90
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	0,48
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	7,88
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	1,43
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	70,89

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	70,89
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL		70,89

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	140,55
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		140,55

Nota 1 Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	252,13
B	Lucro	5,95%	329,50
C	Tributos	8,65%	555,58
C.1	COFINS	3,00%	192,69
C.2	PIS	0,65%	41,75
C.3	ISS	5,00%	321,14
TOTAL			1.137,21

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	2.386,75
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	2.492,97
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	194,51
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	70,89
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	140,55
SUBTOTAL		5.285,67
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	1.137,21
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		6.422,88
Fator K		2,69

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

(Anexo XII da IN/SLTI/MPOG nº 05/2017)

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

CATEGORIA PROFISSIONAL: Engenheiro Agônomo

Nº Processo:	
Licitação Nº:	
Data/Hora:	

Discriminação dos Serviços		
A	Data de Apresentação da Proposta (dia/mês/ano)	2019
B	Município/UF	Brasília
C	Ano do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço		
Tipo de serviço		Unidade de Medida
Engenheiro Agônomo		POSTO
		Qtd Total a Contratar

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados para composição dos custos referentes à mão-de-obra

1	Tipo de Serviço (mesmo serviço com características distintas)	Engenheiro Agônomo
2	Classificação Brasileira de Ocupação (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	8.109,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	SENGE/DF
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	01/05/2018
Salário mínimo 2019		998,00

MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base	100%	8.109,00
B	Adicional Periculosidade (sobre salário base - 30%)	0,00%	0,00
C	Adicional Insalubridade (sobre salário mínimo - 10%, 20%, ou 40%)	20,00%	199,60
D	Adicional Noturno (Mínimo 20%)	0,00%	0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	0,00%	0,00
F	Outros (especificar)	0,00%	0,00
(I) Total de Remuneração			8.308,60

MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	692,11
B	Férias e Adicional de Férias	12,10%	1.005,34
	Subtotal	20,43%	1.697,45
C	Incidência do submódulo 2.2 sobre 13º Salário e 1/3 de Férias	7,52%	624,81
	TOTAL	27,95%	2.322,26

Submódulo 2.2 - Encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	1.661,72
B	Salário educação	2,50%	207,72
C	Seguro acidente do trabalho - SAT	3,00%	249,26
D	SESI ou SESC	1,50%	124,63
E	SENAI - SENAC	1,00%	83,09
F	SEBRAE	0,60%	49,85
G	INCRA	0,20%	16,62
H	FGTS	8,00%	664,69
	TOTAL	36,80%	3.057,58

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários

2.3	Benefícios Mensais e Diários	Dias	Valor/dia	Valor (R\$)
A	Transporte		R\$ -	0,00
B	*Auxílio-Refeição/Alimentação	25	R\$ 27,00	540,00
C	Assistência Médica e Familiar ¹			0,00
D	Auxílio creche			0,00
E	Seguro de vida, invalidez e auxílio funeral			0,00
F	Assistência Odontológica			0,00
G	Outros (especificar)			0,00
	TOTAL			540,00

* AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO Enquanto as empresas não possuírem restaurante ou fornecimento de refeição, deverá fornecer a todos os seus empregados auxílio-alimentação através de Vale Refeição, no valor de R\$ 27,00 (vinte e sete reais), subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, percentual que não poderá sofrer redução. fonte: http://www.sengedf.com.br/wp-content/uploads/2019/05/CCT-DF-ENGENHEIROS_2018-2019_SISTEMAMEDIADOR.pdf

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

	ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	2.322,26
2.2	Encargo previdenciário (GPS), FGTS e outras contribuições	3.057,58
2.3	Benefícios Mensais e Diários	540,00
	TOTAL	5.919,84

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,46%	38,22
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,04%	3,32
C	Multa do FGTS e Contribuição Social Sobre o Aviso Prévio	4,35%	361,42
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,94%	161,19
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio	0,71%	58,99
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio	0,65%	54,01
TOTAL		8,15%	677,15

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais**

4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,93%	77,27
B	Substituto na cobertura de Ausências legais	1,63%	135,43
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,02%	1,66
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	27,42
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,06%	4,99
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal		2,97%	246,77

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Substituto na Intra jornada	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00
Subtotal		0,00%	0,00

QUADRO RESUMO - MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4	CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	246,77
4.2	Substituto na Intra jornada	0,00
TOTAL		246,77

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Valor (R\$)
A	Uniforme	115,33
B	Materiais	0,00
C	Equipamentos	0,00
D	Outros (especificar)	0,00
TOTAL		115,33

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	4,77%	728,27
B	Lucro	5,95%	951,76
C	Tributos	8,65%	1.604,80
C.1	COFINS	3,00%	556,58
C.2	PIS	0,65%	120,59
C.3	ISS	5,00%	927,63
TOTAL			3.284,83

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO

Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	8.308,60
B	Módulo 2 – Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	5.919,84
C	Módulo 3 – Provisão para Rescisão	677,15
D	Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	246,77
E	Módulo 5 – Insumos Diversos	115,33
SUBTOTAL		15.267,69
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	3.284,83
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		18.552,52
Fator K		2,23

QUADRO DE PROVISIONAMENTO PARA A CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

Item	Percentual (%)		
13º (décimo terceiro) salário	8,33%		
Férias e um terço constitucional	12,10%		
Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio	5,00%		
Subtotal	25,43%		
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário *	7,39%	7,60%	7,82%
Total	32,82%	33,03%	33,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212/1991.

planilha de custos jardinagem	Tabela de Custos					
	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO ANUAL
1. Resumo da Contratação	1.1	Água sanitária com cloro ativo, Litro	L	50	R\$ 1,69	R\$ 84,50
	1.2	Alcool hidratado 70 graus 1 litro.	L	50	R\$ 5,35	R\$ 267,50
	1.3	Arame liso galvanizado, nº 18, com diâmetro de 1,24 mm, 55kgf/mm² de resistência à tração, rolo de 1 kg.	Kg	17	R\$ 13,14	R\$ 223,38
2. Resumo mão de obra	1.4	Barbante de algodão, rolo 200 g.	RL	156	R\$ 6,21	R\$ 968,76
3. Produtividades	1.5	Luva de vaqueta confeccionada em couro bovino curtido ao cromo, com reforço entre o polegar e o indicador, com reforço palmar interno, com elástico embutido no dorso, costurada com linha de nylon, largura da palma 12,5 cm e comprimento total de 25 cm, com espessura em média 1,20 mm e gramatura 0,057 gramas/cm² ou 0,57 kg/m². (Pode haver variação de +/- 5 mm).	PAR	84	R\$ 14,74	R\$ 1.238,16
4. Encarregado de Jardinagem	1.6	Espátulas rígidas de 8 cm, fabricada em aço carbono, com cabo de madeira.	UN	20	R\$ 8,71	R\$ 174,20
5. Jardineiro	1.7	Estopa branca alvejada 150 gr	PCT	20	R\$ 2,24	R\$ 44,80
6. Auxiliar de Jardinagem	1.8	Fita isolante medindo 19mm x 20m, com 0,19 mm de espessura.	UN	5	R\$ 8,32	R\$ 41,60
	1.9	Flanela em tecido 100% algodão, na cor amarela, medindo 400 x 600 mm.	UN	30	R\$ 1,16	R\$ 34,80
7. Operador de micro trator	1.10	Luva de borracha com interior forrado e palma antiderrapante, tamanho grande.	PAR	12000	R\$ 2,87	R\$ 34.440,00
8. Operador de Roçadeira Costal	1.11	Óleo lubrificante anticorrosivo em aerossol, frasco com 300 ml.	FR	75	R\$ 14,71	R\$ 1.103,25
	1.12	Óleo lubrificante para motores a gasolina dois tempos, frasco com 500 ml.	FR	480	R\$ 18,30	R\$ 8.784,00
9. Operador de Motosserra	1.13	Óleo para motores 4 tempos, a gasolina, 1 litro (Máquina de corte de grama 4 tempos, 6HP)	L	480	R\$ 17,15	R\$ 8.232,00
	1.14	Óleo para lubrificar corrente de motosserra (unidade)	L	48	R\$ 18,52	R\$ 888,96
10. Motorista	1.15	Sabão em barra, pacote com 5 unidades.	PCT	20	R\$ 3,92	R\$ 78,40
	1.16	Saco plástico de 200 Litros, espessura mínima de 12 micra, reforçado, resistente a galhos e líquidos Pacote com 100 unidades.	PCT	1124	R\$ 50,28	R\$ 56.514,72
11. Engenheiro Agrônomo	1.17	Tinta acrílica na cor cerâmica, lata com 18 litros. (SUVINIL) ou similar	Lt	20	R\$ 297,33	R\$ 5.946,60
	1.18	Trincha (pincel) ideal para uso em madeiras, com cerdas longas, medindo 3".	UN	50	R\$ 4,83	R\$ 241,50
12. Material de Consumo	1.19	*Combustível para máquinas e equipamentos	L	18000	R\$ 4,28	R\$ 77.040,00
13. Insumos	1.20	*Óleo Diesel para o caminhão	L	4800	R\$ 3,70	R\$ 17.760,00
	1.21	Protetor de roçagem flexível e enrolável, com fixação no solo por meio de duas hastas metálicas laterais, medindo 5m de comprimento x 1,5m de altura.	UN	10	R\$ 424,93	R\$ 4.249,30
	1.22	Peneira em aço 55 cm para areia média, com tela galvanizada e aro plástico.	UN	10	R\$ 24,90	R\$ 249,00
14. Insumo de Jardinagem	1.23	Mangueira de jardim de 3/4 polegadas, trançada (camada interna em PVC, intermediária em fio de poliéster trançado e externa em PVC), reforçada, flexível, rolo de 50 metros.	RL	36	R\$ 227,04	R\$ 8.173,44
15. Ferramentas		Mangueira para irrigação micro-aspersão (Santeno), planas, de polietileno linear de baixa densidade, perfuradas a raio laser, rolo de 100 m	RL	290	R\$ 99,09	R\$ 28.736,10
16. Equipamentos	1.24	Lima chata para enxada de 8". Ref.: K&F ou similar.	UN	50	R\$ 12,22	R\$ 611,00
17. Defensivos	1.27	Balde preto reforçado, capacidade de 12 litros, na cor preta.	UN	36	R\$ 7,50	R\$ 270,00
18. Vasos e Pratos	1.28	Escova para lavar roupas	UN	10	R\$ 1,34	R\$ 13,40
	1.29	Lima Redonda (Mecânica) Bastarda 6" – amolar corrente de motosserra.	UN	39	R\$ 23,75	R\$ 926,25
19. Plantas	1.30	Lima triangular (amolar serra podadora de galhos)	UN	36	R\$ 20,49	R\$ 737,64
20. Sementes	1.31	Lixa para massa nº 60	UN	180	R\$ 2,29	R\$ 412,20
	1.32	Lixa para massa nº 128	UN	100	R\$ 2,36	R\$ 236,00
21. EPI	1.33	Pano de chão tipo saco, em algodão, medindo 75 x 48cm, para limpeza em geral.	UN	360	R\$ 3,39	R\$ 1.220,40
22. Uniformes	1.34	Trincha ideal para uso em madeiras, com cerdas longas, medindo 4".	UN	36	R\$ 5,31	R\$ 191,16
	1.35	Regador 10 litros	UN	40	R\$ 20,16	R\$ 806,40
	1.36	Vassoura em Piaçava Número 5 com Cabo 120cm	UN	100	R\$ 9,28	R\$ 928,00
	1.37	Vassoura tipo gari cepa de madeira	UN	100	R\$ 10,89	R\$ 1.089,00
	1.38	Saco de Lixo Comum Azul Reforçado P.6 com capacidade de 200 Litros. material resistente, Pacote com 100 unidades.	PCT	550	R\$ 27,58	R\$ 15.169,00
	1.39	Saquinho Saco Plástico Para Mudar 08X09	KL	12	R\$ 4,88	R\$ 58,56
	1.40	Saquinho Saco Plástico Para Mudar 20X40	KL	12	R\$ 4,58	R\$ 54,96
	1.41	Saquinho Saco Plástico Para Mudar 08X14	KL	12	R\$ 4,34	R\$ 52,08
	1.42	Bandeja para Mudar - 15 Altura 7,8 cm , Largura 34 cm e Profundidade 21 cm	UN	60	R\$ 28,82	R\$ 1.729,20
	1.43	BANDEJA 1 CÉLULA - SEM DIVISÓRIAS -Medidas: altura: 6 centímetros comprimento: 39 centímetros largura: 28 centímetros	UN	60	R\$ 55,35	R\$ 3.321,00
TOTAL	1.44	Pallet vazado - Dimensões externas: 14x100x120cm. Capacidade estática: 1.000kg. Capacidade dinâmica: 700kg.	UN	48	R\$ 120,19	R\$ 5.769,12
	1.45	Cone em PVC com faixa reflexiva	Un	8	R\$ 32,46	R\$ 259,68
	1.46	Fita de Sinalização zebra (rolo 200m)	Un	20	R\$ 7,93	R\$ 158,60
	1.47	Tela tapume extrusada – polipropileno de alta densidade com malha retangular (rolo 50mt comprimento x 1,20mt de largura).	Un	8	R\$ 91,65	R\$ 733,20
	1.48	Pulverizador Compressão Prévia 1,5lt	Un	4	R\$ 43,34	R\$ 173,36
	1.49	Fio de Nylon 500 M Redondo	RL	50	R\$ 246,35	R\$ 12.317,50
	TOTAL					R\$ 302.752,68

***Preço médio do Distrito Federal divulgado pela ANP - Período 30/06 a 06/07/2019**

planilha de custos jardinagem	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.ESTIMADO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO ANUAL
1. Resumo da Contratação	2.1	Adubo químico, aspecto físico granulado, cor branca, composição: Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) 04-14-08, embalado em saco de 50kg.	Kg.	2150	R\$ 2,69	R\$ 5.783,50
2. Resumo mão de obra	2.2	Adubo químico, aspecto físico granulado, cor branca, composição: Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) 20-05-20, embalado em saco de 50kg.	Kg.	3050	R\$ 2,92	R\$ 8.906,00
3. Produtividades	2.3	Adubo químico, aspecto físico granulado, cor branca, composição: Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) 20-00-20, embalado em saco de 50kg.	Kg.	2550	R\$ 3,02	R\$ 7.701,00
4. Encarregado de Jardinagem	2.4	Adubo químico, aspecto físico granulado, cor branca, composição: Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) 10-10-10, embalado em saco de 50kg.	Kg.	1800	R\$ 1,86	R\$ 3.348,00
5. Jardineiro	2.5	Adubo químico, aspecto físico granulado, cor branca, composição: Nitrogênio, Fósforo e Potássio (NPK) 25-05-25, embalado em saco de 50kg.	K.g	1550	R\$ 2,68	R\$ 4.154,00
6. Auxiliar de Jardinagem	2.6	Adubo químico, aspecto físico granulado, composição básica micronutriente (fritas) FTE BR 12, embalado em saco de 50kg.	Kg.	1400	R\$ 3,72	R\$ 5.208,00
7. Operador de micro trator	2.7	Sulfato de Cálcio, aspecto físico em pó, conhecido como gesso agrícola, com composição: 20% de cálcio e 15% de enxofre, embalado em saco de 50kg.	K.g	30	R\$ 15,00	R\$ 450,00
8. Operador de Roçadeira Costal	2.8	Calcário Dolomítico, aspecto físico pó, cor branca, com composição: 80 a 90% PRNT, embalado em saco de 25kg.	K.g	48	R\$ 5,82	R\$ 279,36
9. Operador de Motosserra	2.9	Superfosfato simples, aspecto físico granulado, com composição: 20% P2 O5, embalado em saco de 50kg.	K.g	1008	R\$ 2,19	R\$ 2.207,52
10. Motorista	2.10	Cloreto de Potássio, aspecto físico granulado, com composição: 60% k2 O, embalado em saco de 50kg.	K.g	808	R\$ 2,85	R\$ 2.302,80
11. Engenheiro Agrônomo	2.11	Ureia agrícola, aspecto físico granulado, com composição: 44% Nitrogênio, embalado em saco de 50kg.	K.g	608	R\$ 2,82	R\$ 1.714,56
12. Material de Consumo	2.12	Adubo orgânico húmus de minhoca, vermicomposto, em sacos de 50kg.	kg	4300	R\$ 1,00	R\$ 4.300,00
13. Insumos	2.13	Adubo orgânico torta de mamona em sacos de 50kg.	K.g	1200	R\$ 1,76	R\$ 2.112,00
14. Insumo de Jardinagem	2.14	Substrato agrícola para cobertura e plantio, que contenha em sua formulação 20% de fibra de coco e 40% de pinus, sendo que o restante da sua composição poderá ser de outras matérias orgânicas como cinzas de biomassa, casca de arroz carbonizada, lodos de centrífuga, filler de rocha, casca de eucalipto e vermiculita. Não pode conter qualquer tipo de solo e esterco, incluindo cama de frango. A condutividade elétrica (EC) do substrato não poderá ser superior a 0,5 SI e o seu ph entre 6 e 7. A densidade deverá ser entre 0,6 e 0,7 D/L. As embalagens deverão conter de 20 a 25 Kg do produto. O substrato deverá apresentar atestado de ausência de patógenos.	KG	26700	R\$ 1,20	R\$ 32.040,00
15. Ferramentas	2.15	Fertilizante orgânico de cama de frango, embalados em sacos com 50 kg e sem umidade elevada, até 20%.	K.g	2100	R\$ 11,65	R\$ 24.465,00
16. Equipamentos	2.16	Fertilizante natural, aplicação para agricultura, tipo farinha de osso, apresentação fina, em sacos de 50kg, com prazo de validade de no mínimo 6 meses.	K.g	1000	R\$ 2,63	R\$ 2.630,00
17. Defensivos	2.17	Adubo vegetal, aspecto físico líquido, composição básica macro e micronutrientes, aplicação nutricional via foliar, galão de 5L.	gl	400	R\$ 204,20	R\$ 81.680,00
18. Vasos e Pratos	2.18	Adubo vegetal, aspecto físico líquido, composição básica cálcio e boro, aplicação nutricional via foliar, galão de 5L.	gl	290	R\$ 254,63	R\$ 73.842,70
19. Plantas	2.19	Fertilizante Enraizador 1 Litro - Concentrado	fr	20	R\$ 14,30	R\$ 286,00
20. Sementes	TOTAL					R\$ 263.410,44
21. EPI						
22. Uniformes						

planilha de custos jardinagem		ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ESTIMADO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO ANUAL
1. Resumo da Contratação 2. Resumo mão de obra 3. Produtividades 4. Encarregado de Jardinagem 5. Jardineiro 6. Auxiliar de Jardinagem 7. Operador de micro trator 8. Operador de Roçadeira Costal 9. Operador de Motosserra 10. Motorista 11. Engenheiro Agrônomo 12. Material de Consumo 13. Insumos	3.1	Areia média tipo lavada de fundo de rio e de boa qualidade.	m³	120	R\$ 116,34	R\$ 13.960,80	
	3.2	Seixo rolado, cor branca, material pedra, aplicação para decoração de jardim, tamanho nº 05	t	12	R\$ 905,33	R\$ 10.863,96	
	3.3	Seixo rolado, cor marrom, material pedra, aplicação para decoração de jardim, tamanho nº 05.	t	12	R\$ 872,00	R\$ 10.464,00	
	3.4	Argila Expandida	t	6	R\$ 2.521,48	R\$ 15.128,88	
	3.5	Manta de material de fibra sintética, 100% poliéster, cor verde, aplicação para drenagem, características adicionais geotêxtil. Ref.: Bidim ou similar.	m²	13	R\$ 5,66	R\$ 73,58	
	3.6	Limitador de grama, confeccionado em polietileno reciclado, resistente, flexível, que permita trabalhar em curvas e em linha reta, borda fina, estreita e discreta, cor verde escuro, com pino de fixação que possibilite encaixe perfeito.	m	2500	R\$ 5,25	R\$ 13.125,00	
	3.7	Grama tipo esmeralda (zoysia japônica), folhas estreitas e médias, cor verde-esmeralda e estolões penetrantes, que enraizam facilmente. Deverá ser apresentada em tapetes com medidas aproximadas de 0,41m x 0,61m x 0,5m, em ótimo estado, verde, livre de pragas, doenças e ervas daninhas por no mínimo 30 dias a partir da entrega do produto.	m²	24000	R\$ 6,16	R\$ 147.840,00	
	3.8	Grama tipo Batatais (Paspalum notatum), folhas estreitas na cor verde claro, duras e ligeiramente pilosa. Deverá ser apresentada em tapetes com medidas aproximadas de 0,41m x 0,61m x 0,5m, em ótimo estado, verde, livre de pragas, doenças e ervas daninhas por no mínimo 30 dias a partir da entrega do produto.	m²	24000	R\$ 6,50	R\$ 156.000,00	
	3.9	Grama tipo São Carlos (Axonopus compressus)	m²	5000	R\$ 12,00	R\$ 60.000,00	
	3.10	Grama tipo Santo Agostinho (Sthenotahrum híbrida), folhas médias, lisas, sem pelo e estreitas, cor verde escura e rizomatosa (caule fica abaixo do solo e emite as folhas para cima). Deverá ser apresentada em tapetes com medidas aproximadas de 0,41m x 0,61m x 0,5m, em ótimo estado, verde, livre de pragas, doenças e ervas daninhas por no mínimo 30 dias a partir da entrega do produto.	m²	5000	R\$ 12,00	R\$ 60.000,00	
TOTAL						R\$ 487.456,22	
14. Insumo de Jardinagem							
15. Ferramentas							
16. Equipamentos							
17. Defensivos							
18. Vasos e Pratos							
19. Plantas							
20. Sementes							
21. EPI							
22. Uniformes							

1. Resumo da Contratação
2. Resumo mão de obra
3. Produtividades
4. Encarregado de Jardinagem
5. Jardineiro
6. Auxiliar de Jardinagem
7. Operador de micro trator
8. Operador de Roçadeira Costal
9. Operador de Motosserra
10. Motorista
11. Engenheiro Agrônomo
12. Material de Consumo
13. Insumos
14. Insumo de Jardinagem

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	Vida Útil	Tx. anual de Depreciação	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL	Valor Residual	Depreciação Anual
4.1	Facão para mato, com lâmina de aço carbono de 16 polegadas, com fio liso, com cabo em Polipropileno fixado por pregos de alumínio.	UN	12	5	20%	R\$ 20,83	R\$ 249,96	R\$ 25,00	R\$ 44,99
4.2	Carrinho de mão, caçamba rasa redonda, capacidade de 50 litros, braço metálico bipartido, acabamento com pintura eletrostática a pó, eixo em aço de alta resistência e bucha em nylon autolubrificante, caçamba metálica redonda rasa de 0,45 mm (chapa 26), bico arredondado, braço metálico tubular bipartido de 1,06 mm e pneu com câmara 3.25/8 polegadas.	UN	24	5	20%	R\$ 167,60	R\$ 4.022,40	R\$ 402,24	R\$ 724,03
4.3	Carrinho de mão, caçamba metálica extraforte, capacidade de 65 litros, braço metálico, acabamento com pintura eletrostática a pó, empunhaduras ergonômicas, borda reforçada, eixo em aço de alta resistência e bucha em nylon autolubrificante, caçamba metálica de 0,9 mm (chapa 20), braço metálico tubular de 1,5 mm, pneu com câmara 3.25/8 polegadas.	UN	36	5	20%	R\$ 81,58	R\$ 2.936,88	R\$ 293,69	R\$ 528,64
4.4	Picareta chibanca, tamanho 3, cabo de madeira 90 cm, com olho de 64 x 38 mm, temperada em todo o corpo da peça, fabricada em aço carbono, pintura eletrostática a pó, encabamento com bucha plástica.	UN	21	5	20%	R\$ 29,26	R\$ 614,46	R\$ 61,45	R\$ 110,60
4.5	Enxada Canavieira com Cabo de Madeira de 150cm, lâmina em aço temperado e pintura eletrostática a pó, com encabamento com bucha plástica e olho de 38 mm. Ref.: Tramontina ou similar.	UN	59	5	20%	R\$ 25,82	R\$ 1.523,38	R\$ 152,34	R\$ 274,21
4.6	Enxadão	UN	10	5	20%	R\$ 29,19	R\$ 291,90	R\$ 29,19	R\$ 52,54
4.7	Escada Multifuncional 4x4 com 16 Degraus em Alumínio - FORTGPRO-FG8410	UN	8	5	20%	R\$ 512,80	R\$ 4.102,40	R\$ 410,24	R\$ 738,43
4.8	Escada de 2 x 12 degraus alumínio, extensível, com degraus de pelo menos 4 cm de largura, com ponteiros emborrachadas, gancho para travamento, capacidade para até 150 kg.	UN	8	5	20%	R\$ 433,58	R\$ 3.468,64	R\$ 346,86	R\$ 624,36
4.9	Forcado (Gadanho) Reto 4 Dentes S/cabo 3/8	UN	20	5	20%	R\$ 48,66	R\$ 973,20	R\$ 97,32	R\$ 175,18
4.10	Machado forjado cabeça quadrada, fabricado em aço carbono, tamanho 3,5, cabo de madeira 100 cm, encabamento com bucha plástica, olho de 58 x 30 mm, com pintura eletrostática a pó.	UN	10	5	20%	R\$ 55,75	R\$ 557,50	R\$ 55,75	R\$ 100,35
4.11	Pá de bico fabricada em aço carbono, temperada em todo o corpo da peça, com pintura eletrostática a pó, com cabo de madeira 120 cm, com empunhadura plástica, encabamento com bucha plástica.	UN	26	5	20%	R\$ 26,08	R\$ 678,08	R\$ 67,81	R\$ 122,05
4.12	Pá jardineira (reta), fabricada em aço carbono, com cabo.	UN	16	5	20%	R\$ 30,95	R\$ 495,20	R\$ 49,52	R\$ 89,14
4.13	Pá pequena para jardim	UN	10	5	20%	R\$ 24,67	R\$ 246,70	R\$ 24,67	R\$ 44,41
4.14	Picareta alvião, tamanho 4, fabricada em aço carbono, temperada em todo o corpo da peça, pintura eletrostática a pó, com cabo de madeira 120 cm, 70 x 45 mm, com encabamento com bucha plástica.	UN	8	5	20%	R\$ 38,35	R\$ 306,80	R\$ 30,68	R\$ 55,22
4.15	Podão de mão medindo 235 mm, com cabo emborrachado e anti-derrapante, lâminas de aço temperado e com ranhuras fresada na contra-lâmina;	UN	26	5	20%	R\$ 14,90	R\$ 387,40	R\$ 38,74	R\$ 69,73
4.16	Rastelo (ancinho) fabricado em aço carbono, com pelo menos 160 cm de comprimento, com pelo menos 10 dentes e com cabo em madeira medindo 150 cm.	UN	32	5	20%	R\$ 10,74	R\$ 343,68	R\$ 34,37	R\$ 61,86
4.17	Serrote para poda profissional com lâmina de 13 polegadas fabricada em aço carbono, lâmina com a linha de corte mais espessa que o dorso, dentes projetados para cortar nos dois sentidos de movimento, cabo em madeira com formato ergonômico.	UN	9	5	20%	R\$ 39,33	R\$ 353,97	R\$ 35,40	R\$ 63,71
4.18	Tesoura para cerca viva 56cm	UN	23	5	20%	R\$ 73,02	R\$ 1.679,46	R\$ 167,95	R\$ 302,30
4.19	Tesoura de poda - cabo metálico maior que 70 cm	UN	20	5	20%	R\$ 208,30	R\$ 4.166,00	R\$ 416,60	R\$ 749,88
4.20	Vassoura plástica 26 dentes, fabricada em polipropileno especial, de alta resistência, com cabo de 120 cm com olho de 23 mm de diâmetro.	UN	200	5	20%	R\$ 15,46	R\$ 3.092,00	R\$ 309,20	R\$ 556,56
4.21	Sacho metálico, tipo coração, com olho de 29 mm, em aço carbono temperado em todo o corpo da peça, com pintura eletrostática a pó e com cabo curto.	UN	80	5	20%	R\$ 21,68	R\$ 1.734,40	R\$ 173,44	R\$ 312,19

	4.22	Polvilhadeira mata formiga, capacidade 1 kg, cilindro plástico polipropileno, tanque plástico translúcido com bocal largo, estribo incorporado ao tanque, bucha da bomba em pvc, manopla de funcionamento em formato ergonômico.	UN	6	5	20%	R\$ 40,83	R\$ 244,98	R\$ 24,50	R\$ 44,10
	4.23	Alavanca redonda lisa medindo 1 polegada x 1,80 metros, em ferro maciço, com duas pontas, uma ponteiro e a outra talha.	UN	11	5	20%	R\$ 123,83	R\$ 1.362,13	R\$ 136,21	R\$ 245,18
	4.24	Cavadeira boca de lobo, articulada, fabricada em aço carbono, temperada em todo o corpo da peça, pintura eletrostática a pó, com cabo em madeira medindo 180 cm.	UN	13	5	20%	R\$ 77,68	R\$ 1.009,84	R\$ 100,98	R\$ 181,77
	4.25	Enxada Pequena 8" Forjada	UN	8	5	20%	R\$ 38,95	R\$ 311,60	R\$ 31,16	R\$ 56,09
	TOTAL									R\$ 6.327,52

[illegible]

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação
2. Resumo mão de obra
3. Produtividades
4. Encarregado de Jardinagem
5. Jardineiro
6. Auxiliar de Jardinagem
7. Operador de micro trator
8. Operador de Roçadeira Costal
9. Operador de Motosserra
10. Motorista
11. Engenheiro Agrônomo
12. Material de Consumo
13. Insumos
14. Insumo de Jardinagem
15. Ferramentas
16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos
19. Plantas
20. Sementes
21. EPI
22. Uniformes

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
6.1	Fungicida sistêmico, aspecto físico líquido, grupo químico: triazol e estrobilurina, composição: Epoxiconazol e piraclostrobina, embalado em frasco de 0,5L. Ref.: Opera ou similar.	fr	32	R\$ 57,87	R\$ 1.851,84
6.2	Calda sulfucálcica, composição cal virgem+enxofre, forma física pronta para uso, embalado em frasco de 0,1L.	fr	70	R\$ 32,48	R\$ 2.273,60
6.3	Calda bordalesa, composição cal virgem+sulfato de cobre, forma física pronta para uso, embalado em frasco de 0,1L.	fr	40	R\$ 55,05	R\$ 2.202,00
6.4	Fungicida de contato, aspecto físico pó, grupo químico: inorgânico, composição: oxicleto de cobre, embalado em saco plástico de 1kg. Cobox ou similar	kg	30	R\$ 88,19	R\$ 2.645,70
6.5	Inseticida Biológico, aspecto físico pó, grupo químico: biológico, composição: Beauveria bassiana, saco plástico de 1kg ou saco pet metalizado de 1kg. Ref.: Boveril WP ou similar	kg	80	R\$ 158,14	R\$ 12.651,20
6.6	Inseticida sistêmico, aspecto físico pó, grupo químico: neonicotinóide, composição: imidacloprido, embalado em saco 0,5kg. Ref.: Evidence 700 WG ou similar	kg	82	R\$ 134,02	R\$ 10.989,64
6.7	Herbicida seletivo, de ação sistêmica, pré e pós-emergente, atrazina, concentração 500g/L, formulação: solução concentrada, grupo químico: triazina, apresentação: bombonas de polietileno de 5L.	bn	100	R\$ 76,93	R\$ 7.693,00
6.8	Herbicida seletivo sistêmico, pós-emergente, 2,4-D-dimetilamina, grupo químico: ácido ariloxialcanóico, concentração 806g/L, formulação: concentrado solúvel, apresentação: galão de 5L.	gl	90	R\$ 87,28	R\$ 7.855,20
6.9	Herbicida Sistêmico - Princípio ativo glifosato - Roundup ou similar	LT	100	R\$ 35,84	R\$ 3.584,00
6.10	Inseticida aerossol 400ml, contra baratas e mosquitos / pernilongos. Eficaz contra baratas, formigas, mosquitos, pernilongos, carapanãs, muriçocas, moscas e mosquito aedes aegypti.	FR	20	R\$ 10,30	R\$ 206,00
6.11	Inseticida concentrado emulsionável, tipo óleo mineral, embalagem com 1 litro. Ref.: Assist ou similar.	FR	25	R\$ 23,96	R\$ 599,00
6.12	Inseticida piretróide com ação de choque e residual, indicado para controle de baratas, moscas, mosquitos, traças e cupins e brocas-de-madeira, Concentrado emulsionável, Concentração de i.a. de p.a. Deltametrina 2,5% p/p Inertes: Estabilizante, diluente, tensoativos, solvente 97,5% p/p, frasco de 1 Litro. Ref.: k-othrine 25 ou similar.	L	30	R\$ 147,06	R\$ 4.411,80
6.13	Inseticida em pó indicado para o controle de pulgas, baratas e formigas. - K-Othrine® Pó - ou similar	Kg	30	R\$ 63,99	R\$ 1.919,70
TOTAL					R\$ 58.882,68

planilha de custos jardinagem

- 1. Resumo da Contratação
- 2. Resumo mão de obra
- 3. Produtividades
- 4. Encarregado de Jardinagem
- 5. Jardineiro
- 6. Auxiliar de Jardinagem
- 7. Operador de micro trator
- 8. Operador de Roçadeira Costal
- 9. Operador de Motosserra
- 10. Motorista
- 11. Engenheiro Agrônomo
- 12. Material de Consumo
- 13. Insumos
- 14. Insumo de Jardinagem
- 15. Ferramentas
- 16. Equipamentos
- 17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

- 19. Plantas
- 20. Sementes
- 21. EPI
- 22. Uniformes

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
7.1	Vaso Redondo 45x35 Planta Polietileno Plástico Decorativo - MODELO VRF45 ou similar	UN	R\$ 118,38
7.2	Vaso 45x50 Planta Polietileno Resina Plástico Decorativo - MODELO VGF45 ou similar	UN	R\$ 155,71
7.3	Vaso Redondo 45x50 Planta Polietileno Plastico Decorativo - MODELO VRGF45 ou similar	Un	R\$ 142,39
7.4	Vaso Redondo Planta 60x38 Polietileno Plastico Decorativo - MODELO VRF60 ou similar	UN	R\$ 185,59
7.5	Vaso de Planta 60x38 de Polietileno Plástico Decorativo - MODELO VTF60 ou similar	UN	R\$ 208,90
7.6	Vaso Bacia Horta Jardim Polietileno Plastico 50x18 ou similar	UN	R\$ 135,61
7.7	Vaso de Planta 75x40 de Polietileno Plastico Decorativo - MODELO VTF75 ou similar	UN	R\$ 216,69
7.8	Vaso Grande de Planta 90x40 de Plástico Decorativo - MODELO VQF90 ou similar	UN	R\$ 337,66
7.9	Vaso Jardineira 100x40 Horta Jardim Polietileno Plastico - MODELO JGF100 ou similar	UN	R\$ 245,47
7.10	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.1 e 6.6: Modelo PRL45	UN	R\$ 16,52
7.11	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.2: Modelo PGL45	UN	R\$ 81,24
7.12	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.3: sem modelo específico	UN	R\$ 73,31
7.13	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.4: Modelo PRL60	UN	R\$ 34,01
7.14	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.5: Modelo PQL60	UN	R\$ 25,97
7.15	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.7: Modelo PQL75	UN	R\$ 77,49
7.16	Prato correspondente ao Vaso do Item 6.8: Modelo PQL90	UN	R\$ 72,70

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação

2. Resumo mão de obra

3. Produtividades

4. Encarregado de Jardinagem

5. Jardineiro

6. Auxiliar de Jardinagem

7. Operador de micro trator

8. Operador de Roçadeira Costal

9. Operador de Motosserra

10. Motorista

11. Engenheiro Agrônomo

12. Material de Consumo

13. Insumos

14. Insumo de Jardinagem

15. Ferramentas

16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

19. Plantas

20. Sementes

21. EPI

22. Uniformes

ITEM	DESCRIÇÃO	NOME BOTÂNICO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
8.1	Agapanto	<i>Agapanthus</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 20,42
8.2	Alecrim	<i>Rosmarinus Officinalis</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 12,27
8.3	Aloe Vera	<i>"Aloe"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 28,60
8.4	Alpínia Purpurata	<i>"Alpinia purpurat"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 21,80
8.5	Alpinia Variegata	<i>"Alpinia zerumbet "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 27,47
8.6	Agave Angustifolia	<i>"Agave angustifolia"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 23,76
8.7	Antúrio Vermelho	<i>"Anthurium"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 31,33
8.8	Areca Bambu	<i>"Dypsis Lustescens"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 56,67
8.9	Aspargo Alfinete	<i>"Asparagus Densiflora"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 14,00
8.10	Azaléia Sulfurina	<i>"Rhododendron Simsii"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 35,00
8.11	Brilhantina	<i>"Pilea MicroPhylla"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 3,57
8.12	Bougainvillea	<i>"Bougainvillea spectabilis"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 21,67
8.13	Buxinho nº 5	<i>"Buxus sempervirens"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 131,60
8.14	Cica Circinallis	<i>"Cycas circinalis "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 140,00
8.15	Cica Revoluta	<i>"Cycas revoluta "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 88,67
8.16	Schefflera variegata	<i>Heptapleurum arboricola Hayata</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 31,33
8.17	Clorofito	<i>"Choloriphytum comosum"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 1,45
8.18	Clusia Verde	<i>"Clusia-fluminensis"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 23,85
8.19	Clusia Variegata	<i>"Clusia-fluminensis variegata"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 21,80
8.20	Dracena Arbórea	<i>"Dracaena Arborea"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 81,67
8.21	Dracena Tricolor	<i>"Dracaena marginata tricolor"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 48,67
8.22	Dracena Verde	<i>"Dracaena Marginata"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 43,45
8.23	Formio Verde	<i>"Phormium tenax"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 33,00
8.24	Heliconia	<i>"Heliconia Rostrata"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 27,40
8.25	Hibisco	<i>"Hibiscus"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 49,69
8.26	Ixora Coral	<i>"Ixora Javanica"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 3,37
8.27	Lea	<i>"Leea "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 47,00
8.28	Lea Rubra	<i>" Leea rubra"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 52,31
8.29	Maranta Variegata	<i>"Ctenanthe oppenheimiana"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 24,71
8.30	Murta	<i>"Myrtus "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 21,95
8.31	Palmeira Fenix	<i>"Phoenix"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 112,50
8.32	Palmeira Licuala	<i>"Licuala grandis"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 193,33
8.33	Palmeira Rafis	<i>"Raphis"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 52,00
8.34	Peperomia Tricolor	<i>"Peperomia magnoliifolia"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 28,09
8.35	Pingo de Ouro	<i>"Duranta repens "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 2,83
8.36	Pleomele Verde	<i>" Dracaena reflexa "</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 61,00
8.37	Pleomele Variegata	<i>"Dracaena reflexa"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 64,33
8.38	Podocarpo	<i>" Podocarpaceae"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 32,75
8.39	Quaresmeira roxa	<i>"Tibouchina granulosa"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 42,00
8.40	Singonio	<i>" Syngonium podophyllum"</i>	Muda (Porte Comercial)	R\$ 3,67

	8.41	Trapoeaba Lambari Roxo	“ <i>Trapoeaba Roxo</i> ”	Muda (Porte Comercial)	R\$	2,50
	8.42	Zamioculca	“ <i>Zamioculcas</i> ”	Muda (Porte Comercial)	R\$	41,67
	8.43	Jibóia Verde	“ <i>Epipremnum pinnatum</i> ”	Muda (Porte Comercial)	R\$	20,00
	8.44	Impatiens	“ <i>Impatiens Walleriana</i> ”	Muda (Porte Comercial)	R\$	6,27

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação

2. Resumo mão de obra

3. Produtividades

4. Encarregado de Jardinagem

5. Jardineiro

6. Auxiliar de Jardinagem

7. Operador de micro trator

8. Operador de Roçadeira Costal

9. Operador de Motosserra

10. Motorista

11. Engenheiro Agrônomo

12. Material de Consumo

13. Insumos

14. Insumo de Jardinagem

15. Ferramentas

16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

19. Plantas

20. Sementes

21. EPI

22. Uniformes

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	VALOR UNITÁRIO
9.1	Sache Alface	unid.	R\$ 4,67
9.2	Sache Almeirão	unid.	R\$ 4,67
9.3	Sache Abobrinha	unid.	R\$ 4,41
9.4	Sache Abóbora	unid.	R\$ 4,65
9.5	Sache agrião	unid.	R\$ 4,67
9.6	Sache alho- poro	unid.	R\$ 4,33
9.7	Sache Berinjela	unid.	R\$ 4,67
9.8	Sache beterraba	unid.	R\$ 4,67
9.9	Sache Brócolis	unid.	R\$ 4,67
9.10	Sache cebola	unid.	R\$ 4,67
9.11	Sache cebolinha	unid.	R\$ 4,67
9.12	Sache chicória	unid.	R\$ 4,67
9.13	Sache coentro	unid.	R\$ 4,67
9.14	Sache couve chinesa	unid.	R\$ 3,92
9.15	Sache couve flor	unid.	R\$ 4,67
9.16	Sache Couve-manteiga	unid.	R\$ 4,67
9.17	Sache ervilha	unid.	R\$ 4,67
9.18	Sache espinafre	unid.	R\$ 4,67
9.19	Sache feijão vagem	unid.	R\$ 4,67
9.20	Sache melão	unid.	R\$ 4,67
9.21	Sache nabo	unid.	R\$ 4,67
9.22	Sache pepino	unid.	R\$ 4,67
9.23	Sache pimentão	unid.	R\$ 4,67
9.24	Sache pimenta	unid.	R\$ 4,67
9.25	Sache quiabo	unid.	R\$ 4,67
9.26	Sache rabanete	unid.	R\$ 4,67
9.27	Sache rábano	unid.	R\$ 4,67
9.28	Sache repolho	unid.	R\$ 4,67
9.29	Sache rúcula	unid.	R\$ 4,67
9.30	Sache salsa	unid.	R\$ 4,50
9.31	Sache tomate	unid.	R\$ 4,67

planilha de custos jardinagem

1. Resumo da Contratação

2. Resumo mão de obra

3. Produtividades

4. Encarregado de Jardinagem

5. Jardineiro

6. Auxiliar de Jardinagem

7. Operador de micro trator

8. Operador de Roçadeira Costal

9. Operador de Motosserra

10. Motorista

11. Engenheiro Agrônomo

12. Material de Consumo

13. Insumos

14. Insumo de Jardinagem

15. Ferramentas

16. Equipamentos

17. Defensivos

18. Vasos e Pratos

19. Plantas

20. Sementes

21. EPI

22. Uniformes

Item	Operador de Roçadeira	UN
10.1	Avental para operador de roçadeira	UN
10.2	Protetor auditivo operador de roçadeira	UN
10.3	Óculos para operador de roçadeira	UN
10.4	Perneira de segurança talas de PVC e fechamento em solda eletrônica (operador de roçadeira)	UN
10.5	Bota de PVC, com solado em PVC com alto teor de borracha nitrílica no solado e no cano, antiderrapante com forro interno em poliéster.	PAR
10.6	Cinturão de segurança, tipo paraquedista, argola dorsal, fivela de ajustes nas pernas e torso tipo passante; Capacidade de 190kg, indicador de quedas embutido;	UN
		Total
Item	Jardineiros e Auxiliares de jardinagem	UN
10.7	Par de luvas de segurança em vaqueta – 5 dedos	PAR
10.8	Protetores auriculares	UN
10.9	Luvas de borracha para limpeza em geral (par)	PAR
10.10	Protetor Solar Profissional FPS 60 1/3 UVA 4 Litros	FR
10.11	Óculos de proteção contra impactos, armação em plástico rígido.	UN
10.12	Bota de segurança com biqueira	PAR
10.13	Cinta protetora abdominal e lombar com suspensório para coluna - unisex	UN
		Total
Item	Aplicação de Agrotóxicos	UN
10.14	Calçado de Segurança com biqueira, para aplicação de agrotóxico.	PAR
10.15	Óculos de Segurança Transparente, para aplicação de agrotóxico.	UN
10.16	Protetor Auricular, tipo abafador, para aplicação de agrotóxico.	UN
10.17	Macacão para Pulverização;	UN
10.18	Luvas de PVC tamanho grande, para aplicação de agrotóxico.	PAR
10.19	Máscara com filtro-vapor Orgânico;	UN
10.20	Máscara Descartável;	UN
10.21	Touca Árabe.	UN
10.22	Calça de motosserrista;	UN
10.23	Jaqueta para motosserrista;	UN
10.24	Capacete	UN
10.25	Protetor auricular, tipo abafador, para motosserrista.	UN
10.26	Protetor facial para motosserrista.	UN
10.27	Óculos do tipo viseira para motosserrista	UN
10.28	luvas de segurança em vaqueta – 5 dedos, para motosserrista.	PAR
10.29	Perneira para motosserrista	PAR
10.30	Calçado de segurança com biqueira, para motosserrista.	PAR

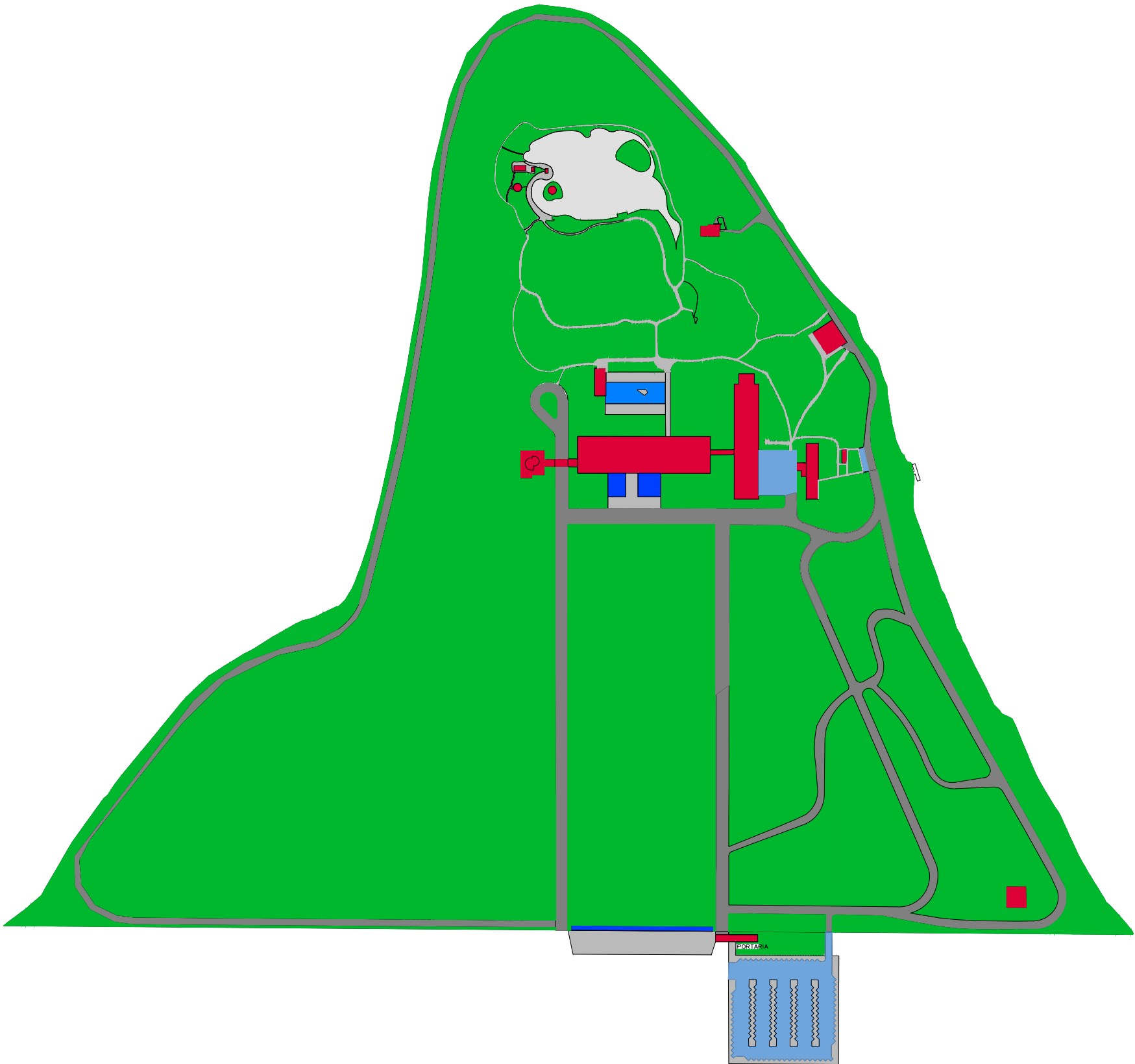
Total









planilha de custos jardinagem


1. Resumo da Contratação
2. Resumo mão de obra
3. Produtividades
4. Encarregado de Jardinagem
5. Jardineiro
6. Auxiliar de Jardinagem
7. Operador de micro trator
8. Operador de Roçadeira Costal
9. Operador de Motosserra
10. Motorista
11. Engenheiro Agrônomo
12. Material de Consumo
13. Insumos
14. Insumo de Jardinagem
15. Ferramentas
16. Equipamentos
17. Defensivos
18. Vasos e Pratos
19. Plantas
20. Sementes
21. EPI

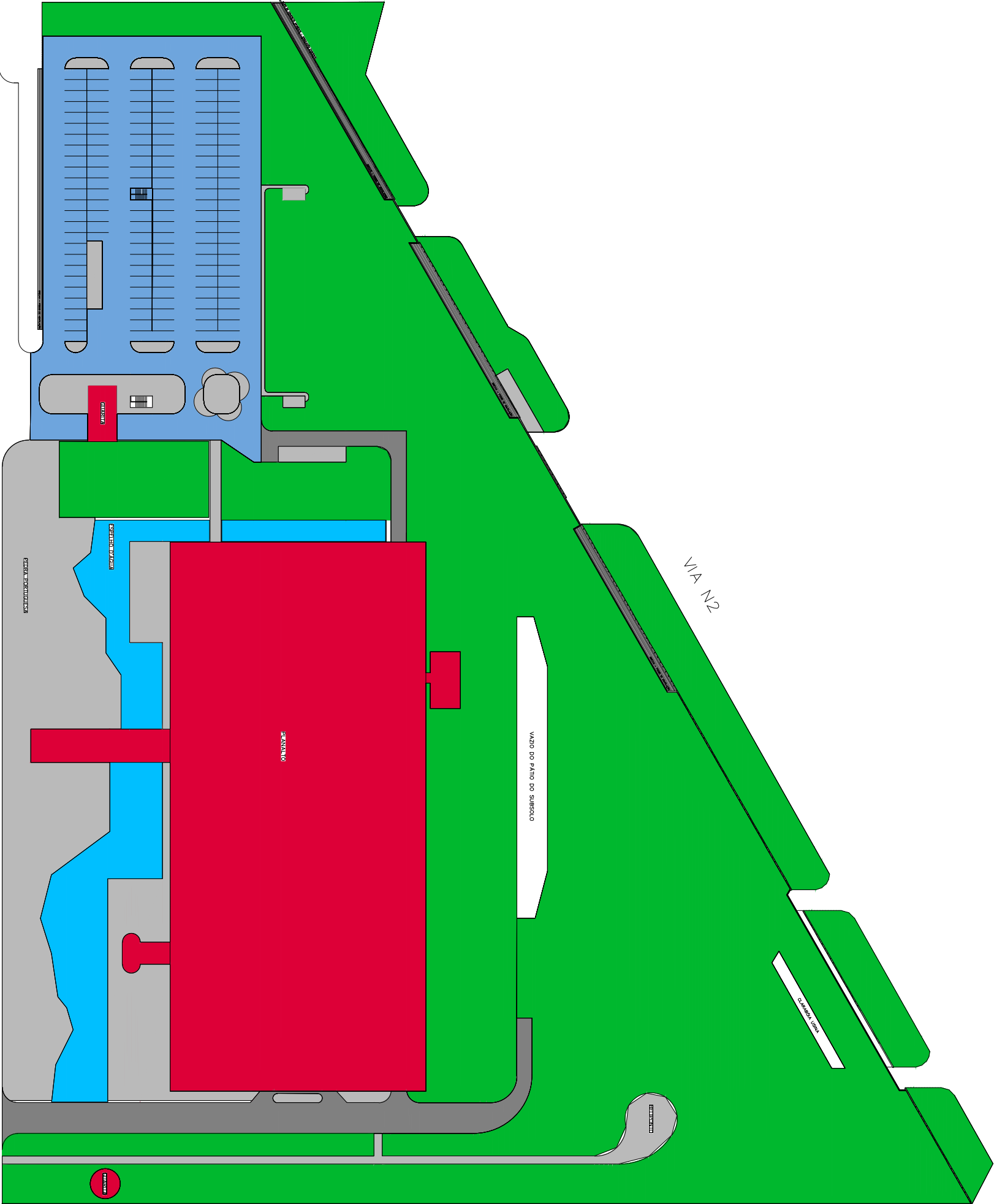
22. Uniformes

POSTO	ITEM	UNIFORME	UNID	QTD. SEMESTRE (A)	QTD ANUAL (B = Ax2)	PREÇO UNITÁRIO (C)	PREÇO TOTAL (D = BxC)
ENCARREGADO DE JARDINAGEM ENGENHEIRO AGRÔNOMO	1	Coturno em nobuck na cor marrom café com cadarços	Un	1	2	142,27	R\$ 284,54
	2	Calça modelo cargo com bolso faca frontal, 02 bolsos traseiros e 02 bolsos com tampas fechados por abotoamento nas laterais das pernas	Un	3	6	47,50	R\$ 285,00
	3	Camisa manga curta azul claro, confeccionada em “tecido sempreigual” fechamento por abotoamento frontal, gola interpelada	Un	4	8	39,84	R\$ 318,72
	4	Colete pesca fotógrafo repórter biólogo caça – na cor caqui	Un	1	1	154,47	R\$ 154,47
	5	Boné	Un	2	4	36,33	R\$ 145,32
	6	Meia	Par	5	10	15,20	R\$ 152,00
	7	Abrigo impermeável	Un	1	2	21,95	R\$ 43,90
	TOTAL POR EMPREGADO						R\$ 1.383,95
	TOTAL POR EMPREGADO/MÊS						R\$ 115,33
	TOTAL DE EMPREGADOS						
TOTAL MENSAL DA CATEGORIA						R\$ -	
OPERADOR DE MICRO TRATOR	9	Calça em brim	Un	4	8	R\$ 103,00	R\$ 824,00
OPERADOR DE MOTOSSERRA	10	Camiseta em malha fria com mangas compridas e com punho nas mangas	Un	4	8	R\$ 36,12	R\$ 288,96
	11	Boné	Un	2	4	R\$ 12,54	R\$ 50,16
MOTORISTA	12	Meia	Par	5	10	R\$ 15,20	R\$ 152,00
AUXILIAR DE JARDINAGEM	13	Bota	Par	2	4	R\$ 70,41	R\$ 281,64
	14	Abrigo impermeável	Un	1	2	R\$ 44,91	R\$ 89,82
TOTAL POR EMPREGADO						R\$ 1.686,58	
TOTAL POR EMPREGADO/MÊS						R\$ 140,55	
TOTAL DE EMPREGADOS							
OPERADOR DE ROÇADEIRA COSTAL	TOTAL MENSAL DA CATEGORIA						R\$ -



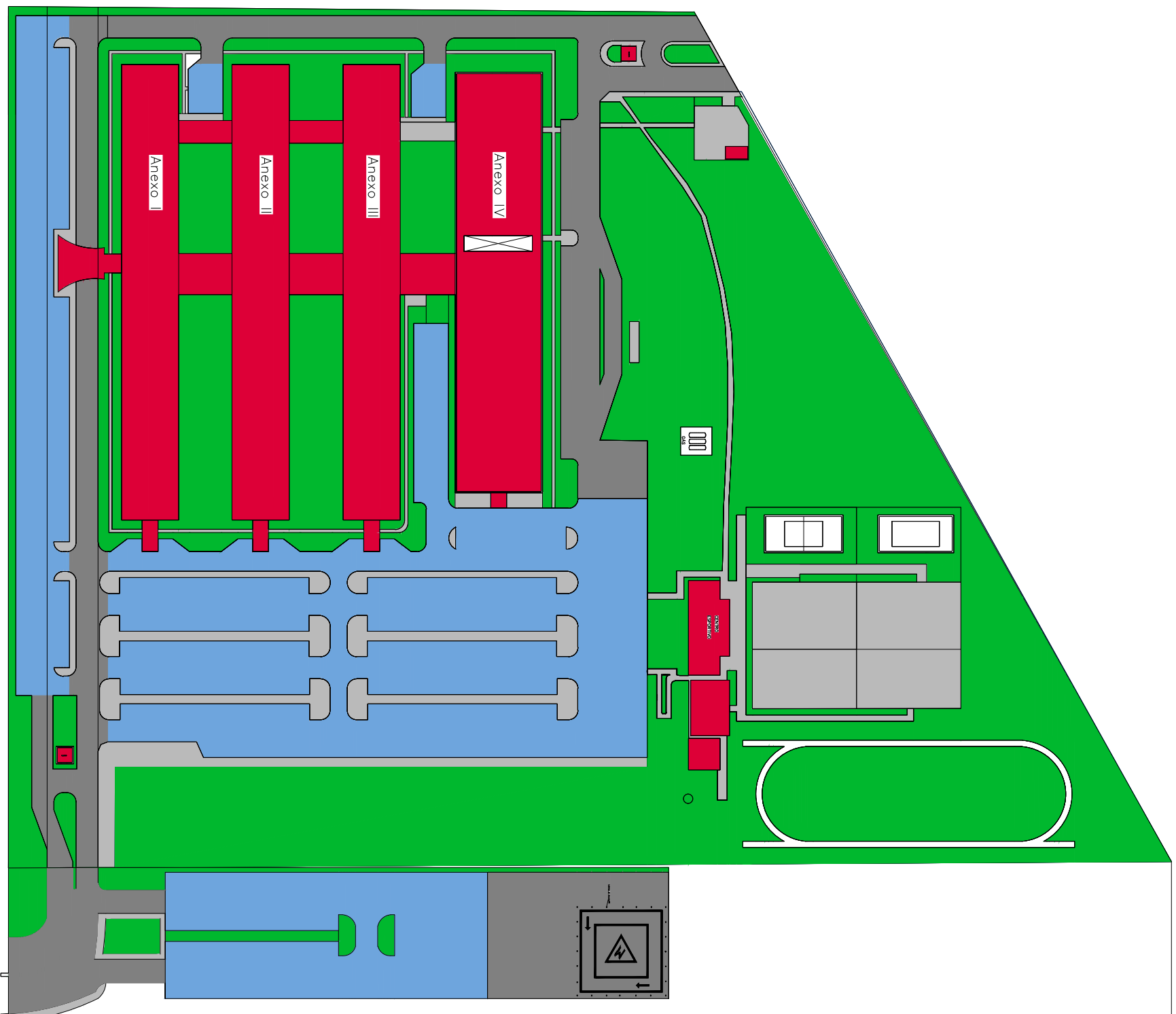
LEGENDA		
	Cobçada	9.139m2
	Asfalto	32.620m2
	Estacionamento	7.384m2
	Ocupação	8.235m2
	Área Verde	307.460m2
	Lago	6342m2
	Piscina	866m2
	Espelho d'água	662m2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
PALÁCIO DA ALVORADA		TIPO: ARQUITETURA	
		PRANCHAS:	
MANCHAS DE ÁREAS		01 / 13	
PALÁCIO DA ALVORADA – ÁREAS			
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	Z:\COENIG_ESPECIFIC\PLANTAS\Doca\Quadro de Áreas\ÁREAS 2017\PR - Áreas Alvorada - 2017



LEGENDA	
<div></div>	Colçada 4.626m2
<div></div>	Estacionamento 4.379m2
<div></div>	Asfalto 1.150 m2
<div></div>	Ocupação 8.625m2
<div></div>	Área Verde 20.397m2
<div></div>	Espelho d'água 1.733m2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
PALÁCIO DO PLANALTO		TIPO: ARQUITETURA
MANCHAS DE ÁREAS		PRANCHAS:
PALÁCIO DO PLANALTO – ÁREAS		02 / 13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA
EXCERTE DO PROJETO DE ARQUITETURA DO PALÁCIO DO PLANALTO – 2017		

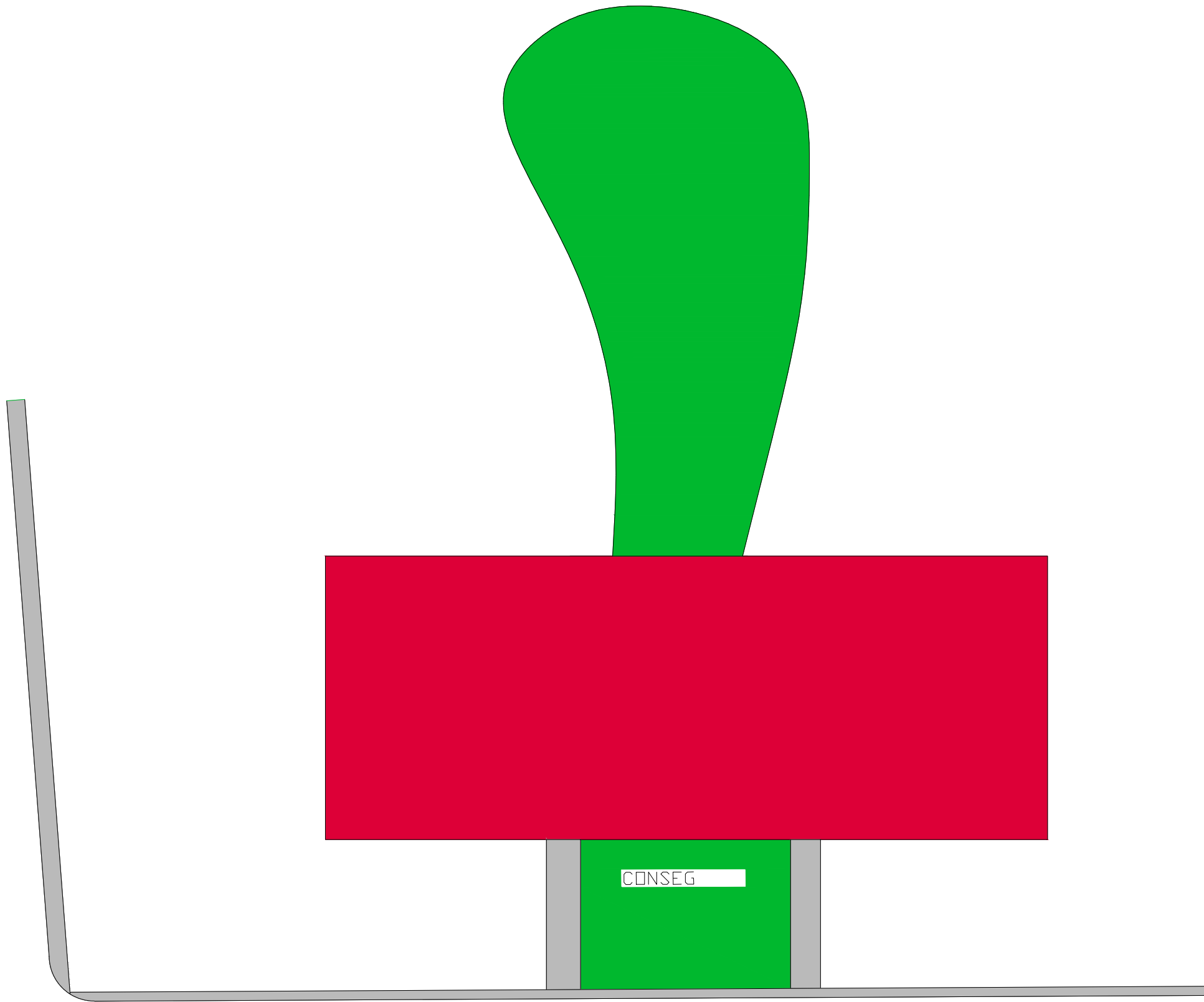


LEGENDA

Calçada	8.905m ²
Estacionamento	18.740m ²
Asfalto	9.972m ²
Ocupação	13.268m ²
Área Verde	15.896m ²

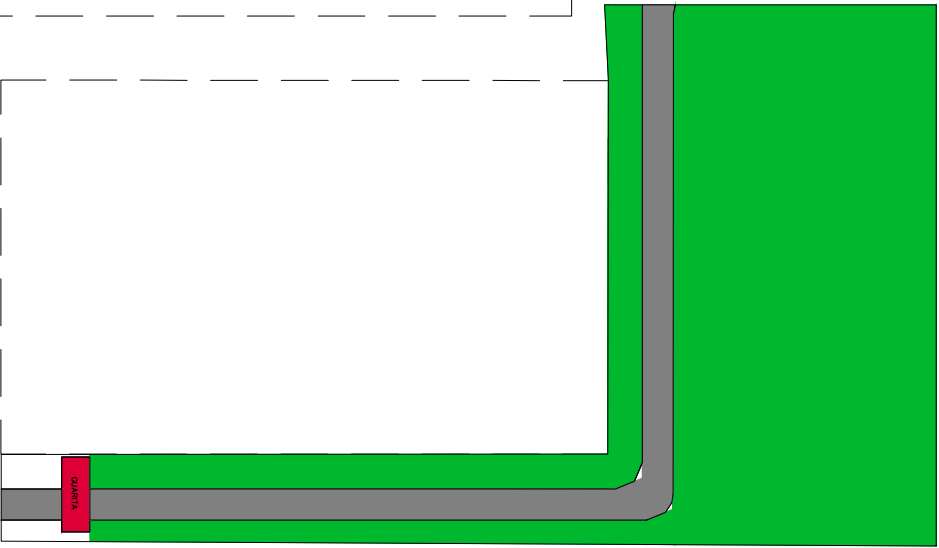
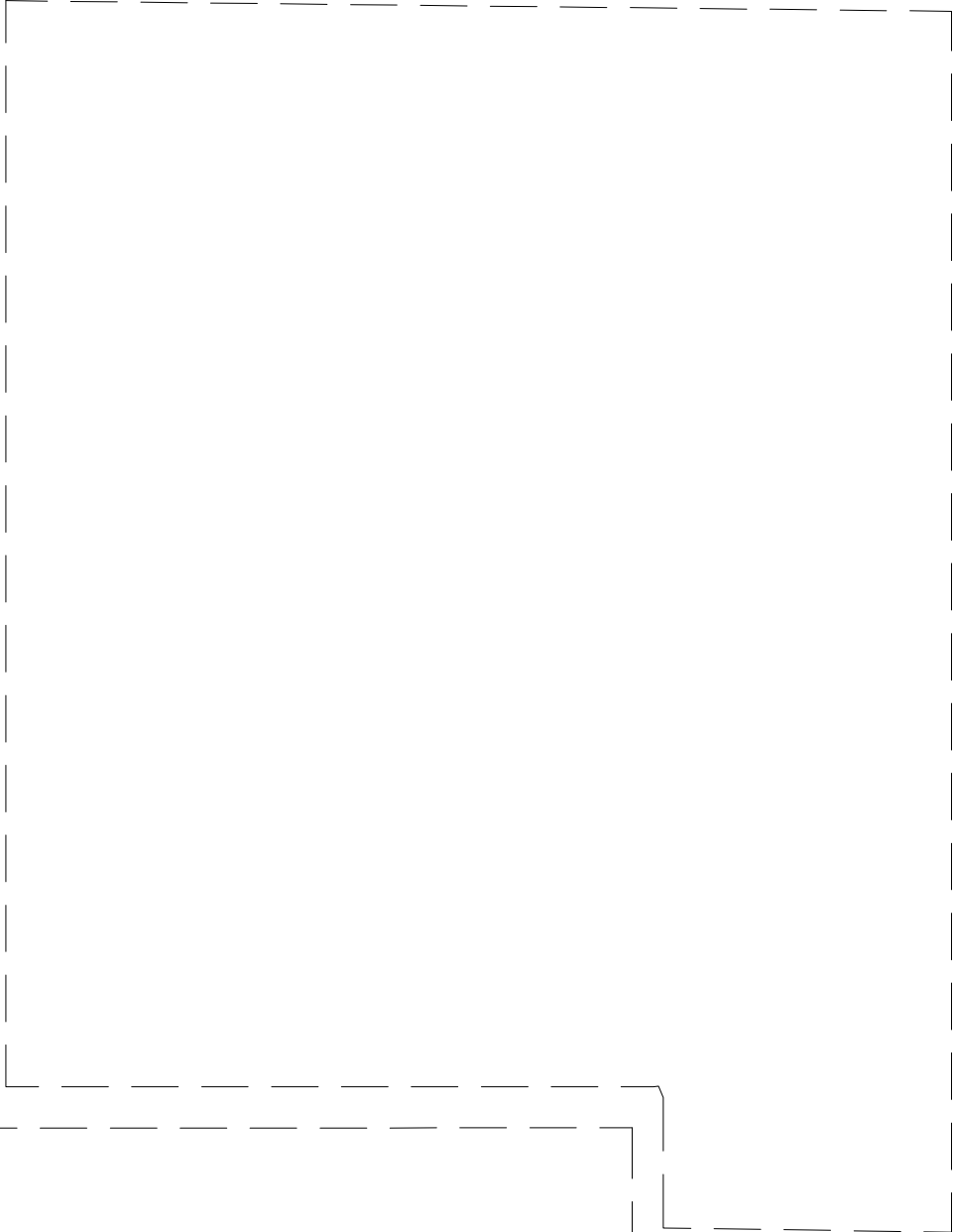
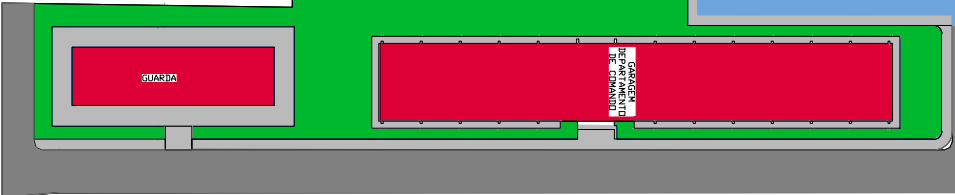
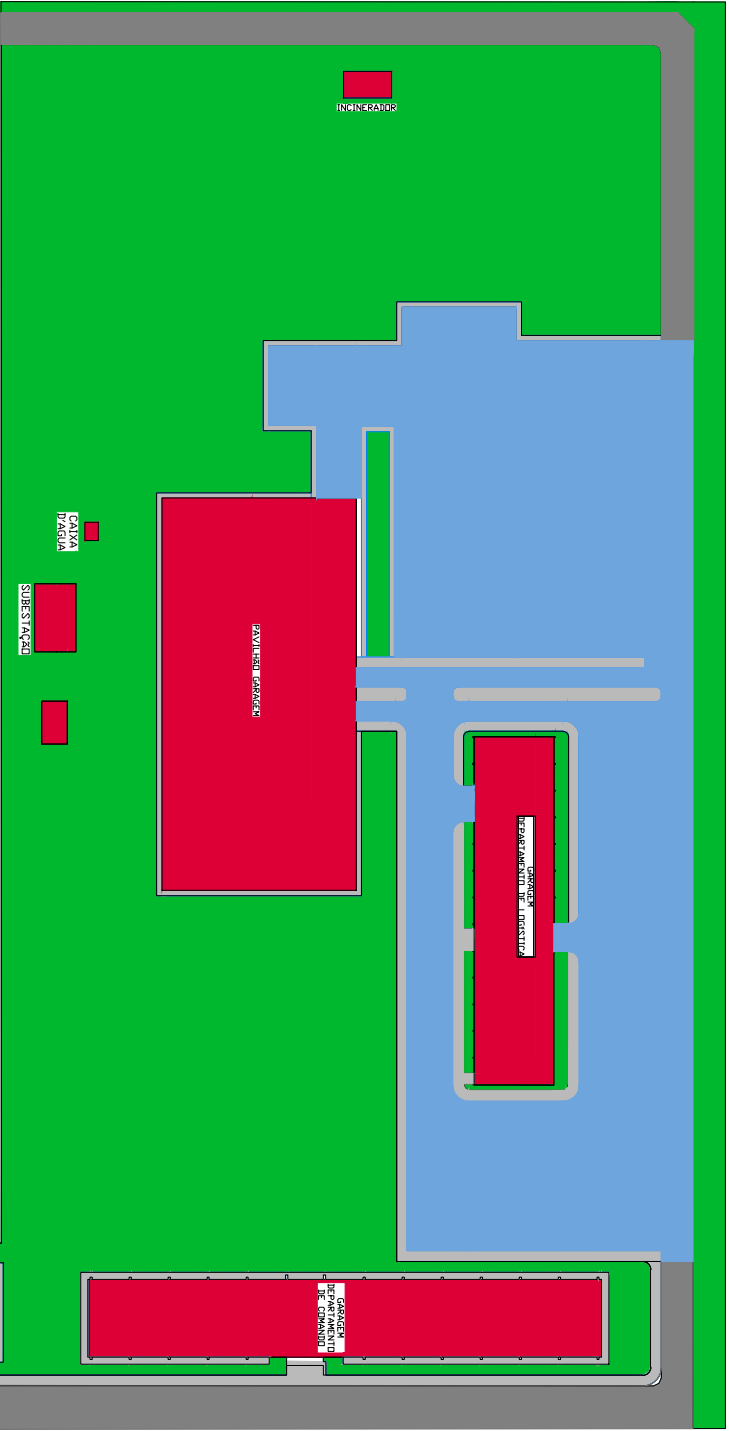
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

	DATA: 00/08/17		ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	MANCHAS DE ÁREAS ANEXOS	PRANCHA: 03 / 13	TIPO: ARQUITETURA
	PALÁCIO DO PLANALTO						



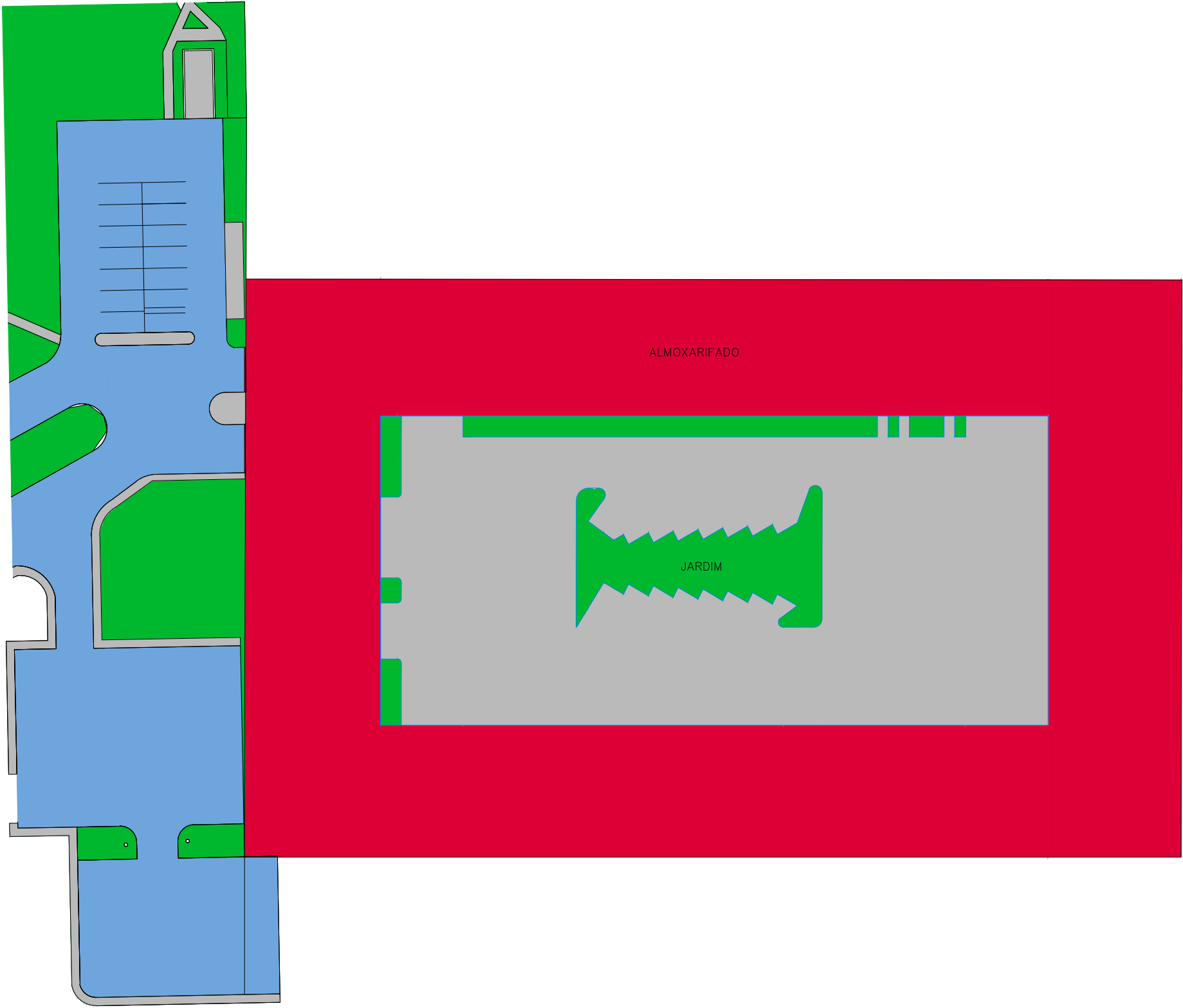
LEGENDA		
<div></div>	Calçada	135m2
<div></div>	Ocupação	910m2
<div></div>	Área Verde	657m2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
	PALÁCIO DO PLANALTO		TIPO: ARQUITETURA
	MANCHAS DE ÁREAS		PRANCHA:
	COSEG – ÁREAS		04/13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	Z:\CD\ENG_ESPECIFIC\CD\PLANTAS\DOCs\Quadro de Áreas\ÁREAS 2017\PR_4 - Área Coseg - 2017



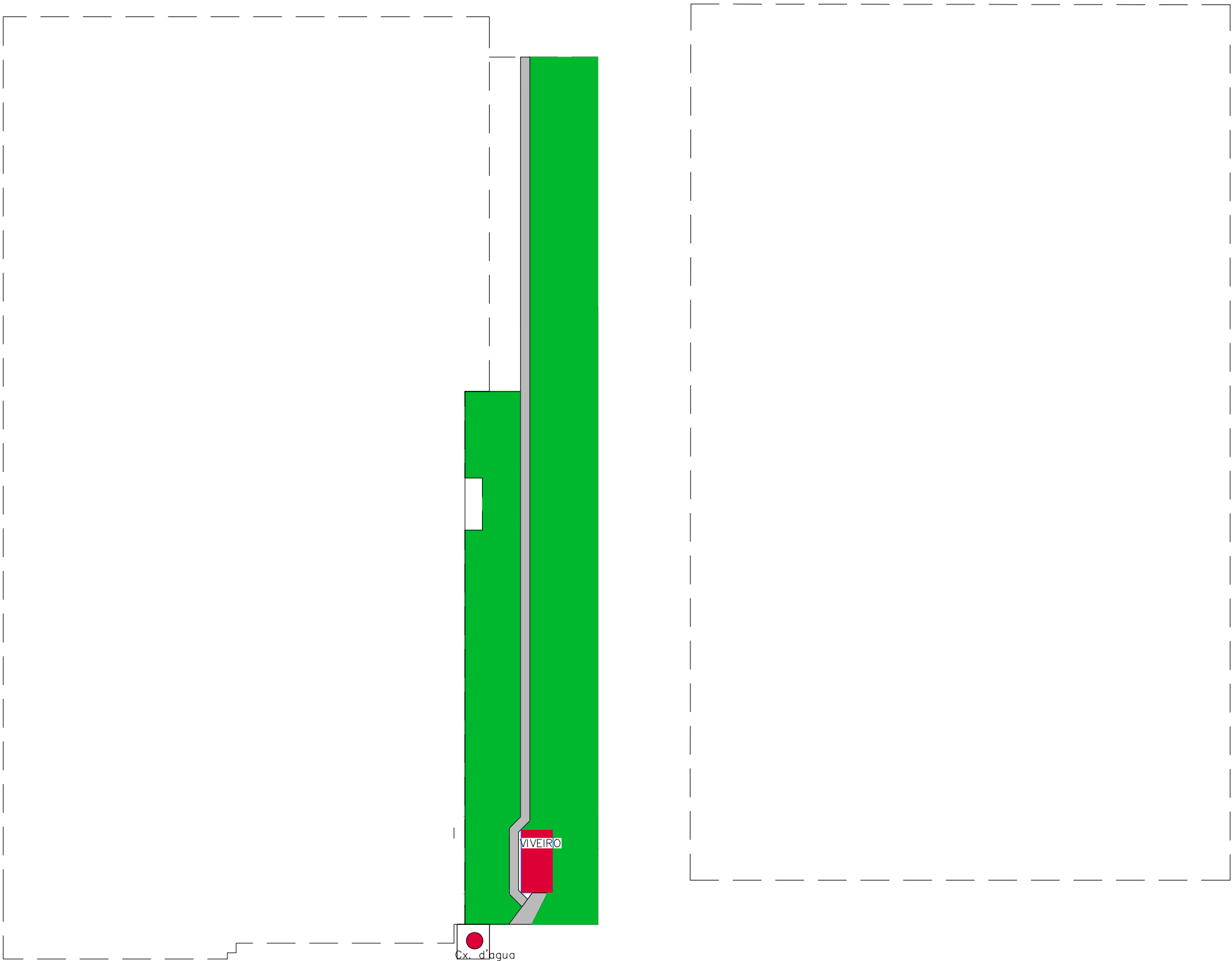
1




PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
PALÁCIO DO PLANALTO		TIPO: ARQUITETURA	
MANCHAS DE ÁREAS		PRANCHA:	
SPR – ÁREAS		05 / 13	
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	ZACIENG-ESPECIFICACIÓNPUNTIAS\UDCs\Quadro de áreas\ÁREAS 2017\PR_5 – área SPR – 2017



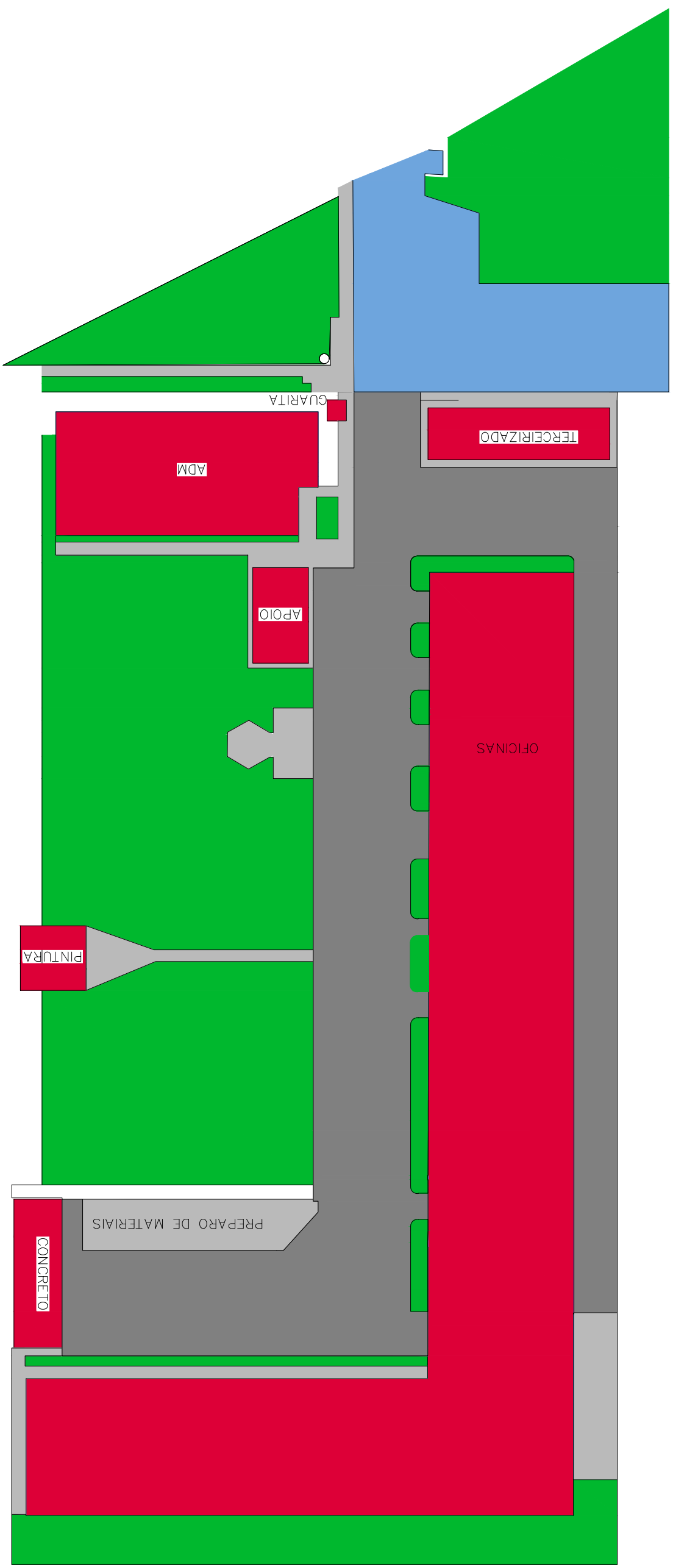
LEGENDA	
<div></div> Calçada	2.826m2
<div></div> Estacionamento	2.078m2
<div></div> Ocupação	4.918m2
<div></div> Área Verde	1.495m2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
	ALMOXARIFADO		TIPO: ARQUITETURA
	MANCHAS DE ÁREAS		PRANCHA:
	ALMOXARIFADO – ÁREAS		06 / 13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	Z:\CD\ENG_ESPECIFIC\CD\PLANTAS\DOCs\Quadro de áreas\ÁREAS_2017\PR 6 - área Almoarifado - 2017









LEGENDA		
	Calçada	143m2
	Ocupação	34m2
	Área Verde	1.426m2

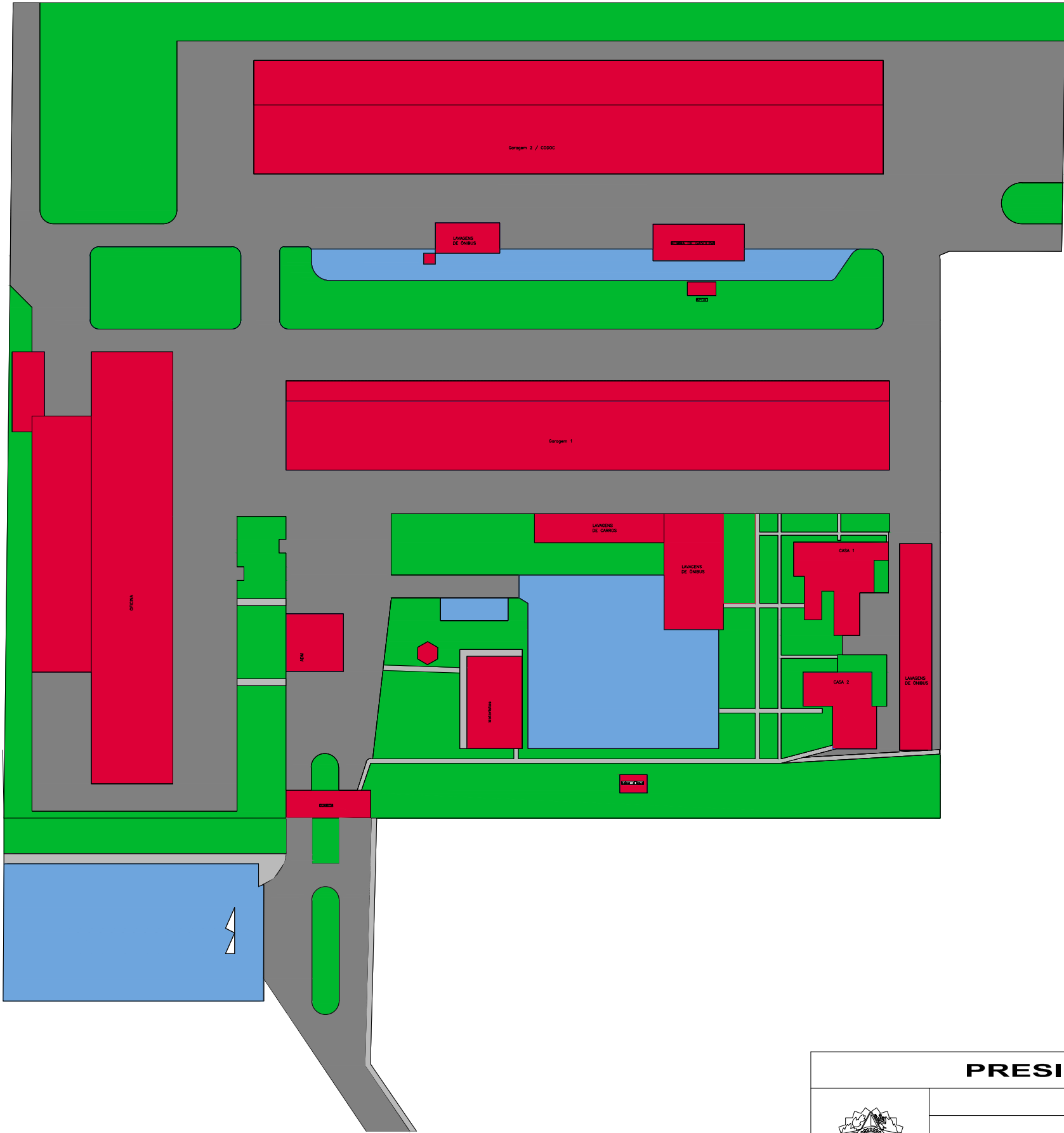
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
	ESTUFA DE PLANTAS		TIPO: ARQUITETURA
	MANCHAS DE ÁREAS		PRANCHA:
	ESTUFA DE PLANTAS		07/13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	Z:\CDENG_ESPECIFICO\PLANTAS\DOCs\Quadro de Áreas\ÁREAS 2017\PR-7 - Área Estufa de plantas - 2017





LEGENDA

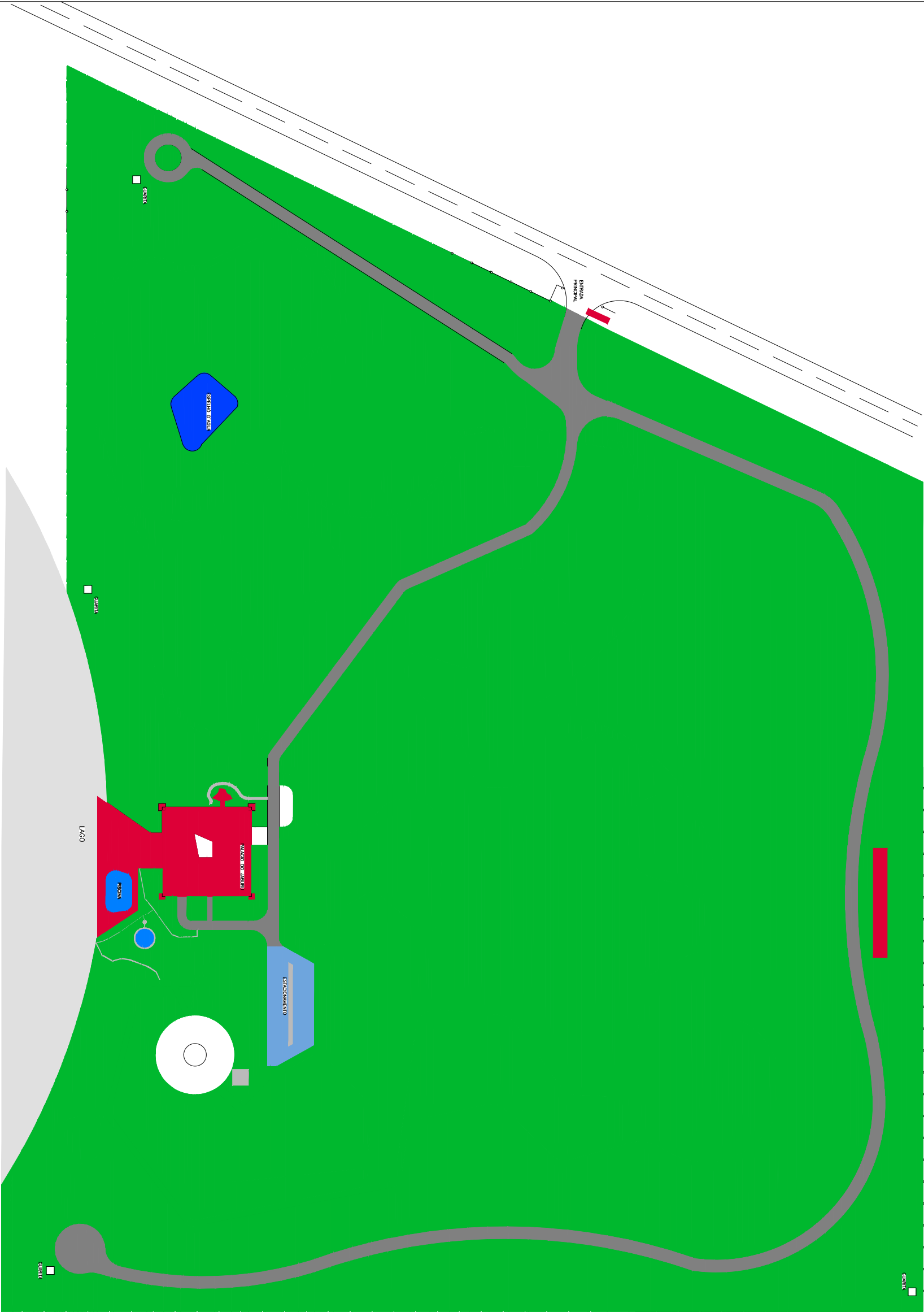
	Calçada	750m
	Estacionamento	513m
	Asfalto	1.954m
	Ocupação	2.710m
	Área Verde	2.981

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
	COENGE		TIPO: ARQUITETURA
	MANCHAS DE ÁREAS COENGE – ÁREAS		PRANCHA: 08 / 13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	Z:\COENGE_ESPECIFIC\DD\PLANTAS\JDCs\Quadro de Áreas\ÁREAS 217\PR_8 - Área Coenge - 2017



LEGENDA	
	Calçada 919m2
	Estacionamento 3.230m2
	Asfalto 1.782m2
	Ocupação 10.124m2
	Área Verde 12.214m2








PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
	COTRAN		TIPO: ARQUITETURA
	MANCHAS DE ÁREAS		PRANCHA:
	COTRAN		09 / 13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	Z:\CD\ENG_ESPECIFICD\PLANTAS\DOCs\Quadro de Áreas\ÁREAS 2017\PR_9 - Área Cotran - 2017



LEGENDA	
Calçada	300m2
Estacionamento	1200m2
Asfalto	10.959m2
Ocupação	3.635m2
Área Verde	177.595m2
Piscina	1.577m2
Espelho d'água	209m2

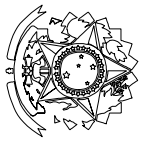
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA		
JABURU		TIPO: ARQUITETURA
MANCHA DE ÁREAS		PRANCHAS:
PALÁCIO DO JABURU		10 / 13
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA
ZV\CIENG_ESPECIFIC\PLANTAS\DIAS\Quadro de áreas\ÁREAS 2017\PR 10 -		

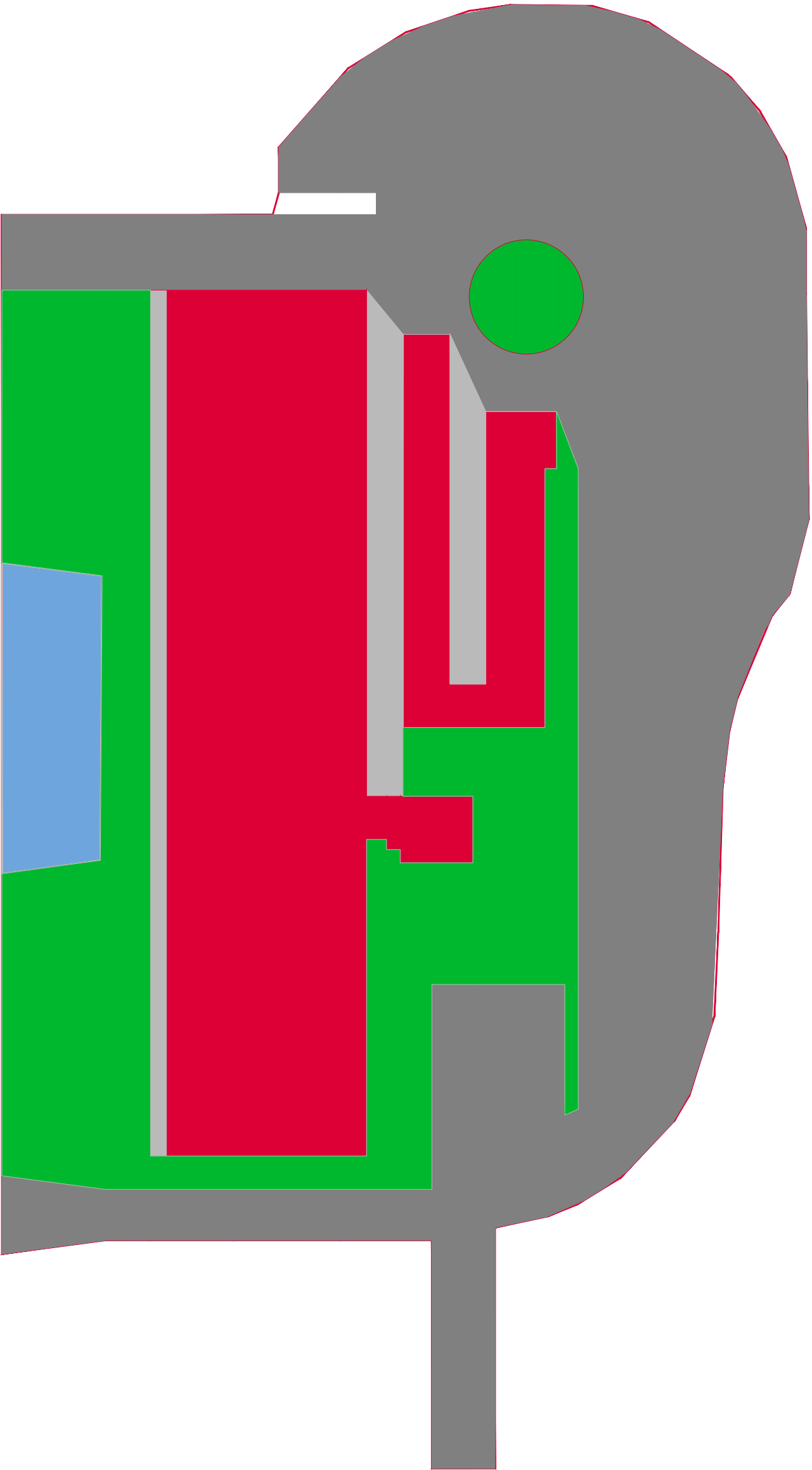







LEGENDA		
	Calçada	271m2
	Asfalto	20.805m2
	Estacionamento	519m2
	Ocupação	5.254m2
	Área Verde	72.440m2
	Piscina	118m2
	Espelho d'água	156m2

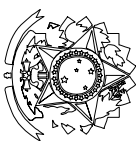
PLANTA DE LOCAÇÃO

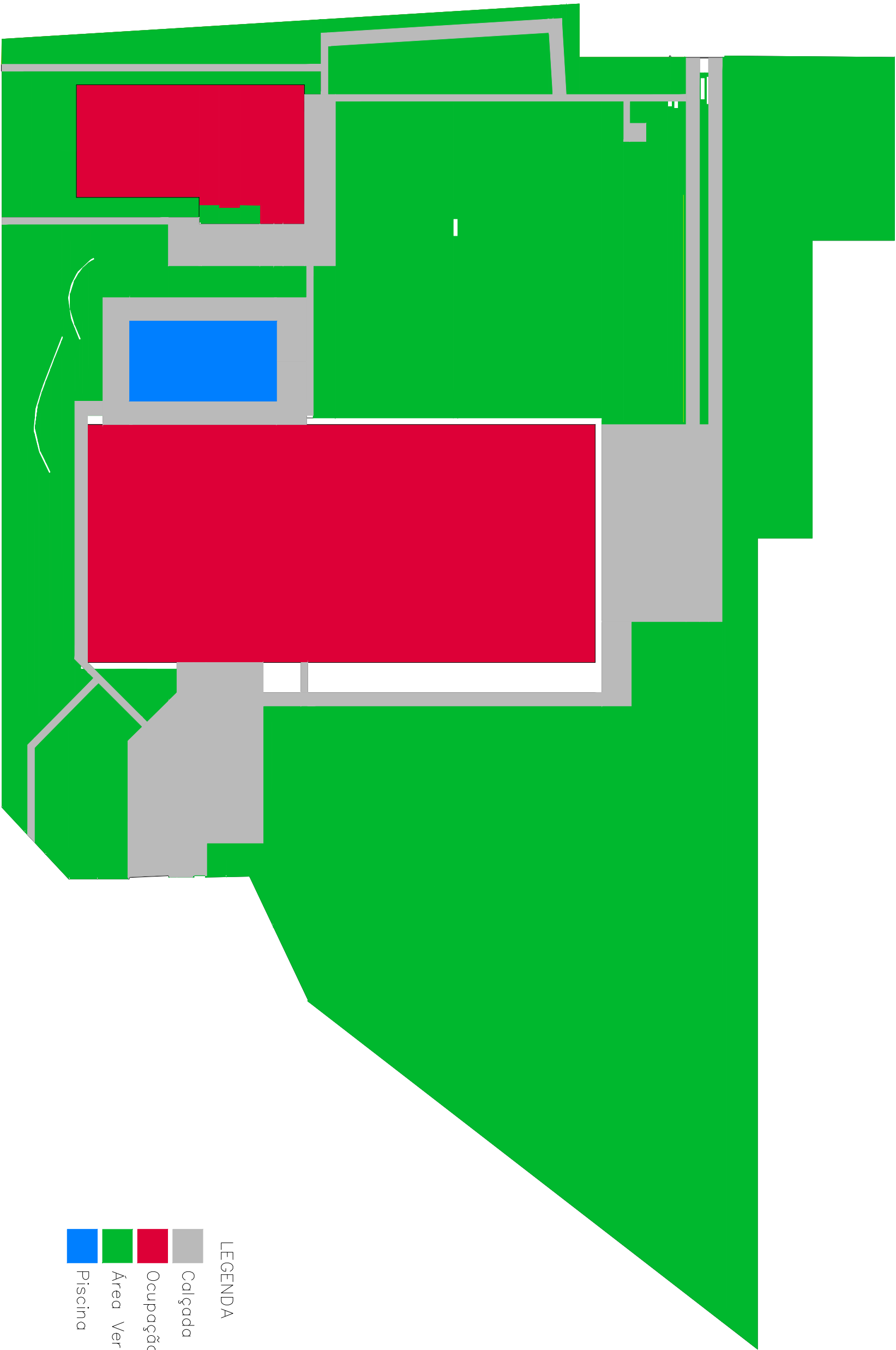
Escala: 1:2000





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
GRANJA DO TORTO		TIPO: ARQUITETURA	
MANCHA DAS ÁREAS		PRANCHA:	
GRANJA DO TORTO		II / 13	
	DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA
ANEXO: ESPECIFICAÇÃO DE ÁREAS - 2017			



LEGENDA		
	Calçada	588m²
	Asfalto	2.803m²
	Estacionamento	327m²
	Ocupação	1.782m²
	Área Verde	1.522m²

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA				
PAVILHÃO DAS METAS			TIPO: ARQUITETURA	
			PRANCHA:	
MANCHA DE ÁREAS			12 / 13	
PAVILHÃO DAS METAS				
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	ZACDENO-ESPECIFICODIVPLANTAS\TDCs\Quadro de áreas\ÁREAS - 2017\PR	
[1] - áreas Pavilhão das Metas - 2017				



LEGENDA		
	Calçada	602m2
	Ocupação	830m2
	Área Verde	3.089m2
	Piscina	50m2

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA			
IMÓVEL FUNCIONAL QL 12 CASA 4		TIPO: ARQUITETURA	
IMÓVEL FUNCIONAL QL 12 CASA 4		PRANCHAS: 13 / 13	
ÁREAS IMÓVEL FUNCIONAL QL 12 CASA 4		ENCADENAMENTO: PLANTAS E DESenhos de áreas e áreas	
DATA: 00/08/17	ESCALA:	DESENHO: ENGENHARIA	2017/PR 13 - áreas Imovel Funcional QL 12 - 2017



Presidência da República

LAUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL 01/2019

(Laudo Técnico de Insalubridade)

Objeto de Análise: Atividades e Operações Insalubres de Empregados Terceirizados Referentes ao Contrato Jardinagem – Para Conservação e Manutenção das Áreas Verdes da Presidência da República, Palácio da Alvorada, Residência Oficial Granja do Torto, Palácio do Jaburu, Residências Oficiais e Outros Órgãos vinculados a Presidência da República.

Funções Analisadas: Encarregado; Jardineiro; Operador de Micro trator; Operador de Roçadeira, Operador de Motosserra, Operador de Soprador, Auxiliar de Jardinagem, Motorista de Veículo de Cargas em Geral e Engenheiro Agrônomo.



Março / 2018

LAUDO TÉCNICO DE INSALUBRIDADE

1 INTRODUÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO

OBJETO DE ANÁLISE: Atividades e Operações Insalubres de empregados terceirizados referentes ao Contrato de Jardinagem – Para Conservação e Manutenção das Áreas Verdes.

LOCALIZAÇÃO: Presidência da República, Palácio da Alvorada, Residência Oficial Granja do Torto, Palácio do Jaburu, Residências Oficiais e Outros Órgãos vinculados a Presidência da República.

FUNÇÕES ANALISADAS: Encarregado; Jardineiro; Operador de Microtrator; Operador de Roçadeira, Operador de Motosserra, Operador de Soprador, Auxiliar de Jardinagem, Motorista de Veículos de Cargas em Geral e Engenheiro Agrônomo.

1.2 AUTOR

A análise e elaboração do laudo técnico de insalubridade é de responsabilidade de João Batista de Freitas Brasil, engenheiro de segurança do trabalho, CREA 3041/D – 12ª Região - Brasília





– DF, lotado na COSAU/DIGEP, da Secretaria de Administração / Secretaria-Geral da Presidência da República.

1.3 OBJETIVO

Realizar o Levantamento de Riscos com o objetivo de identificar os agentes agressivos presentes no ambiente laboral que possam provocar mal ou prejuízo à saúde dos empregados terceirizados caracterizando ou não as atividades ou operações como insalubres à luz da legislação trabalhista.

1.4 LEGISLAÇÃO APLICADA

- Lei nº 6.514/1977, que altera o Capítulo II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/1978, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;
- Orientação Normativa nº 4, de 14/02/2017, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências.

1.5 PARADIGMAS

O laudo está baseado em informações e em atividades observadas nos empregados terceirizados que desenvolvem



atividades de conservação e manutenção das áreas verdes da Presidência da República, Palácio da Alvorada, Residência Oficial Granja do Torto, Palácio do Jaburu, Residências Oficiais e Outros Órgãos vinculados a Presidência da República é desenvolvido nos ambientes externos.

2 ASPECTOS RELACIONADOS À PROFISSÃO E AO AMBIENTE DE TRABALHO

2.1 AMBIENTE DE TRABALHO

Áreas Verdes da Presidência da República, Palácio da Alvorada, Residência Oficial Granja do Torto, Palácio do Jaburu, Residências Oficiais e Outros Órgãos vinculados a Presidência da República. O trabalho é desenvolvido nos ambientes externos. De um modo geral os ambientes são: Vias, estacionamentos, canteiros, gramados e lagos.

2.2 ATIVIDADES PROFISSIONAIS

As atividades desenvolvidas pelos empregados nas atividades de conservação e manutenção de áreas verdes estão assim discriminadas:

- **Encarregado:** Acompanhar, instruir, fiscalizar e supervisionar todas as frentes de trabalho exigindo dos funcionários o máximo desempenho das atividades;
- **Jardineiro:** Plantar / remover / replantar árvores; plantas ornamentais e hortaliças; podar árvores; podar para a formação de topiaria, quando aplicável; aplicar defensivos



agrícolas como formicidas, herbicidas e fungicidas com emprego de pulverizadores manuais; adubar e fertilizar com emprego de adubo orgânico e adubo químico;

- **Operador de Microtrator:** Operar microtrator acoplado a implementos para executar trabalhos diversos; podar o gramado; transportar material orgânico e químico. Nessas operações há contato direto com o combustível numa frequência de quatro vezes ao dia;
- **Operador de Roçadeira Costal:** Podar a grama. Existe contato com combustível seis vezes ao dia havendo exposição ao ruído do equipamento;
- **Operador de Motosserra:** Podar e erradicar árvores, utilizando motosserra; escalar árvores de grande, médio e pequeno porte conforme a necessidade; zelar pelo funcionamento e manutenção dos equipamentos de corte, e executar outras atividades de mesma natureza e mesmo níveis de complexidade e responsabilidade;
- **Operador de Soprador:** Manuseio do soprador de folhas e gramas tendo contato com o combustível seis vezes ao dia. Há exposição ao ruído do equipamento;
- **Auxiliar de Jardinagem:** Rastelar, limpar e varrer restos de grama e folhas; coletar o lixo orgânico e vegetal; realizar limpeza com a retirada de pragas após aplicação de defensivos agrícolas; Irrigar manualmente canteiros e plantas; limpar os espelhos d'água e lagos; carregar e descarregar caminhões;
- **Motorista de Veículos de Carga em Geral:** Transportar, coletar e entregar cargas em geral; movimentar equipamentos



e peças; vistoriar cargas; definir rotas e assegurar a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança.

- **Engenheiro Agrônomo (Responsável Técnico):** Fiscalizar os serviços de combate às pragas, parasitas e moléstias que atacam as plantas, prejudicando a cultura de plantas e alimentos, na aplicação de defensivos agrícolas (agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, entre os quais, herbicidas, inseticidas e fungicidas); planejar, coordenar e executar atividades agronômicas e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais; fazer gestão, supervisionar, coordenar e dar orientação técnica; coletar dados, estudar, planejar, projetar, especificar; estudar a viabilidade técnico-econômica e ambiental; prestar assistência, assessoria e consultoria; vistoriar, periciar, avaliar, monitorar, elaborar laudo e parecer técnico; executar outras atividades de mesma natureza ou níveis de complexidade e responsabilidade.

2.3 HORÁRIO DE TRABALHO

De um modo geral, de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 17:00h de acordo com o horário de cada dependência com intervalo de uma hora para o almoço e aos sábados de 08:00 às 12:00h.

No caso do engenheiro agrônomo a frequência é de 8 horas por dia e 44 horas semanais.





2.4 EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS

Baseado em informações e em observação “in loco” pode-se concluir que os empregados ficam expostos aos seguintes riscos ambientais:

- **Encarregado**

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente das fontes como trator, soprador e roçadeira costal. O ruído equivalente dessas fontes é acima de 85 dB(A);
- **Riscos Químicos:** Exposição a defensivos agrícolas organoclorados e organofosforados nas tarefas de combate às pragas, mesmo que de forma intermitente;
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como lançamento de pedras/objetos, máquinas e equipamentos sem proteção; picadas de animais peçonhentos e outras situações similares;
- **Ergonômicos:** Trabalho realizado em pé, controle de produtividade; monotonia e repetitividade.

- **Jardineiro**

- **Riscos Químicos:** Exposição a defensivos agrícolas organoclorados e organofosforados nas tarefas de combate às pragas; exposição à poeiras orgânicas (esterco, farinha de ossos) e minerais (uréia) e exposição a gases provenientes da fermentação de adubos químicos e orgânicos;





- **Biológicos:** Exposição a microrganismos biológicos (bactérias e fungos) nas operações de aplicação de adubos orgânicos (esterco de animais);
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como materiais pérfuro-cortantes (cacos de vidros, lâminas ou outros da mesma natureza); picadas de animais peçonhentos e outras situações similares;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas (cócoras), monotonia e repetitividade;

- **Operador de Microtrator**

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente do motor do trator e dos implementos. O ruído equivalente dessas fontes são acima de 85 dB(A);
- **Riscos Químicos:** Exposição aos gases (monóxido de carbono) provenientes da descarga do equipamento; exposição à poeiras geradas pela escarificação do solo, no corte de gramas e outras situações similares;
- **Acidentes:** Situações de riscos que podem contribuir para a ocorrência de acidentes como lançamento de pedras/objetos, acidente com o microtrator envolvendo tombamento, batidas e atropelamentos; falta de sinalização adequada e outras situações similares;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas; esforço físico intenso; monotonia e repetitividade.



- **Operador de Roçadeira Costal**

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente do motor da roçadeira. O ruído equivalente dessa fonte é acima de 85 dB(A); exposição à vibração localizada nos punhos;
- **Riscos Químicos:** Exposição aos gases (monóxido de carbono) provenientes da descarga do motor da roçadeira costal; exposição à poeiras geradas pela escarificação do solo, no corte de gramas e outras situações similares;
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como lançamento de pedras/objetos e picadas de animais peçonhentos;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas; esforço físico intenso; trabalho realizado em pé; monotonia e repetitividade.

- **Operador de Motosserra:**

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente do motor da motosserra quando em funcionamento. O ruído equivalente dessa fonte é em torno de 99 dB(A);
- **Riscos Químicos:** Exposição aos gases (monóxido de carbono) provenientes da descarga do motor da motosserra;
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como quedas de altura, cortes provocados por estilhaços de madeira e das partes em movimento do equipamento sem a devida proteção;



- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas; esforço físico intenso;

- **Operador de Soprador**

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente do motor do soprador. O ruído equivalente dessa fonte é acima de 85 dB(A);
- **Riscos Químicos:** Exposição aos gases (monóxido de carbono) provenientes da descarga do motor do soprador;
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como lançamento de pedras/objetos e picadas de animais peçonhentos;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas; esforço físico intenso; trabalho realizado em pé, monotonia e repetitividade.

- **Auxiliar de Jardinagem**

- **Riscos Químicos:** Exposição a defensivos agrícolas organoclorados e organofosforados nas tarefas de limpeza e retirada de pragas; exposição à poeiras orgânicas (esterco, farinha de ossos) e minerais (uréia) e exposição a gases provenientes da fermentação de adubos químicos e orgânicos nas operações de limpeza e rastelo de gramas contaminadas;
- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente de motores como do soprador, roçadeira costal e trator quando em atividades próximos a esses equipamentos. O ruído equivalente dessas fontes é acima





de 85 dB(A); exposição à umidade nas limpezas dos espelhos d'água e lagos;

- **Biológicos:** Exposição a microrganismos biológicos (bactérias e fungos) nas operações de limpezas dos espelhos d'água e lagos;
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como materiais perfuro-cortantes (cacos de vidros, lâminas ou outros da mesma natureza); picadas de animais peçonhentos e outras situações similares;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas (cócoras), monotonia e repetitividade.

• **Motorista de Veículos de Carga em Geral**

- **Riscos Físicos:** Exposição ao ruído ocupacional proveniente do motor como do veículo. O ruído equivalente dessa fonte é inferior a 85 dB(A) não trazendo riscos para o motorista;
- **Acidentes:** Situações de riscos no trânsito que podem ocorrer acidentes;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas, ritmo de trabalho, estresse.

• **Engenheiro Agrônomo**

- **Riscos Químicos:** Exposição a defensivos agrícolas (agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, entre os quais, herbicidas, inseticidas e fungicidas) nas tarefas de limpeza e retirada de pragas; exposição a fertilizantes granulados;



exposição a poeiras orgânicas (estercos, farinha de ossos) e minerais (ureia) e exposição a gases provenientes da fermentação de adubos químicos e orgânicos;

- **Riscos Físicos:** Exposição eventual ao ruído de fundo proveniente de motores como do soprador, roçadeira costal e trator quando em atividades próximos a esses equipamentos. O ruído equivalente dessas fontes é acima de 85 dB(A). Exposição à radiação solar;
- **Acidentes:** Situações de riscos que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes como materiais perfuro-cortantes (cacos de vidros, embalagens, lâminas ou outros da mesma natureza); picadas de animais peçonhentos e outras situações similares;
- **Ergonômicos:** Exigência de posturas inadequadas, trabalho realizado em pé, monotonia.

2.5 TEMPO DE EXPOSIÇÃO AOS RISCOS

O tempo de exposição aos riscos é de modo habitual e permanente.

2.6 EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI

A empresa terceirizada fornece aos empregados os EPI que a atividade requer, a saber: Calçados de segurança (bota de couro de cano curto), botas de borracha, protetor auditivo tipo abafador, protetor facial, óculos de segurança, avental de raspa de couro, luvas de latex ou de borracha e uniforme.





3 RECOMENDAÇÕES

- O empregador deve fornecer gratuitamente aos empregados, EPI adequados aos riscos, em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- Os empregados devem usar obrigatoriamente os EPI sob pena de advertência, suspensão e demissão no caso de recusa injustificável do uso dos mesmos;
- Os empregados devem trabalhar em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente;
- Deve existir no ambiente de trabalho armários individuais para a guarda dos Equipamentos de Proteção Individual e outros objetos pessoais.

4 FUNDAMENTAÇÃO CIENTÍFICA REFERENTE AOS PRINCIPAIS RISCOS

• Ruído

Som e ruído são o mesmo fenômeno físico, diferindo apenas quanto a distribuição das frequências componentes, então uma definição simples de ruído é “qualquer sensação sonora indesejável”.

O ruído pode ser de impacto, contínuo ou intermitente. O ruído contínuo ou intermitente é todo aquele que não seja ruído de impacto, sendo que o ruído de impacto é todo aquele que apresenta picos de energia acústica de duração inferior a 1 segundo, a intervalos superiores a 1 segundo.



A perda auditiva induzida pelo ruído é um quadro auditivo que se caracteriza por uma perda neuro-sensorial, que inicialmente atinge as frequências de 3.000 a 4.000 Hz e que progressivamente se aprofunda nessas frequências e atinge as frequências de 2 a 6 KHz. Esta alteração se caracteriza também por ser progressiva enquanto durar a exposição excessiva e irreversível não se tendo até o presente momento, conhecimento sobre reversibilidade da lesão.

A PAIR – Perda Auditiva Induzida pelo Ruído é consequência de uma exposição prolongada a níveis de ruído ou barulho excessivos, acima dos limites estabelecidos segundo o tempo de exposição.

Na faixa habitual de ruído (ao redor de 90 dB(A)), as PAIR se manifestam após 6 anos de exposição, podendo ocorrer uma manifestação precoce em exposição excessivamente elevada. Alguns indivíduos são mais susceptíveis que outros.

• Vibrações

Vibração é o movimento, oscilação, balanço de objetos, de coisas. Quando, através do tato, sentimos a oscilação de uma corda de violão, sabemos intuitivamente o que é uma vibração. Podemos dizer que ela está vibrando e, inclusive ver o movimento.

Em trabalhos com equipamentos do tipo martelo vibratório e semelhantes, os efeitos localizam-se, principalmente, nos membros superiores, cotovelos, articulações, mãos e dedos.



Efeitos muscular/postural: dificuldade para manter a postura, bem como um aumento de balanço postural. Há uma tendência à lentidão de reflexos.

Efeitos no sistema cardiovascular: Aumento da frequência cardíaca durante a exposição à vibração.

Efeitos cardiopulmonares: Alterações nas condições de ventilação pulmonar e taxa respiratória.

Efeitos metabólicos e endocrinológicos: Alterações da bioquímica urinária e sanguínea, como uma reação genérica em humanos e animais.

Efeitos no sistema nervoso central: Epigastralgias, distensões, náuseas, perda de peso, redução da acuidade visual, insônia, desordem do labirinto, cólicas no cólon e outras. Dores no sistema muscular e osteoarticular. Atrofia muscular e lesões tróficas da pele.

Efeitos no sistema gastrointestinal: Fadiga generalizada, lesões, sangramentos enjôos e desconforto.

• Gases

Gás é a denominação dada às substâncias que, em condições normais de temperatura e pressão (25°C e 760mm de Hg), estão no estado gasoso. Exemplos: Hidrogênio, oxigênio e nitrogênio.

Os gases podem ser classificados segundo a sua ação sobre o organismo humano. Assim, podem ser divididos em 3 grupos: Irritantes, anestésicos e asfixiantes.

Uma substância pode ser classificada em mais de um grupo, mas só é classificada segundo o efeito mais importante.



O monóxido de carbono (asfixiante químico) é produzido por combustão incompleta e tem grande afinidade com hemoglobina (pigmento vermelho do sangue que carrega o oxigênio) e, por isso, desloca o oxigênio, formando a carboxihemoglobina que, por não transportar o oxigênio, provoca asfixia, principalmente no sistema nervoso central e no músculo miocárdio.

- **Defensivos Agrícolas**

Defensivos agrícolas são substâncias ou mistura de substâncias de natureza química quando destinadas a prevenir, destruir ou repelir, direta ou indiretamente, qualquer forma de agente patogênico ou de vida animal ou vegetal que seja nocivo às plantas e animais úteis, seus produtos e subprodutos e ao homem.

Os defensivos agrícolas, de acordo com sua composição química, podem ser agrupados em: compostos orgânicos sintéticos, compostos orgânicos naturais e compostos inorgânicos.

A aplicação de pesticidas na agricultura engloba um risco tóxico inerente ao produto empregado. Esta toxicidade apresenta aspectos distintos, conforme a origem do produto.

Os defensivos organofosforados têm elevado grau de toxicidade para o homem, apresentando grande grau de risco para as pessoas. Essa intoxicação é favorecida pela facilidade de penetrar no organismo não só por via oral ou por inalação de seus vapores ou neblina, como também através da pele.

Uma das vantagens dessas substâncias é que são biodegradáveis, destruindo-se fácil e rapidamente quando em



contato com a terra, água, plantas e organismos animais. Uma das propriedades desfavoráveis destas substâncias, é o fato de existir pouca diferença entre as doses e concentrações letais, e as quantidades capazes de causar pequenas alterações no organismo.

Os defensivos organofosforados podem causar irritação não somente aguda como também crônica. Por isso, a tendência atual é adotar medidas de segurança a fim de prevenir a penetração no organismo, não só de doses repetidas a intervalos consideráveis, e garantir a observação de condições sanitárias precisas, de modo a evitar a presença destas substâncias nos alimentos e nas águas.

Os defensivos organofosforados são absorvidos rapidamente através das mucosas do aparelho digestivo, do aparelho respiratório e da pele, passando ao sistema cardiovascular e dali aos diferentes órgãos de uma forma ativa, enquanto que outros vão se convertendo gradualmente dentro do organismo em produtos mais ativos. Ao mesmo tempo, nos tecidos do organismo, especialmente no fígado, os defensivos organofosforados sofrem uma série de processos de desintoxicação.

Na intoxicação por defensivos organofosforados podemos diferenciar as etapas: sintomas iniciais, câimbras e paralisia. Os sintomas iniciais se caracterizam por intensa sensação de mal-estar, náuseas, vômitos, diarreias, diminuição da agudez visual, lacrimação, angústia e agitação. Se o tóxico for muito forte, a vítima sofrerá dores de cabeça, alterações da sensibilidade, sensações de calafrio, insônia, confusão mental, tremores nas



mãos, nas pernas e, as vezes, até na cabeça, alterações na fala e falta de orientação no espaço.

Quando houver penetração no organismo de grandes quantidades de tóxico, a morte pode ocorrer em uma ou duas horas, a qual ocorrerá por parada cardíaca.

- **Aduos Minerais (Ureia)**

Os adubos minerais são produzidos sinteticamente pelas indústrias químicas, através de tratamento de minerais naturais. Sua composição básica é de nitrogênio, **fósforo** e potássio, podendo ser misturados a outros oligoelementos formando adubos compostos.

A uréia (carboamida, carbodiamida) é obtida pela combinação de anidro carbônico com o amoníaco, apresentada sob a forma de cristais incolores ou amarelos, e não é tóxica ao homem;

- **Poeiras**

São partículas sólidas produzidas por rompimento mecânico de sólidos através do processo de moagem, atrito, impacto e outros, ou por dispersão secundária, como arraste ou agitação de partículas decantadas.

A maior porcentagem de partículas arrastadas pelo ar, em forma de pó, tem menos de 1 micrão de tamanho.

As doenças provocadas por poeiras são divididas em duas grandes vertentes: são as doenças das vias aéreas e a outra são as pneumoconioses, dependendo da sensibilidade individual. Entre as doenças das vias aéreas, sobressaem-se a bronquite crônica e a asma.



O risco à saúde dos trabalhadores depende muito do tempo que as partículas ficam em suspensão no ar. Quanto mais longa a permanência no ar, maior a possibilidade de ser inalada.

- **Estercos (Adubos Orgânicos)**

A utilização de esterco como adubo e condicionador do solo, mesmo não sendo altamente tóxico, comparado com as substâncias químicas empregadas na agricultura, tampouco é inofensivo. Durante sua fermentação produz diversos gases (CO_2 – NH_3 – SH_2 – CH_4), cuja concentração excessiva pode provocar asfixias e explosões. Deve-se ainda acrescentar a estes dois tipos de riscos, os de infecções e de contaminações.

Os perigos de contaminação aparecem quando existe o contato direto dos alimentos e da água com a matéria orgânica em decomposição.

O esterco de animais contém e pode transmitir microorganismos e parasitas, como no caso de dejetos de aves que podem transmitir a ornitose.

A via respiratória constitui-se em via normal de penetração de microorganismos voláteis, trazendo sérios problemas pulmonares.

Além disso, o bacilo do tétano está sempre presente no esterco, e qualquer solução de continuidade na pele, leva à doença.

Durante as tarefas e operações com adubos orgânicos, o trabalhador transpirando e em contato com o produto pode apresentar reações alérgicas e dermatoses.



- **Esforço Intenso, Exigência de Postura Inadequada, Monotonia e Repetitividade**

As condições de trabalho incluem aspectos relacionados ao trabalho desenvolvido e às condições ambientais do posto de trabalho.

As posições incômodas no desenvolver das atividades podem causar danos à coluna, joelhos e articulações.

- **Animais Peçonhentos**

O risco de picadas de escorpião, lacraia, centopeia e aranhas venenosas, também está presente no desenvolver das atividades citadas.

Os animais peçonhentos causam um grande número de vítimas, com risco de morte, principalmente quando o peso corporal é baixo, preferem lugares escuros, úmidos e frescos, e na maioria das picadas ocorre nas mãos e nos pés, picam apenas quando tocados acidentalmente pelo homem, e o número de acidentes é maior nos meses quentes.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- De acordo com o Anexo 13 (Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção localizada no local de trabalho) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que regulamenta a Lei nº 6.514, de 22/12/1977, que altera o capítulo V do Título II da



Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho, **fica caracterizada a insalubridade de grau médio em função do “Emprego de Defensivos Organofosforados (Fósforo)”**;

- De acordo com o Anexo 1 (Limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente) da NR-15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que regulamenta a Lei nº 6.514, de 22/12/1977, que altera o capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho, **fica caracterizada a insalubridade de grau médio tendo em vista a exposição ao ruído ocupacional acima do Limite de Tolerância de 85 dB(A) para 8 horas de trabalho.**





6 CONCLUSÃO

A análise dos riscos ambientais retrocitados, baseado no disposto na Norma Regulamentadora nº 15 (Atividades e Operações Insalubres) da Portaria 3.214/78, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, leva a concluir que:

6.1 As atividades desenvolvidas pelos empregados que desenvolvem atividades referentes às funções de Encarregado; Jardineiro, Auxiliar de Jardinagem e Engenheiro Agrônomo são consideradas insalubres de grau médio (20% sobre o salário mínimo) tendo em vista o que dispõe o Anexo 13 (Agentes Químicos / Emprego de defensivos organofosforados / Fósforo);

6.2 As atividades desenvolvidas pelos empregados que desenvolvem atividades referentes às funções de Operador de Microtrator, Operador de Roçadeira, Operador de Motosserra, Operador de Soprador e Encarregado, são consideradas insalubres de grau médio (20% sobre o salário mínimo) tendo em vista o que dispõe o Anexo 1 (Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores ao Limite de Tolerância);

6.3 As atividades desenvolvidas pelo motorista de veículos de cargas em geral **não são consideradas insalubres.**

Brasília, 04 de junho de 2019

João Batista de Freitas Brasil
Supervisor-COSAU/DIGEP/SA/SG/PR
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 3041/D - Brasília-DF

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000160/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/04/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR054563/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.008102/2018-03
DATA DO PROTOCOLO: 02/10/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL, CNPJ n. 00.412.403/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO;

E

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA, CNPJ n. 59.940.957/0001-60, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). SERGEI AUGUSTO MONTEIRO FORTES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissão liberal dos Engenheiros do Plano da CNPL das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS****CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES GERAIS****SALÁRIOS DO SUCESSOR**

Admitido ou promovido empregado para o cargo de outro que tenha sido demitido, transferido, aposentado, falecido ou que tenha pedido demissão, ser-lhe-á garantido salário igual ao inicial da faixa do Plano de Cargos e Salários das empresas associadas.

No caso de a empresa associada não possuir Plano de Cargos e Salários fica estabelecida a livre negociação entre as partes.

REAJUSTE SALARIAL

Os salários de maio de **2018**, assim considerados aqueles resultantes da aplicação integral dos índices de reajustes salarial, serão corrigidos, na data base de 1º de maio de **2018, em 2,0% (dois pontos percentuais)**.

Ficam preservados os aumentos ocorridos no período de maio de 2017 a abril de 2018, a título de mérito, promoção, transferência, incremento de idade, inclusive aumentos reais concedidos pela empresa associada em caráter incomensável.

Para os empregados admitidos após a data base, o reajuste, de que trata o caput desta cláusula, deverá ser aplicado com o critério de proporcionalidade, observado o disposto no artigo 461 da CLT, respeitada a

isonomia salarial de cada empresa, bem como o piso salarial da categoria.

TABELA DE PROPORCIONALIDADE

MÊS DE ADMISSÃO	ATUALIZAÇÃO (%)
MAIO 2017	2,00
JUNHO 2017	1,83
JULHO 2017	1,67
AGOSTO 2017	1,50
SETEMBRO 2017	1,33
OUTUBRO 2017	1,17
NOVEMBRO 2017	1,00
DEZEMBRO 2017	0,83
JANEIRO 2018	0,67
FEVEREIRO 2018	0,50
MARÇO 2018	0,33
ABRIL 2018	0,17

As antecipações salariais concedidas entre 01.05.2017 a 30.04.2018 poderão ser compensadas.

As diferenças salariais resultantes da aplicação do índice de reajuste poderão ser pagas sem qualquer acréscimo, até a folha de pagamento dos 2 (dois) meses subsequentes à assinatura deste Acordo.

PISO SALARIAL

Ficam estabelecidos os seguintes pisos salariais:

O Piso salarial para os engenheiros com mais de 2 (dois) anos da data de concessão da habilitação profissional é de **R\$ 8.109,00 (oito mil cento e nove reais)** para uma jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Fica instituído o piso salarial para os engenheiros em início de carreira, com até 2 (dois) anos da data da concessão da habilitação profissional, de **R\$ 5.724,00 (cinco mil setecentos e vinte e quatro reais)**, para uma jornada de 36 (trinta e seis) horas semanais, acrescidas de 8 (oito) horas semanais, sem qualquer contraprestação pecuniária, para atividades de aperfeiçoamento profissional, no ambiente de trabalho.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES GERAIS

HORAS EXTRAS

As Horas Extras serão remuneradas com os seguintes adicionais:

A – 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados de segunda a sábado;

B – 100% (cem por cento) sobre o valor da hora ordinária para trabalhos extraordinários realizados aos domingos e feriados.

Na hipótese da prestação de jornada extraordinária em domingos, feriados ou dias já compensados, exceto quando concedida folga compensatória, as horas trabalhadas estarão sujeitas ao adicional previsto no caput, além do pagamento da jornada de folga.

Deverá ser observado pelas empresas o limite máximo de que trata o artigo 59 da CLT.

O pagamento (ou desconto) das horas extras (ou horas de ausência) será feito respeitando o valor de salário do mês de execução.

REFLEXO DAS HORAS EXTRAS E DO AVISO PRÉVIO

A média das horas extras, bem como do adicional noturno, refletirá no pagamento das férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Enquanto as empresas não possuírem restaurante ou fornecimento de refeição, deverá fornecer a todos os seus empregados auxílio-alimentação através de Vale Refeição, no valor de R\$ 27,00 (vinte e sete reais), subsidiando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) deste valor, percentual que não poderá sofrer redução.

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado à suas operações, ou para facilidade dos empregados, o pagamento total ou parcial do auxílio alimentação em dinheiro.

O benefício do auxílio alimentação pago em dinheiro tem caráter meramente indenizatório, para todos os fins.

O benefício do auxílio alimentação não se caracteriza, para todos os efeitos, como salário utilidade.

VALE TRANSPORTE

É facultado às empresas efetuar, se assim se tornar necessário, recomendado ou adequado às suas operações, ou facilidade dos empregados, o pagamento do Vale Transporte em dinheiro, respeitados os direitos e limites estabelecidos pela Lei 7.418 de 16.12.85, regulamentada pelo Decreto nº 95.247 de 17.01.87.

O pagamento do vale transporte feito em espécie não integrará o salário, por ser indispensável à prestação do serviço.

AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo falecimento de empregado durante o vínculo, ainda que suspenso ou interrompido, a empresa pagará aos seus beneficiários valor equivalente ao seu último salário contratual, juntamente com as demais verbas rescisórias, auxílio este com características estritamente indenizatórias.

O auxílio funeral não será devido quando for mantida apólice de Seguro de Vida em Grupo ou Acidente paga integralmente pela empresa.

REEMBOLSO CRECHE

As empresas reembolsarão às suas empregadas mães importância equivalente a R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), mensalmente, para cada filho (inclusive adotivo) de até 6 (seis) anos, pagamento este que fica condicionado à comprovação dos gastos com internamento em creche ou instituição análoga, de livre escolha da empregada.

Será concedido o benefício na forma do caput aos empregados do sexo masculino que, sendo viúvos, solteiros ou separados, comprovadamente detenham a guarda do filho.

PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas com mais de 50 (cinquenta) funcionários manterão Plano de Assistência Médica, podendo ser incluída a assistência odontológica, a critério de cada empresa.

Os empregadores se obrigam a contratar o Plano de Assistência Médica cobrindo, pelo menos 20% (vinte por cento) do custo deste plano de cada empregado titular.

O empregado que não desejar aderir ao Plano de Saúde oferecido pela empresa deverá efetuar a sua renúncia ao benefício, por escrito, ficando, desta forma, a empresa desobrigada ao disposto nesta cláusula.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - MODALIDADES

RESCISÕES CONTRATUAIS

As empresas deverão proceder à competente quitação das rescisões contratuais nos prazos da Lei 7.855/89 e do art. 477 da CLT. Os pagamentos efetuados com atraso estarão sujeitos à correção monetária idêntica à prevista na legislação vigente para atualização de débitos trabalhistas.

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Nos casos de readmissão de empregado para a mesma função anteriormente exercida, não será celebrado contrato de experiência se o empregado for readmitido num prazo inferior a 12 (doze) meses de sua demissão.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA SEXTA - NORMAS GERAIS

BANCO DE HORAS

Fica firmado o Banco de Horas, que permite acumular saldo de horas positivas e negativas, quer na prestação de serviços em jornadas extraordinárias de trabalho para atender necessidades contratuais de empregador, quer para atender ausências particulares dos empregados.

O Banco de Horas terá como limite o total de 32h/mês positivas ou negativas, que se acumularão durante o período de 12 (doze) meses ou 1 (um) ano, findo o qual deverá ser zerado no mês subsequente, por meio do pagamento ou desconto do saldo de horas remanescentes, iniciando-se então novo período.

O excedente às 32h no mês deverá ser remunerado, se positivo, com acréscimo percentual estabelecido nesta Convenção Coletiva; ou se negativo, descontado como hora normal, no mês seguinte ao de sua apuração.

Poderão as partes, empregado e empregador, se assim convier, negociar para que o saldo de horas possa ser transferido para outro período de apuração. Se positivo, para que possa ser compensado em correspondente período de faltas total ou parcial e na forma ordinária; ou, em se tratando de saldo negativo, para que seja descontado, também na forma ordinária, de uma só vez ou parceladamente.

Salvo as exceções previstas no Art. 61 da CLT, a jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar o limite de 10h, compreendendo-se nesse limite a compensação do sábado, objeto da duração semanal da jornada de trabalho.

Ocorrendo rescisão contratual, as horas de saldo positivas, então existentes, serão remuneradas com o acréscimo conforme percentual estabelecido nesta Convenção, ou descontadas como horas normais, se negativas.

DURAÇÃO SEMANAL DO TRABALHO

As empresas manterão, sem redução dos salários, jornada real de trabalho cuja duração será de 44 (quarenta e quatro horas) semanais.

Para os profissionais que presentemente trabalham ou venham a trabalhar fora da sede das empresas associadas, compreendendo-se aqui tanto campo, canteiro de obras e escritórios, bem como a sede de clientes, independentemente inclusive da denominação de função ou cargo que é desempenhado pelo empregado, prevalecerá a jornada de trabalho praticada no local até o limite constitucional.

As horas de ausência na duração do trabalho semanal, inclusive as pontes de feriados, poderão ser compensadas com prorrogação do horário de trabalho nos outros dias úteis, através da formação de um Banco de Horas.

DISPENSA DE EMPREGADOS EM ÉPOCA DE APOSENTADORIA

As empresas garantirão emprego ou salário aos empregados com mais de 4 (quatro) anos de trabalho na mesma empresa e que estejam a menos de 1 (um) ano do direito à aposentadoria e que, enquanto mantido

o vínculo empregatício, tenham declarado, previamente, por escrito, e comprovado esta condição junto à área de Recursos Humanos; sendo adquirido este direito, cessa a estabilidade.

Para efeito desta cláusula, entende-se como direito à aposentadoria aquela que se dá em seus prazos mínimos legais, excetuando as aposentadorias especiais.

Esta garantia não prevalecerá para os empregados demitidos por justa causa ou acordo entre as partes.

LICENÇA MATERNIDADE

Em atendimento ao preceito constitucional, as empresas associadas concederão licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias.

De acordo com a Lei nº 10.421, de 15/04/2002, que estende à mãe adotiva o direito à licença maternidade, fica estabelecido que em caso de adoção ou guarda judicial o período de gozo da licença maternidade passa a ser de 120 (cento e vinte) dias, independentemente da idade da criança.

GARANTIA À GESTANTE

Será garantido emprego ou salário à empregada gestante, desde o início da gestação até 30 (trinta) dias após o término do período de afastamento compulsório, ressaltados os casos de rescisão por justa causa, término de contrato a prazo determinado, pedido de demissão e acordo entre empregados e a empresa, sendo nesses dois últimos casos com assistência do SENGGE/DF.

A garantia prevista no caput é extensiva às empregadas que adotem criança com até 6 (seis) meses de idade ou que tenham abortado, pelo período de 30 (trinta) dias, a partir da data da adoção, devidamente comprovada, ou da data do aborto.

GARANTIA AO EMPREGADO AFASTADO PELA PREVIDÊNCIA

Garantia de emprego ou salário ao empregado afastado pela Previdência Social por motivo de doença, pelo prazo de 30 (trinta) dias contados do término do afastamento.

Esta garantia será concedida por uma única vez durante a vigência desta Convenção, exceto para os casos de afastamento por cirurgia.

RENEGOCIAÇÃO

Caso ocorram alterações significativas no cenário que interfiram diretamente nas regras estabelecidas no presente Acordo Coletivo e/ou alteração na legislação salarial vigente, as partes se comprometem a renegociar as condições, de modo a restabelecer o equilíbrio das relações trabalhistas.

AUSÊNCIAS LEGAIS

Os empregados poderão se ausentar do serviço, sem prejuízo de seus salários e sem necessidade de compensação, pelos seguintes prazos:

- a) 02 (dois) dias corridos, por motivo de falecimento do cônjuge, pais ou filhos;
- b) 02 (dois) dias corridos, por motivo de falecimento de irmãos ou pessoas que, devidamente comprovado, vivam sob sua dependência econômica;
- c) 03 (três) dias consecutivos em caso de núpcias;
- d) 05 (cinco) dias corridos na semana em caso de nascimento de filho (a).

DESCONTO PROPORCIONAL DO DSR

As empresas descontinuarão no DSR, na justa proporção, os dias ou horas não trabalhadas, respeitando a política de compensação praticada.

DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES GERAIS

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Com fundamento na decisão da Assembleia Geral Extraordinária do SENGGE/DF, realizada no dia 26 de março de 2018, os empregadores descontinuarão dos seus empregados Engenheiros e Geólogos a importância correspondente a 1% (um por cento) do salário bruto do primeiro mês subsequente ao da homologação da presente Convenção, a título de Contribuição Assistencial. Quando se tratar de empregados admitidos após a homologação desta Convenção, o desconto ocorrerá no mês seguinte ao da contratação.

As importâncias serão recolhidas pelas empresas até o 20º (vigésimo) dia do desconto na folha de pagamento e deverão ser depositadas na conta corrente 602.649-8 mantida na agência 059 do BRB – Banco de Brasília.

Os trabalhadores que não concordarem com a contribuição deverão se opor junto a empresa, por escrito, até 30 dias da data da assinatura da presente Convenção, oposição essa que será comunicada pela empresa ao SENGGE/DF.

A presente cláusula é de total responsabilidade do SENGGE/DF deliberada em suas assembleias, sendo que se responsabiliza de forma exclusiva pelos descontos estabelecidos na presente cláusula e autorizam as empresas a sua obrigatoria denúncia da lide, nos termos do art. 125, II, do CPC, em quaisquer controvérsias que envolvam a presente cláusula.

Em havendo condenação das empresas em ações referentes à Contribuição o SENGGE/DF se compromete a reembolsar a empresa dos valores da condenação.

As empresas servirão como mero agente repassador não se responsabilizando pelos descontos efetuados, que é de total responsabilidade do SENGGE/DF.

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária do SINAENCO e previsto na Constituição Federal, artigo 8º, inciso IV, combinado com o artigo 513, letra e, da Consolidação das Leis de Trabalho-CLT, o valor da contribuição, como tem ocorrido anualmente, é determinado pela classe em que se enquadra a receita operacional da empresa, de acordo com a tabela abaixo.

TABELA DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL – 2016
SINAENCO 2016

		VALOR DA CLASSEVALOR CAPITAL SOCIAL (R\$)CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (R\$)
A	ACIMA DE 8.100.000,00	R\$ 400,00
B	DE 2.700.001,00 a 8.100.000,00	R\$ 300,00

C	DE 900.001,00 a 2.700.000,00	R\$ 200,00
D	DE 100.001,00 a 900.000,00	R\$ 100,00
E	Até 100.000,00	R\$ 60,00
F	Empresas sem Empregados	R\$ 35,00

A contribuição deverá ser paga através de boleto bancário de uma única vez, com vencimento em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura desta Convenção. Os valores pagos em atraso sofrerão multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

DESPESAS DE VIAGENS

As empresas se comprometem a arcar com as despesas de viagens antecipando parte destas, devendo o empregado prestar contas dentro da sistemática e prazos estipulados por essas.

Quando for utilizado o veículo de propriedade do empregado a serviço, o valor do reembolso pelo quilômetro rodado será de pelo menos R\$ 0,85 (oitenta e cinco centavos).

MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

Fica estabelecida a multa no valor equivalente a 2% (dois por cento) do salário Normativo da Categoria, por empregado, por infração e por dia, nos casos de descumprimento das obrigações de fazer, constantes da presente Convenção Coletivas, revertendo o pagamento em favor da parte prejudicada e não podendo exceder o principal nos termos do art. 920 do código civil.

RECICLAGEM TECNOLÓGICA (APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO)

As empresas, de acordo com a conveniência e necessidade, proporcionarão treinamento tecnológico para os profissionais da área técnica, entendendo-se, como tal, a participação em cursos ministrados pelas próprias empresas ou terceiros, participação em seminários, congressos técnicos ou eventos similares de interesse do setor.

As empresas divulgarão amplamente sua política de treinamento, bem como as previsões anuais de realização de cursos, eventos, seminários, etc. incentivando a participação de seu corpo técnico.

As empresas incentivarão intercâmbio tecnológico de profissionais da área técnica, entre as empresas do setor.

As empresas enviaarão esforços na criação de mecanismos que possibilitem a adequada inovação tecnológica do quadro técnico e a transferência de conhecimento nas várias áreas das empresas.

PUBLICIDADE

As empresas concordam em divulgar, por meio de seus quadros de avisos, sob a inteira responsabilidade do SENGE/DF, informativos que tratem de interesses da Entidade, desde que sejam encaminhados formalmente para afixação, através do órgão de pessoal da empresa.

ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADES TÉCNICAS

As empresas se obrigam a efetuar o recolhimento da A.R.T. previsto na Lei 6.496 de 07/12/77, para os projetos e estudos contratados indicando ao menos um responsável técnico, por especialidade, envolvido no projeto ou estudo. As empresas se comprometem, ainda, a fornecer no ato da rescisão do contrato de trabalho a Relação de Acervo Técnico – RAT dos trabalhos executados pelo profissional durante todo o período de vigência do vínculo empregatício. As empresas e o SENGE/DF formarão, na medida da conveniência, Comissão de Estudos em conjunto com o CREA para o esclarecimento de critérios e acompanhamento desse assunto.

MUDANÇA DE LOCAL

Nos casos em que houver mudança de endereço das empresas, estas se obrigam a estudar formas que minimizem eventuais transtornos decorrentes dessa mudança, bem como a efetuar comunicação prévia ao sindicato.

JUÍZO COMPETENTE

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências surgidas na aplicação da presente Convenção.

MÁRIO CÉSAR FAUSTINO HONÓRIO

Presidente

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

SERGEI AUGUSTO MONTEIRO FORTES

PRESIDENTE

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA

MARIO CESAR FAUSTINO HONORIO

PRESIDENTE

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO DISTRITO FEDERAL

SERGEI AUGUSTO MONTEIRO FORTES

DIRETOR

SIND NACIONAL EMPR ARQUITETURA E ENGENHARIA CONSULTIVA

ANEXOS**ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000464/2018
DATA DE REGISTRO NO MTE: 30/08/2018
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR037955/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.007720/2018-28
DATA DO PROTOCOLO: 21/08/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SIN DOS TRA EM E DE T T DE P U I E E T E DE T CARGAS DF, CNPJ n. 00.701.847/0001-01, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JORGE DE FARIAS PATROCINIO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos condutores de veículos rodoviários do plano da CNTT, das empresas de prestação de serviços de limpeza, conservação ambiental, manutenção predial, trabalho temporário e serviços terceirizáveis**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS**

A todos os empregados da categoria profissional fica **garantido o reajuste salarial**, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme tabela abaixo:

ITEM	FUNÇÃO	VALOR
A	Motorista de Veículo Leve	R\$ 2.077,45
B	Motorista de Veículo Pesado	R\$ 2.386,75
C	Motorista Executivo	R\$ 2.386,75
D	Motorista de Transporte Escolar	R\$ 2.429,20
E	Monitor(a) de Transporte Escolar	R\$ 1.209,63
F	Supervisor/Encarregado	R\$ 3.045,49
G	Supervisor de Transporte Escolar	R\$ 3.045,49

Parágrafo Primeiro – As empresas abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho que, ao início da vigência desta Convenção Coletiva, já praticam valores superiores ao ora estabelecido, concederão o **reajuste salarial**, conforme tabela a seguir:

ITEM	SALÁRIOS	PERCENTUAL
A	Salários entre R\$ 3.045,50 a R\$ 3.500,00	5,00%
B	Salários entre R\$ 3.500,01 a R\$ 4.000,00	4,00%
C	Salários à partir de R\$ 4.000,01	3,10%

Parágrafo Segundo – As empresas abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho concederão, aos seus empregados que não foram indicados nos quadros acima e/ou os profissionais que se ativam nas funções administrativas, o reajuste salarial no percentual de **3,10% (três vírgula dez por cento)**.

Parágrafo Terceiro – Nenhum empregado da categoria profissional, contratado diretamente por empresas do segmento econômico de asseio e conservação, poderá receber piso salarial menor que R\$ 1.209,63 (mil duzentos e nove reais e sessenta e três centavos), excetuando-se os casos previstos nessa Convenção Coletiva de Trabalho.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - EFEITOS FINANCEIROS

A todos os componentes da categoria profissional, abrangidos por esta convenção coletiva, fica garantido um reajuste em conformidade com a cláusula terceira, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018 e pagamento de acordo com o parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Primeiro – As diferenças salariais retroativas a janeiro 2018, decorrentes do **caput** desta cláusula serão pagas da seguinte forma:

- a)** Diferenças referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março serão pagas na folha de competência do mês de julho de 2018, ou seja, até o 5º (quinto) dia útil bancário do mês de agosto.
- b)** Diferenças referentes aos meses de abril, maio e junho serão pagas na folha de competência do mês de agosto de 2018, ou seja, até o 5º (quinto) dia útil bancário do mês de setembro.

Parágrafo Segundo – Os aumentos salariais concedidos pelas empresas, a título de antecipação, poderão ser compensados.

Parágrafo Terceiro – Os Sindicatos convenientes comprometem-se a sempre impugnar editais de licitações lançados pela Administração Pública, seja de forma administrativa, seja judicial, quando incorrer a hipótese de redução salarial em relação aos praticados pelo próprio tomador.

Parágrafo Quarto – Para o pagamento de rescisão complementar em razão do reajuste salarial, as empresas terão o prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura da presente Convenção.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil bancário mediante recibo, fornecendo-se cópia ao

empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e os descontos efetuados, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

Parágrafo Primeiro – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

Parágrafo Segundo – As empresas ficam obrigadas a resguardar o sigilo das informações quando da entrega dos respectivos contracheques aos seus funcionários.

ISONOMIA SALARIAL

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Os empregados admitidos não poderão receber salário inferior ao do empregado demitido, desde que desenvolvam atividade da mesma natureza, com igual produtividade e com mesma perfeição técnica.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS: DETRAN, PRF E DER

As empresas poderão proceder com o parcelamento das multas de trânsito, por ventura aplicadas a seus funcionários, em até 3 (três) vezes. Caso o valor da(s) penalidade(s) ultrapasse(m) 30% da remuneração mensal, o fracionamento poderá ocorrer em número maior de parcelas.

Parágrafo Primeiro – Havendo recurso por parte do empregado e/ou da empresa quanto à multa e, sendo esta acolhida em última e definitiva instância, a empresa fica obrigada a promover o respectivo reembolso de valores eventualmente descontados do empregado a tal título.

Parágrafo Segundo – Em caso de demissão fica facultado à empresa efetuar o desconto quando da rescisão contratual.

Parágrafo Terceiro – Ficará a cargo do SITTRATER/DF a elaboração e acompanhamento dos recursos de multas dos empregados associados, devendo este encaminhar o processo de recurso para o devido registro nos órgãos competentes da empresa.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

CLÁUSULA OITAVA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas poderão efetuar os pagamentos do 13º (décimo terceiro) salários em duas parcelas ou a um só tempo.

Parágrafo Primeiro – Para o pagamento em duas parcelas, o primeiro vencimento deverá ser pago até o dia 30 de novembro de 2018 e o segundo até o dia 20 de dezembro de 2018, na proporção a que fizer jus o

empregado.

Parágrafo Segundo – Para o pagamento em um só tempo, o vencimento deverá ser pago até o dia 20 de dezembro de 2018, na proporção a que fizer jus o empregado.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder, antecipadamente, a cada 30 (trinta) dias aos seus empregados, e de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados, o **auxílio alimentação, no valor de R\$ 33,57** (trinta e três reais e cinquenta e sete centavos).

Parágrafo Primeiro – A presente parcela não integra os salários, por não ter caráter de contraprestação de serviços, e sofrerá reajuste a partir de 1º de Janeiro de 2018.

Parágrafo Segundo – As diferenças retroativas do Auxílio Alimentação deverão ser pagas nos contracheques de Agosto.

Parágrafo Terceiro – De forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento do valor devido a título de auxílio alimentação em pecúnia sem que esse integre o salário e qualquer de seus reflexos, inclusive recolhimento ao INSS.

Parágrafo Quarto – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE-TRANSPORTE

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, de forma a satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

Parágrafo Segundo – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo Terceiro – No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo Quarto – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato, devendo haver a dedução proporcional dos 6% (seis por cento) descontados.

Parágrafo Quinto – A declaração falsa ou uso indevido dos vales-transporte constituem falta grave.

AUXÍLIO SAÚDE

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas repassarão, mensalmente, ao Sindicato Laboral ou à operadora que este indicar, o valor de R\$ R\$ 139,00 (cento e trinta e nove reais), unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial aos empregados.

Parágrafo Primeiro – O valor referido no **caput** substituirá o valor de R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) devidos até a data de 30 de junho e será devido desde 1º de julho de 2018.

Parágrafo Segundo – O SITTRATER/DF poderá oferecer aos trabalhadores plano de saúde superior ao ambulatorial e com custo superior à verba repassada pelas empresas, neste caso, caberá aos trabalhadores a complementação do recurso necessário. O benefício em questão será custeado com os valores repassados pelas empresas conforme recebido dos tomadores públicos ou privados. O plano de saúde diferente do ambulatorial, e administrado pelo SITTRATER/DF, terá a contribuição do trabalhador descontada em folha de pagamento, devendo o repasse ao Sindicato Laboral ou a quem este indicar ser efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente.

Parágrafo Terceiro – O plano de saúde complementar oferecido pelo SITTRATER/DF tem o valor de R\$ 231,00 (duzentos e trinta e um reais), devendo as empresas realizarem desconto da diferença nos contracheques dos seus trabalhadores beneficiários e contratantes do referido plano de saúde complementar, que será acrescido ao valor já repassado a título de plano ambulatorial. Havendo majoração deste valor e autorização do trabalhador para desconto superior, a empresa se obriga a efetivá-lo e a repassar ao SITTRATER/DF nas condições já descritas.

Parágrafo Quarto – Tendo em vista que o aniversário do contrato com a operadora do Plano de Saúde não é coincidente com a renovação da Convenção Coletiva, os valores pagos a menor pelos trabalhadores desde novembro de 2017 serão complementados por estes.

Parágrafo Quinto – O plano ofertado pelo SITTRATER/DF deve contemplar consultas, exames e internações emergenciais conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Sexto – É de responsabilidade exclusiva do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração do referido plano cabendo a este estabelecer os critérios e as condições da prestação de serviços.

Parágrafo Sétimo – É de competência exclusiva do Sindicato Laboral tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários, inclusive atuar nas ações judiciais e administrativas envolvendo o plano na defesa dos interesses de seus beneficiários, em especial, para garantir a continuidade da prestação dos serviços médicos na hipótese de interrupção ou suspensão dos serviços pela operadora. Em hipótese alguma, o SEAC/DF e/ou as empresas serão responsabilizadas pela descontinuidade, suspensão ou por qualquer problema decorrente da prestação de serviços do plano aos

trabalhadores, desde que estejam cumprindo com todas as suas obrigações legais e convencionais.

Parágrafo Oitavo – No caso de haver qualquer desembolso financeiro pelo SEAC/DF e/ou as empresas, decorrente de descontinuidade, suspensão e problemas na prestação de serviços do plano de saúde aos trabalhadores, e se comprovando a culpabilidade do SITTRATER/DF, caberá ao Sindicato Laboral indenizar o SEAC/DF e/ou as empresas.

Parágrafo Nono – A empresa entregará a relação dos empregados efetivos, na forma disposta no **caput**, em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada.

Parágrafo Décimo – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo Décimo Primeiro – O benefício ora instituído será devido apenas e tão somente em relação aos empregados efetivamente alocados nos serviços e limitado ao contingente contratado.

Parágrafo Décimo Segundo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas representadas pelo SEAC/DF ficam obrigadas a incluir nas suas planilhas de custos e formação de preços, como também nas propostas, o valor destinado ao plano de saúde ambulatorial, nas próximas licitações e contratações públicas, como também nas contratações privadas.

Parágrafo Décimo Terceiro – Os Sindicatos convenientes, em ação conjunta, assumem entre si o compromisso de impugnarem todos os Editais publicados a partir da assinatura desta Convenção, que não contemplem os trabalhadores com plano ambulatorial.

Parágrafo Décimo Quarto – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços, poderão aderir a qualquer dos planos de saúde contratados e administrados pelo Sindicato Laboral, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS.

Parágrafo Décimo Quinto – Na hipótese de os tomadores dos serviços não adimplirem, cessarem e/ou suspenderem o pagamento a ser realizado às empresas, dos valores referentes ao benefício previsto no caput desta cláusula, ficarão as mesmas desobrigadas de repassarem qualquer valor ao Sindicato Laboral e/ou à operadora, não incidindo as empresas em qualquer penalidade ou responsabilidade, seja para com o trabalhador ou para com o Sindicato Laboral.

Parágrafo Décimo Sexto – Fica assegurado que o trabalhador que se afastar em benefício previdenciário terá direito à permanência no plano ambulatorial ou superior, desde que custeie integralmente o benefício, devendo fazer o pagamento da fatura mensalmente diretamente ao SITTRATER/DF.

Parágrafo Décimo Sétimo – Na hipótese de sobrevir a aposentadoria do empregado que se encontra em benefício previdenciário esse será desligado do plano caso não promova na forma da Lei, a opção de pagamento perante a operadora mediante o SINTRATTER/DF, sem intermédio de sua antiga empregadora, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Décimo Oitavo – Na hipótese de falência, intervenção, deficiência na gestão ou qualquer outro fato que afete a operadora do plano contratado e gerido exclusivamente pelo SITTRATER/DF, causando a interrupção, cancelamento ou qualquer prejuízo aos trabalhadores, o SITTRATER/DF se obriga a contratar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias e sob sua responsabilidade exclusiva, plano equivalente ao ofertado por meio desta Convenção Coletiva.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas procederão a o desconto nos salários dos seus empregados da importância de R\$ 30,53 (trinta reais e cinquenta e três centavos), a título de plano de saúde odontológico, repassando este valor ao sindicato da categoria profissional até o dia 15 (quinze) do mês em curso.

Parágrafo primeiro – O repasse deverá ser feito acompanhado de listagem contendo os nomes completos e número de CPF de cada empregado, bem como da identificação da empresa, devendo ser feito por meio eletrônico e físico.

Parágrafo segundo – O sindicato instituirá e administrará o referido plano, buscando assegurar tratamento corretivo da saúde bucal do titular e de até 03 dependentes, sendo exclusivo responsável por qualquer assunto referente a este.

Parágrafo terceiro – O desconto deve incidir já a partir do mês de março, com repasse no mês de abril do presente ano.

Parágrafo quarto – A empresa deverá fornecer os dados pessoais do titular para inclusão no plano destes e orientar para que o cadastro dos dependentes seja feito na sede do sindicato.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da assistência funeral no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais) e seguro de vida no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

Parágrafo primeiro – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de R\$ 1,50 (um real e cinquenta centavos) por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no caput, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

Parágrafo segundo – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

Parágrafo terceiro – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

Parágrafo quarto – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

Parágrafo quinto – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

Parágrafo sexto – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

Parágrafo sétimo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

Parágrafo oitavo – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

Parágrafo nono – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo décimo – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.

Parágrafo décimo primeiro – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu *website*, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

Parágrafo décimo segundo – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - REEMBOLSO DE DESPESAS

Será devida a todo empregado, a partir da assinatura do presente instrumento, que no exercício de sua função preste ou venha a prestar, serviço fora do Distrito Federal, exceto nas cidades Parque Estrela D'alva, Pedregal, Céu Azul, Monte Alto, Valparaíso, Cidade Ocidental, Lago Azul, Águas Lindas, Santo Antônio do Descoberto, Luziânia, Planaltina de Goiás, reembolso de despesas com as viagens.

Parágrafo Primeiro – Havendo o deslocamento para regiões não descritas no **caput** da presente cláusula, o empregador adiantará ao funcionário a importância de R\$ 100,00 (cem reais) para a cobertura de despesas com alimentação e de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) em havendo necessidade de pernoitar.

Parágrafo Segundo – Compete ao empregado a responsabilidade de comprovar todos os gastos advindos do serviço prestado fora da abrangência estabelecida no **caput** desta cláusula, mediante prestação de contas detalhada munida de nota fiscal dos serviços utilizados, em original.

Parágrafo Segundo – Caso as despesas excedam o valor do adiantamento previsto no parágrafo primeiro, será devido ao empregado a diferença remanescente, desde que devidamente comprovado, e sendo o adiantamento superior às despesas efetivamente comprovadas, o empregado deverá repassar ao empregador, imediatamente à prestação dos serviços, a diferença dos valores excedentes.

Parágrafo Terceiro – Ainda que o reembolso das despesas previstas na presente cláusula exceda a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, o valor não integra à sua remuneração em qualquer hipótese.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, previstos no artigo 452-A da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no §6º do artigo 452-A da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

Parágrafo Primeiro – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 8 (oito) horas

diárias.

Parágrafo Segundo – O trabalhador que for convocado com brevidade inferior ao estabelecido em lei não poderá ser sancionado com a penalidade prescrita no §4º do 452-A da Lei 13.467/2017 em caso de recusa ou de não comparecimento.

Parágrafo Terceiro – Fica proibido que o trabalhador intermitente substitua o contrato do trabalhador efetivo.

Parágrafo Quarto – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

Parágrafo Quinto – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 30 (trinta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

Parágrafo Sexto – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

Parágrafo Sétimo – Em consonância com a prescrição do §6º do artigo 452-A da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de auxílio alimentação e vale-transporte.

Parágrafo Oitavo – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRATAÇÃO DE MULHERES

Fica vedada por parte das empresas contratantes a adoção de qualquer ato discriminatório na contratação e execução dos serviços prestados pelas mulheres, sendo que as empresas envidarão todos os esforços para priorizar a contratação de mulheres, desde que preencham os mesmos requisitos exigidos aos trabalhadores do sexo masculino.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIENCIA – READMITIDO

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, após o contrato de experiência, deverão ser assistidas pelo SITTRATER/DF.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do

atestado de afastamento e salário AAS.

Parágrafo Segundo – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SITTRATER/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) partes(s), desde que devidamente demonstrada a notificação e a ciência do empregado do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro – Todas as empresas são obrigadas a apresentar no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SITTRATER/DF e ao SEAC/DF.

Parágrafo Quarto – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa mensal, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/30 do valor do piso da categoria, sendo que essa será revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

Parágrafo Quinto – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SITTRATER/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

Parágrafo Sexto – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor fica o SITTRATER/DF obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

Parágrafo Sétimo – As empresas deverão agendar as homologações com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não serem atendidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CARTA DE APRESENTAÇÃO

As empresas fornecerão, por ocasião da homologação da rescisão do contrato de trabalho, carta de apresentação a todos os empregados, que não tenham sido demitidos por justa causa.

ESTÁGIO/APRENDIZAGEM

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - APRENDIZAGEM

Destacada a prevalência desta Convenção Coletiva de Trabalho sobre a lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, e diante da incompatibilidade das atividades desenvolvidas pelas funções abarcadas nos serviços inerentes à atividade de motoristas ao saudável desenvolvimento do aprendiz (art. 403, parágrafo único, da CLT) e sendo notório que o percentual de aprendizagem previsto no art. 429 da CLT, que deve ser aplicado em relação às funções que demandem formação profissional, difere do curso de formação do motorista a que alude ao CTB (Código de Trânsito Brasileiro), requisito essencial para o exercício da atividade citada, não se confundindo com a mencionada habilitação profissional prevista nas normas que tratam da aprendizagem, e também por força de lei, de forma que para o atendimento ao

disposto no artigo 429 da CLT e no Decreto 5.598/05, as empresas adotarão o percentual de aprendizagem mínimo de 5% (cinco por cento) a incidir sobre base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários, excluindo-se da base de cálculo as funções de motorista e supervisor.

Parágrafo Primeiro – Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal, salvo condição mais favorável.

Parágrafo Segundo – Como consequência natural da Aprendizagem, os aprendizes contratados serão empregados nas áreas que demandem conhecimento técnico e compatível, excluídas as atividades listadas no **caput**.

Parágrafo Terceiro – De forma a contribuir com a satisfação do objetivo da Aprendizagem (a inserção do jovem no mercado de trabalho), as empresas envidarão esforços para contratação de jovens de 14 a 24 anos para as funções que não exigirem capacitação técnica e que não são elegíveis para incidência da cota estabelecida no artigo 429 da CLT.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidades legais, inclusive as gestantes; membros de cipa; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possua qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

Parágrafo Primeiro – É facultado às empresas sucedidas realocar seus funcionários para outros postos de trabalho, com as mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo e com posto efetivo (não se admite reservas e feristas), garantindo ainda a estabilidade ao trabalhador por 180 (cento e oitenta) dias, dispensando assim a contratação desses empregados pela empresa sucessora que não poderá exigí-los. Em havendo essa faculdade, a Empresa sucedida terá que no prazo estabelecido no **caput**, comunicar ao Sindicato Laboral, o Nome e Endereço do novo posto de trabalho que o funcionário será realocado.

Parágrafo Segundo – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, a expressa referência à cláusula.

II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.

III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.

IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços fica desobrigada do pagamento do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 9º das Leis nº

7.238/84 e 6.708/79, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado. Aplicam-se as mesmas condições em casos de redução contratual ou devolução de funcionário, ambas por exigência do tomador.

V) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 180 (cento e oitenta) dias após o parto, conforme estabelece a Constituição Federal.

ESTABILIDADE ACIDENTADOS/PORTADORES DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADO DOENTE

É proibida a demissão do empregado doente e com situação comprovada por atestado médico, na forma da Lei.

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMISSÃO DE NEGOCIAÇÕES

Fica desde já constituída uma comissão de negociação, composta por 02 (dois) empregados eleitos em assembleia geral que, salvo o término do contrato ao qual estão lotados, não poderão ser dispensados sem justa causa, salvo pedido de demissão ou justa causa devidamente comprovada.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO

Os empregados motoristas terão as jornadas de trabalho previamente determinadas por força dos contratos mantidos pela empresa, desde que não excedam a carga horária máxima permitida em legislação trabalhista, para atendimento ao contrato.

Parágrafo Primeiro – O funcionário que, comprovadamente, for estudante em curso de nível médio ou

superior deverá cumprir regularmente sua jornada de trabalho preestabelecida em contrato de trabalho.

Parágrafo Segundo – Para os empregados que se encontrarem nessa situação deverá ser observado rigorosamente o cumprimento da jornada normal, de modo que não lhes seja imposta a obrigação de realizar horas extras de trabalho.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de todos os funcionários estarem na mesma situação ou não haver a possibilidade de colocação de um substituto, o óbice do parágrafo primeiro poderá ser relativizado, de maneira justificada, para que não ocorram prejuízos ao cliente.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

Parágrafo Único – Ocorrendo necessidade extraordinária, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias fica garantido um intervalo mínimo de 01 (uma) hora para refeição, ficando a critério do empregado permanecer ou não no local de serviço.

Parágrafo Primeiro – As empresas indenizarão seus empregados quando estes não gozarem o horário de repouso e alimentação nos termos do § 4º do artigo 71 da CLT.

Parágrafo Primeiro – O intervalo diário para alimentação e repouso, dependendo das peculiaridades da prestação dos serviços junto ao contratante, poderá ser superior a 2 (duas) horas, devendo tal elasticidade ser anotada nos controles de frequência do trabalhador.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber: a) cartão de ponto manual; b) folha de frequência; c) biometria; d) controle de ponto por cartão magnético; e) sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei.

Parágrafo Único – As partes signatárias reconhecem que o Sistema Alternativo de Controle de Jornada ora ajustado atende as exigências do artigo 74, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2º da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, dispensando-se a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTROLE DE REGISTRO DE EMPREGADOS

Face à natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, as fichas de registro de empregados poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

Parágrafo Primeiro – O cartão/folha de ponto dos empregados será destinado, único e tão somente, para anotação da jornada de trabalho e horas extras eventualmente trabalhadas, sendo vedado constar outra anotação.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c) 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO ESTUDANTE

Será permitida a compensação quando o empregado estudante for submetido a provas periódicas em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecidos pelo MEC, desde que a empresa seja comunicada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Primeiro – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova.

Parágrafo Segundo – Caso, justificadamente por escrito e em cumprimento aos ritos protocolares do *caput*, não haja meio de compensar a jornada de trabalho, o empregado estudante terá suas faltas abonadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à Justiça, seja como testemunha ou reclamante, desde que apresente à empresa notificação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, com comprovação posterior da ressalva judicial.

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - JORNADA DE TRABALHO "12X36"

As empresas poderão adotar a jornada de trabalho "12x36" – 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso –, sem redução do salário e respeitados os pisos normativos da categoria.

Parágrafo Primeiro – É obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização.

Parágrafo Segundo – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados laborados nesta jornada, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5º do art. 73 desta Consolidação.

Parágrafo Terceiro – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 52 minutos e 30 segundos (artigo 73 da CLT).

Parágrafo Quarto – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 (cinco) horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

Parágrafo Quinto – Na hipótese de parte da jornada do profissional se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da Lei 13.467/17.

Parágrafo Sexto – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ELEIÇÕES PARA A CIPA

No prazo mínimo de 72 (setenta e duas) horas de antecedência, as empresas enviarão para o SITTRATER/DF, sob pena de nulidade, cópias dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ATESTADOS MÉDICOS

O empregado se compromete a entregar na sede da Empresa o atestado médico para homologação em até 72 (setenta e duas) horas, após sua concessão, sob pena de desconto dos dias não trabalhados.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - LISTAGEM DOS EMPREGADOS AFASTADOS PELO INSS

As empresas se obrigam a apresentar ao SITTRATER/DF, trimestralmente, listagem dos empregados que estiverem afastados em gozo de auxílio previdenciário/acidentário.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio-natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AAT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SITTRATER/DF.

Parágrafo Único – Nos locais de trabalho a colocação fica na dependência de autorização do tomador de serviços.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 01 (um) dia de serviço do salário nominal do mês de agosto de 2018, a título de desconto assistencial, em favor do SITTRATER/DF, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, condicionado à aprovação em assembleia geral e à expressa autorização pelo trabalhador perante o empregador, para então ser repassado ao Sindicato até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, conforme discriminado abaixo.

Parágrafo Primeiro – O valor descontado, previsto no **caput** desta cláusula, deverá ser recolhido ao SITTRATER/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na secretaria daquela entidade juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores, até 30 (trinta) dias após aprovação em assembleia e a entrega autorização expressa do trabalhador ao empregador.

Parágrafo Segundo – Todos os empregados, associados ou não, serão subordinados ao presente Desconto Assistencial; Entretanto, o empregado não associado poderá se opor ao desconto mencionado nesta Cláusula no prazo de 10 (dez) dias, após a realização do mesmo. O prazo acima, começará a fluir a partir da data em que o trabalhador tomou ciência do desconto, por meio do recebimento de seu contracheque. A referida oposição deverá, obrigatoriamente, ocorrer de forma individual, mediante envio de carta de oposição, por meio de correspondência registrada, via Correios e Telégrafos e com cópia legível do contracheque, onde conste a data de recebimento e que acuse o respectivo desconto.

Parágrafo Terceiro – No caso de ter sido feito o desconto e repassado para a entidade Sindical Laboral antes do prazo estabelecido no **caput**, e obedecendo ao prazo do direito de oposição estabelecido no Parágrafo 2º (segundo) o sindicato restituirá o valor descontado do empregado não associado, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento do direito de oposição pela entidade Sindical Laboral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas se comprometem a descontar 3% (três por cento) do salário mensal de cada empregado associado, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do Distrito Federal, conforme decisão da Assembleia Geral da categoria, ficando a empresa isenta de qualquer responsabilidade e ônus decorrente do referido desconto.

Parágrafo Primeiro – A mensalidade do mês de dezembro de cada ano passará de 3% (três por cento) para 4% (quatro por cento) do salário normativo de cada empregado associado, ficando a empresa obrigada a proceder ao respectivo desconto em folha de pagamento.

Parágrafo Segundo – As empresas se obrigam a repassar ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Terrestres de Passageiros Urbanos, Interestaduais, Especiais, Escolares, Turismo e de Carga do Distrito Federal o valor das mensalidades descontadas dos empregados a seu favor até 15 (quinze) dias após o efetivo desconto, acompanhado da lista nominal dos contribuintes.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas abrangidas por esta Convenção recolherão para o Sindicato Patronal uma Contribuição

Assistencial no valor total de R\$ 10,00 (dez reais), por empregado em atividade, comprovado por meio do mapa de controle de efetivo ao referente ao mês de junho de 2018, em quatro parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2018, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000. Às empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição Assistencial até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). A empresa que não recolher até as datas estabelecidas ficará sujeita ao pagamento do valor total da contribuição acrescido da multa de 2% (dois por cento) ao mês, não se beneficiando do desconto acima previsto. O pagamento deverá ser efetuado através de emissão de boleto bancário emitido pelo site do SEAC/DF (www.seac-df.com.br).

Parágrafo Primeiro – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no **caput** da presente cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Segundo – Em caso de não recolhimento da Contribuição Assistencial prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, **deverão** apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenientes, individualmente, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo – Consideram-se obrigações sindicais:

- a) Recolhimento da contribuição sindical profissional (quando previamente autorizado pelo empregado) e patronal;
- b) Cumprimento integral desta Convenção;
- c) Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- d) Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PREVALÊNCIA DE CONDIÇÕES

As condições estabelecidas no presente acordo não prevalecerão na hipótese de outras mais favoráveis, já concedidas espontaneamente pelos empregadores.

DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - MULTA POR OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer constantes do presente instrumento, na seguinte progressão:

a) multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso normativo da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses não tenha incidido nesta penalidade;

b) multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso normativo da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 6 (seis) meses tenha reincidido nesta penalidade.

Parágrafo Único – Prevaecem as multas por descumprimento previstas nas cláusulas do presente instrumento.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - TERMOS ADITIVOS

É facultado aos Sindicatos convenientes complementar as disposições desta Convenção Coletiva por meio de termo aditivo, devidamente registrado do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, com o objetivo de regular e/ou alterar as disposições deste instrumento normativo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com "*severus in iudicando*" que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestigiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter

normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XIII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra a natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, obrigatoriamente, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS
TERCEIRIZAVEIS DO DF

JORGE DE FARIAS PATROCINIO
PRESIDENTE
SIN DOS TRA EM E DE T T DE P U I E E T E DE T CARGAS DF

ANEXOS

ANEXO I - DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas **de 79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão **TCU nº. 775/2007** deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

(ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG)

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
Total		20,43%

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
Total		36,80%

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%
A	Aviso prévio indenizado ($33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$)	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($8\% \times 1,81\% = 0,14\%$)	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	4,25%
D	Aviso prévio trabalhado ($07 \div 30 \div 12 \times 0,15 \times 100 = 0,29\%$)	0,29%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ($36,80\% \times 0,29\% = 0,11\%$)	0,11%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	0,75%
Total		7,35%

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	%
Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositivo/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1 e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $((3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%)$	0,95%
	Ausências legais e ausências por doença $((0,7 \div 30 \div 12) + (0,7 \div 30 \div 12) \times 100 = 3,88\%)$	3,88%
Nota 2: Incidência sobre o módulo 2.2 sobre o módulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	Licença paternidade $((5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%)$	0,10%
D	Ausência por acidente de trabalho $(15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%)$	0,42%
E	Afastamento maternidade $((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%)$	0,02%
	TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	79,44%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,49%
	Total	14,86%

Revisão: Felipe R. Andrade.

ANEXO II - ATA DE APROVAÇÃO DOS TRABALHADORES

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2019

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: DF000010/2019
DATA DE REGISTRO NO MTE: 09/01/2019
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR078103/2018
NÚMERO DO PROCESSO: 46206.011675/2018-14
DATA DO PROTOCOLO: 28/12/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF, CNPJ n. 00.438.770/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA;

E

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF, CNPJ n. 00.530.626/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVAÇÃO, TRABALHO TEMPORÁRIO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E SERVIÇOS TERCEIRIZÁVEIS NO DISTRITO FEDERAL, TAIS COMO: Adestrador; Agente de Portaria/Fiscal de Piso; Ajudante; Ajudante de Caminhão; Ajudante de Cozinha; Ajudante Geral de Manutenção, Apoio Administrativo, Arquivista e Reparos; Alinhador/Balaceador de Autos; Almoxarife; Arquivista; Arrumadeira; Atendente; Auxiliar Administrativo; Auxiliar de Encarregado; Auxiliar de Jardinagem; Auxiliar de Serviços Gerais; Bombeiro Hidráulico; Borracheiro; Cabineiro; Camareiro; Carpinteiro; Carregador de Móveis; Carregador/Estiva; Chaveiro; Chefe de Cozinha; Copeira; Costureira de livros; Coumim; Cozinheiro; Eletricista; Eletricista de Auto; Eletrotécnico; Encarregado de Jardinagem; Encarregado de Limpeza; Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos; Encarregado Geral; Enrolador de Motores; Estofador; Frentista; Funileiro; Garagista; Garçom; Jardineiro; Jauzeiro; Lanterneiro de Auto; Lavador de Auto; Lavanderia; Lustrador de Móveis; Maitre; Manobrista; Marceneiro; Mecânico de Auto; Mecânico de Veículo Pesado; Mestre de Obras; Montador de Divisórias; Office Boy / Contínuo; Operador de Balancim; Operador de Bilheteria; Operador de Fotocopiadora; Operador de Microtrator; Operador de Rogadeira Costal; Operador de Trator; Operador de Trator de Esteira; Pedreiro; Persianista; Pintor; Pintor de Auto; Piscineiro; Recepcionista; Salgadeira; Serralheiro; Servente; Supervisor; Torneiro Mecânico; Tratador de Animas; Tratador de Equinos; Vaqueiro; Vidraceiro; Zelador e outras funções congêneres que se ativam na execução de serviços terceirizados, com abrangência territorial em DF.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

A todos os trabalhadores da categoria profissional fica garantido um reajuste linear de 3,7% (três virgula sete por cento) sobre os salários vigentes em dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA - SALÁRIO MÍNIMO DA CATEGORIA E PISOS SALARIAIS

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva não poderão utilizar salário inferior ao **piso mínimo de R\$ 1.198,87 (Mil Cento e Noventa e Oito Reais e Oitenta e Sete Centavos)**. Os salários normativos da categoria por atividades específicas, já reajustados, vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019 são:

Adestrador	R\$ 2.249,74
Agente de Portaria/Fiscal de Piso	R\$ 1.306,47
Ajudante	R\$ 1.198,87
Ajudante de Caminhão	R\$ 1.198,87
Ajudante de Cozinha	R\$ 1.198,87
Ajudante Geral de Manutenção e Reparos	R\$ 1.198,87
Alinhador/Balanceador de Autos	R\$ 1.551,62
Almoxarife	R\$ 1.770,00
Arquivista	R\$ 3.456,73
Arrumadeira	R\$ 1.198,87
Atendente	R\$ 1.239,06
Auxiliar Administrativo	R\$ 1.239,06
Auxiliar de Encarregado	R\$ 1.770,00
Auxiliar de Jardinagem	R\$ 1.198,87
Auxiliar de Serviços Gerais	R\$ 1.198,87
Bombeiro Hidráulico	R\$ 1.770,00
Borracheiro	R\$ 1.593,13
Cabineiro	R\$ 1.198,87
Camareiro	R\$ 1.198,87
Carpinteiro	R\$ 1.770,00
Carregador de Móveis	R\$ 1.198,87
Carregador/Estiva	R\$ 1.198,87
Chaveiro	R\$ 1.284,41
Chefe de Cozinha	R\$ 2.551,73
Copeira	R\$ 1.198,87
Costureira de livros	R\$ 1.198,87
Couumim	R\$ 1.239,06
Cozinheiro	R\$ 2.006,11
Eletricista	R\$ 1.770,00
Eletricista de Auto	R\$ 1.770,00

Encarregado de Jardinagem	R\$ 2.397,73
Encarregado de Limpeza	R\$ 2.397,73
Encarregado de Turma de Manutenção e Reparos	R\$ 2.397,73
Encarregado Geral	R\$ 3.061,96
Enrolador de Motores	R\$ 1.551,62
Estofador	R\$ 1.225,08
Fiscal Predial	R\$ 2.190,00
Frentista	R\$ 1.198,87
Fumileiro	R\$ 1.770,00
Garagista	R\$ 1.306,47
Garçom	R\$ 1.770,00
Jardineiro	R\$ 1.770,00
Jauzeiro	R\$ 1.421,40
Lantermeiro de Auto	R\$ 1.770,00
Lavador de Auto	R\$ 1.198,87
Lavanderia	R\$ 1.198,87
Lustrador de Móveis	R\$ 1.770,00
Maitre	R\$ 2.222,79
Manobrista	R\$ 1.534,03
Marceneiro	R\$ 1.770,00
Mecânico de Auto	R\$ 1.770,00
Mecânico de Veículo Pesado	R\$ 2.165,91
Mestre de Obras	R\$ 2.290,34
Montador de Divisórias	R\$ 1.386,72
Office Boy / Contínuo	R\$ 1.198,87
Operador de Balancim	R\$ 1.534,04
Operador de Bilheteria	R\$ 2.054,99
Operador de Fotocopiadora	R\$ 1.198,87
Operador de Microtrator	R\$ 1.357,02
Operador de Roçadeira Costal	R\$ 1.239,06
Operador de Trator	R\$ 1.534,04
Operador de Trator de Esteira	R\$ 1.828,96
Pedreiro	R\$ 1.770,00
Persianista	R\$ 1.770,00
Pintor	R\$ 1.770,00
Pintor de Auto	R\$ 1.828,96
Piscineiro	R\$ 1.198,87
Recepcionista	R\$ 1.770,00
Salgadeira	R\$ 1.284,41
Serralheiro	R\$ 1.770,00
Servente	R\$ 1.198,87
Supervisor	R\$ 2.397,74
Torneiro Mecânico	R\$ 1.926,54
Tratador de Animais	R\$ 2.249,76
Tratador de Equinos	R\$ 1.805,79
Vaqueiro	R\$ 1.690,72

Vidraceiro	R\$ 1.551,62
Zelador	R\$ 1.306,47

Parágrafo Primeiro – A relação de funções constantes na presente cláusula, não é exaustiva, mas sim exemplificativa, podendo a composição da mesma ser alterada, modificada, reduzida ou ampliada, de acordo com as novas necessidades contratuais atuais e futuras.

Salário Estágio/Menor Aprendiz

CLÁUSULA QUINTA - JOVEM APRENDIZ

Destacada a prevalência desta Convenção Coletiva de Trabalho sobre a Lei, conforme estabelece o artigo 611-A da Lei 13.467/2017, e diante da incompatibilidade das atividades desenvolvidas pelas funções abarcadas nos serviços de asseio e conservação ao saudável desenvolvimento do aprendiz (art. 403, parágrafo único, da CLT), agravada pela ausência de conhecimentos técnicos exigidos para o exercício das funções em apreço (artigo 429 da CLT), exemplificadas no rol a seguir, fica convenionado que as empresas darão cumprimento às quotas legais de JOVEM APRENDIZ, em atendimento ao disposto no artigo 429 da CLT e no Decreto 5.598/05, tomando como parâmetro o percentual de aprendizagem mínimo de 5% a incidir sobre base de cálculo limitada ao quantitativo/dimensionamento de seus funcionários, excetuadas as funções incompatíveis e, portanto, inexigíveis, a seguir exemplificadas:

Agente de Portaria/Fiscal de Piso, Ajudante de Cozinha, Auxiliar de Jardinagem, Auxiliar de Serviços Gerais, Copeira, Encarregado de Jardinagem, Encarregado de Limpeza, Encarregado Geral, Garagista, Jardineiro, Jauzeiro, Office Boy / Contínuo, Piscineiro, Servente, Zelador, Recepcionista e Supervisores, Encarregados e demais gerentes dessas funções.

Portanto, esta cláusula não se presta a reduzir ou excluir a aplicação da Lei de aprendizagem, mas tão somente faz o enquadramento às normas de regência da aprendizagem com a realidade específica do setor econômico de asseio e conservação.

Parágrafo Primeiro – Os contratos de aprendizagem, assim entendidos os que se enquadrem no disposto contido no artigo 428 da CLT, não poderão estabelecer salário inferior ao previsto no § 2º do mesmo dispositivo legal.

Parágrafo Segundo – Como consequência natural da Aprendizagem, os aprendizes contratados serão empregados nas áreas que demandem conhecimento técnico e compatível, excetuadas as atividades listadas no **caput** por não preencherem esses requisitos.

Parágrafo Terceiro – De forma a contribuir com a satisfação do objetivo da Aprendizagem (a inserção do jovem no mercado de trabalho), as empresas enviarão esforços para contratação de jovens de 14 a 24 anos para as funções que não exigirem capacitação técnica e que não são elegíveis para incidência da cota estabelecida no artigo 429 da CLT.

Parágrafo Quarto – Com o intuito de, efetivamente, dar cumprimento à Lei que trata da cota de aprendizes, fica convenionado que as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho, obrigatoriamente, deverão comprovar a contratação do jovem aprendiz, tomando-se por base as funções compatíveis com os requisitos da aprendizagem, incluindo aquelas que não estejam abarcadas por esta convenção coletiva. A comprovação deverá ser feita, trimestralmente, perante o SEAC/DF mediante apresentação dos seguintes documentos: **a)** relação nominal dos aprendizes, contendo data de nascimento, início e término do contrato, ocupação, função e horário de trabalho; **b)** cópia do contrato com a instituição de ensino; e **c)** CAGED.

Parágrafo Quinto – Apresentada a documentação exigida no parágrafo quarto, com a regularidade estabelecida, o SEAC/DF deverá fornecer declaração de cumprimento desta cláusula, dentro do prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de solicitação da declaração.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SEXTA - SOBRE OS DIAS PARADOS

Os Sindicatos convenentes se comprometem a envidar esforços junto aos tomadores dos serviços para evitar qualquer desconto nos salários dos trabalhadores, na hipótese de deflagração de eventual movimento grevista.

Parágrafo Primeiro – Caso seja possível a compensação de jornada, mediante anuência do tomador de serviço, as empresas não descontarão os dias parados.

Parágrafo Segundo – Os empregados não sofrerão penalidades pelas faltas decorrentes do movimento grevista, salvo quando a mesma for considerada abusiva ou descumpra a legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO SALARIAL

As empresas se obrigam a não efetuar descontos nos salários e/ou nos TRCT's de seus empregados a título de adiantamento salarial superior a 30% (trinta por cento) do valor do salário nominal de cada trabalhador, salvo na hipótese de rescisão contratual, quando então o desconto poderá ser feito na integralidade do saldo existente.

Parágrafo Único – A inobservância do *caput* desta cláusula tornará sem efeito o desconto efetuado, ficando a empresa faltante obrigada a reembolsar o trabalhador o valor do desconto superior aos 30% (trinta por cento), salvo se houve manifestação dos dois sindicatos em sentido contrário, após justificativa da empresa.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO E DISCRIMINAÇÃO DE DESCONTOS

O pagamento do salário será feito até o 5º (quinto) dia útil bancário, mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e no qual constarão a remuneração com a discriminação das parcelas, a quantia líquida paga, as horas extras e o desconto de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário, inclusive para a Previdência Social, e o valor correspondente ao FGTS.

Parágrafo Único – As empresas ficam obrigadas a discriminar as nomenclaturas corretas referentes a cada desconto sofrido no pagamento do empregado, principalmente as alusivas às faltas, penalidades, mensalidade do sindicato, contribuição social, taxa assistencial, adiantamento salarial, dentre outros.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA NONA - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

As empresas deverão efetuar o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário, para todos os seus empregados em única parcela até o dia 20 de dezembro de 2019.

Adicional de Insalubridade

CLÁUSULA DÉCIMA - INSALUBRIDADE EM BANHEIRO PÚBLICO E DE GRANDE CIRCULAÇÃO

Diante da inexistência de regulamentação específica por parte do Ministério do Trabalho e Emprego acerca dos critérios para definição de banheiros públicos de uso coletivo e de grande circulação, para atender o prescrito nos artigos 190 e 192 da CLT, considera-se para efeito de pagamento de insalubridade em grau máximo (40%) sobre o salário-mínimo do trabalhador na função de Auxiliar de Serviços Gerais que exerça a função em banheiros públicos e de grande circulação.

Parágrafo primeiro – Entende-se como banheiro público e de grande circulação aquele localizado em áreas que não possuam qualquer tipo de controle de acesso e não sejam de propriedade particular, e entende-se como banheiro de alta circulação aquele que tenha 05 (cinco) ou mais vasos sanitários por banheiro.

Parágrafo segundo – Esta disposição não abrange as demais hipóteses de incidência do adicional de insalubridade descritas em normas regulamentadoras.

Adicional de Periculosidade

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FUNÇÃO ESPECÍFICA - PERICULOSIDADE

Quando o trabalho de JAUZEIRO for exercido em balancim, será acrescido ao salário, a título de adicional de periculosidade, o percentual de 30% (trinta por cento).

Salário Família

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SALÁRIO FAMÍLIA

As empresas se obrigam a entregar recibo relativo à entrega de documento (Certidão de Nascimento) pelo empregado, para fins de percepção de salário família nos termos do Artigo 84 do Decreto MPAS nº 3.048/99.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

As empresas ficam obrigadas a conceder a seus empregados, no ato da contratação, o auxílio alimentação no valor de **R\$ 33,00 (trinta e três reais)** e a estes a cada 30 (trinta) dias e de uma única vez, pelos dias efetivamente trabalhados, independente da carga horária. A presente parcela não integra a remuneração, por não ter caráter de contraprestação de serviços.

Parágrafo Primeiro – A concessão do Auxílio Alimentação **deverá** ser concedida ao trabalhador **exclusivamente** através de Cartão Alimentação, sendo vedado o fornecimento de "marmiteix" ou similar e cesta básica.

Parágrafo Segundo – De forma excepcional, enquanto não é produzido o cartão alimentação, no primeiro mês de admissão é facultado ao empregador promover o adiantamento de ajuda de custo em pecúnia, sem que esse integre a remuneração e qualquer de seus reflexos, inclusive a não incidência previdenciária.

Parágrafo Terceiro – DOENÇA OU FALTA DO EMPREGADO – Nos períodos de afastamento ou falta do empregado ao serviço por qualquer motivo, este não receberá o vale alimentação correspondente aos dias de suas ausências, só podendo os mesmos ser descontados na entrega daqueles relativos ao mês seguinte.

Parágrafo Quarto – **CONTRIBUIÇÃO PAT** – Em cumprimento à legislação que regulamenta o benefício do PAT, fica estabelecido que as empresas procederão ao desconto no valor facial do vale alimentação, limitado a R\$ 0,30 (trinta centavos), que deverá ser multiplicado pelo número total de vales alimentação fornecidos ao trabalhador.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VALE-TRANSPORTE

No ato de admissão, todo e qualquer empregado deverá informar, mediante preenchimento de formulário disponibilizado pelas empresas, sua opção pelo recebimento de vale-transporte. Esses serão fornecidos pelas empresas, de uma única vez, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa, de forma a satisfazer as exigências prevista no art. 7º do Decreto no 95.247/87, que regulamenta a Lei no 7.619/87 e as previstas na Lei no 7.418/85.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Ocorrendo falta do trabalhador no mês em curso, os ajustes serão realizados no mês subsequente, proporcionalmente à quantidade de vale-transporte concedido para o novo período.

Parágrafo Segundo – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PLANO AMBULATORIAL

As empresas repassarão, mensalmente, à operadora do plano ambulatorial o valor de **R\$ 149,00 (cento e quarenta e nove reais)**, unicamente por empregado efetivado e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, público ou privado, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços, a título de plano ambulatorial, sem qualquer ônus para o trabalhador.

Parágrafo Primeiro – O plano ambulatorial deverá compreender consultas, exames clínicos e laboratoriais e internações emergenciais, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Segundo – É de responsabilidade exclusiva do Sindicato Laboral a escolha, contratação e administração do referido plano. Cabendo a este estabelecer os critérios e as condições da prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro – É de competência exclusiva do Sindicato Laboral tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários, inclusive atuar nas ações judiciais e administrativas envolvendo o plano na defesa dos interesses de seus beneficiários, em especial, para garantir a continuidade da prestação dos serviços médicos na hipótese de interrupção ou suspensão dos serviços pela operadora. Em hipótese alguma, o SEAC/DF e/ou as empresas serão responsabilizadas pela descontinuidade, suspensão ou por qualquer problema decorrente da prestação de serviços do plano aos trabalhadores, desde que estejam cumprindo com todas as suas obrigações previstas nesta cláusula e dispositivos legais.

Parágrafo Quarto – No caso de haver qualquer desembolso financeiro pelo SEAC/DF e/ou as empresas, decorrente de descontinuidade, suspensão e problemas na prestação de serviços do plano ambulatorial aos trabalhadores, e se comprovando a culpabilidade do SINDISERVIÇOS/DF, caberá ao Sindicato Laboral indenizar o SEAC/DF e/ou as empresas.

Parágrafo Quinto – O valor será repassado ao sindicato laboral e/ou a operadora até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao início do contrato. A empresa terá até o dia 15 (quinze) de cada mês para incluir os funcionários no plano de saúde e a operadora terá até 20 (vinte) dias para entregar a carteira com a devida inscrição.

Parágrafo Sexto – A empresa entregará a relação dos empregados efetivos, na forma disposta no **caput**, em arquivo eletrônico e em meio físico, devidamente assinada.

Parágrafo Sétimo – O benefício em questão, pelo seu caráter assistencial não integra a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo Oitavo – O benefício, ora instituído, será devido, apenas e tão somente, em relação aos empregados efetivamente alocados nos serviços e limitado ao contingente contratado.

Parágrafo Nono – Os sindicatos convenentes, em ação conjunta, assumem entre si o compromisso de impugnarem todos os Editais publicados a partir do mês de janeiro de 2019 que não contemplem os trabalhadores com o plano ambulatorial.

Parágrafo Décimo – Os empregados que atuam em funções administrativas nas empresas de prestação de serviços abrangidas por esta CCT e/ou outras empresas do mesmo grupo econômico, sediadas no Distrito Federal, bem como empregados não efetivados ou não diretamente ativos nos contratos de prestação de serviços (reservas e feistas), poderão aderir ao plano ambulatorial contratado pelo Sindicato Laboral, inclusive com a inclusão de seus dependentes, desde que arquem com o custo total do mesmo, na forma contratada, atendidas as normas estabelecidas pela ANS, mediante desconto em folha, previamente autorizado pelo trabalhador.

Parágrafo Décimo Primeiro – A empresa que não recolher ou repassar os valores recebidos a título de Plano Ambulatorial cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover a ação judicial pertinente, observado o disposto sobre a comunicação prévia a que se refere à Cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial.

Parágrafo Décimo Segundo – O trabalhador que se afastar em benefício previdenciário, ou seja, todo trabalhador que se afastar de suas atividades laborativas terá assegurado o direito de uso do plano ambulatorial desde que arque integralmente com o valor do plano. Nesta condição o funcionário deverá efetuar o pagamento diretamente ao Sindicato Laboral.

Parágrafo Décimo Terceiro – Na hipótese do empregado que se encontra em benefício previdenciário, e sobrevindo sua aposentadoria, esse será desligado do plano, a não ser que promova a opção de pagamento perante a operadora em plano individual, sem intermédio de sua antiga empregadora, conforme estabelecido pela ANS.

Parágrafo Décimo Quarto – Na hipótese de falência, intervenção, deficiência na gestão ou qualquer outro fato que afete a operadora do plano ambulatorial contratado e gerido exclusivamente pelo SINDISERVIÇOS/DF, causando a interrupção, cancelamento ou qualquer prejuízo aos trabalhadores, o SINDISERVIÇOS/DF se obriga a contratar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob sua responsabilidade exclusiva, plano equivalente ao ofertado por meio desta Convenção Coletiva.

Parágrafo Décimo Quinto – Na hipótese de os tomadores dos serviços, por qualquer motivo, não adimplirem, cessarem e/ou suspenderem o pagamento a ser realizado às empresas, dos valores referentes ao benefício previsto no *caput* desta cláusula, ficarão as mesmas desobrigadas de repassarem qualquer valor ao sindicato laboral e/ou à operadora, não incidindo as empresas em qualquer penalidade ou responsabilidade, seja para com o trabalhador ou para com o Sindicato Laboral, nessas hipóteses as empresas deverão comunicar o sindicato Laboral.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ASSISTÊNCIA FUNERAL

Ficam instituídos os benefícios obrigatórios da **Assistência Funeral** no valor de **R\$ 3.300,00** (três mil e trezentos reais) e **Seguro de Vida** no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), a serem cobertos mediante contratação de apólice de seguro de vida e assistência funeral com Seguradora, em benefício do empregado.

Parágrafo primeiro – O SEAC/DF disponibilizará para as empresas apólice de seguro de vida e assistência funeral com seguradora no valor mensal de **R\$ 2,00** (dois reais) por empregado efetivo, limitado ao número de funcionários previstos no contrato de prestação de serviço. A referida apólice de seguro garantirá o pagamento das quantias dispostas no *caput*, em caso de morte do funcionário, de acordo com as condições firmadas com a Seguradora indicada.

Parágrafo segundo – As empresas serão responsáveis pelo pagamento diretamente à Seguradora, disponibilizada pelo SEAC/DF, bem como deverão manter os funcionários informados quanto ao benefício.

Parágrafo terceiro – Juntamente com os valores destinados para a Seguradora, a empresa entregará, mensalmente, a relação dos empregados efetivos, em arquivo eletrônico. A responsabilidade pela conferência e guarda dos documentos será da Seguradora, devendo o relatório detalhado ser enviado ao SEAC/DF para efetiva fiscalização da concessão do benefício estipulado na apólice.

Parágrafo quarto – O SEAC/DF figurará na relação como estipulante da apólice, sendo dessa forma representante das empresas, que figurarão como sub-estipulantes, porém, toda a responsabilidade de

cunho patrimonial, em caso de inadimplência contratual, recairá sobre as empresas e a Seguradora.

Parágrafo quinto – Os benefícios descritos no **caput** serão custeados com os valores repassados exclusivamente pelos contratantes da prestação dos serviços, órgãos da administração pública e pessoas de direito privado.

Parágrafo sexto – As empresas se obrigam a incluir nas planilhas de preço o valor destinado a Apólice de Seguro, na oportunidade de repactuação dos contratos vigentes.

Parágrafo sétimo – A partir da assinatura e registro desta Convenção Coletiva de Trabalho no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, as empresas se obrigam, nas contratações privadas, bem como em licitações e contratações públicas futuras, a incluir nas suas planilhas de custo e formação de preços o valor destinado a Apólice de Seguro.

Parágrafo oitavo – A empresa que receber a quantia do órgão contratante terá até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente para efetuar o repasse em favor da Seguradora.

Parágrafo nono – Os benefícios, seguro de vida e assistência funeral, pelo seu caráter assistencial não integram a remuneração do trabalhador em nenhuma hipótese, conforme previsão do artigo 458 da CLT.

Parágrafo décimo – O benefício assistencial funeral deverá ser incluído no valor prescrito no **caput**.

Parágrafo décimo primeiro – O SEAC/DF se compromete a disponibilizar informação de fácil acesso em seu *website*, contendo o telefone e demais dados necessários, para contato com a seguradora pelos familiares do segurado. É facultado ao SINDSERVIÇOS/DF promover a mesma divulgação.

Parágrafo décimo segundo – As empresas se comprometem a disponibilizar acesso à apólice de seguro a seus empregados.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica convenionado que, as empresas pagarão mensalmente ao Sindicato Laboral, o valor de **R\$ 10,30 (dez reais e trinta centavos)** por empregado efetivo e diretamente ativado na execução dos seus contratos de prestação de serviços, **públicos ou privados**, limitado ao quantitativo de trabalhadores contratados pelos tomadores dos serviços. Valor esse a ser pago até o 20º (Vigésimo) dia do mês subsequente, sem ônus para o empregado, para fins de custeio de auxílio odontológico para todos os trabalhadores.

Parágrafo primeiro – O SINDSERVIÇOS/DF contratará, operadora especializada em Plano Odontológico com capacidade e eficiência de atendimento a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva dentro o Distrito Federal.

Parágrafo segundo – A empresa que não recolher ou repassar o auxílio odontológico, cometerá o crime de apropriação indébita e ficará o Sindicato Laboral autorizado a mover ação Judicial pertinente, observado o disposto na cláusula da Tentativa Prévia de Resolução Extrajudicial, prevista nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo terceiro – Tendo em vista que o interesse coletivo suplanta o individual, mesmo que as empresas possuam plano odontológico, o valor estipulado nesta cláusula é devido.

Parágrafo quarto – Para dar plena efetividade no cumprimento integral do atendimento odontológico, o SINDISERVIÇOS/DF poderá estabelecer regras e procedimentos administrativos.

Parágrafo quinto – É de única e exclusiva responsabilidade do sindicato laboral a escolha, contratação e administração, cabendo a este estabelecer os critérios e condições da prestação de serviços abrangidos pela Assistência Odontológica, bem como será de competência exclusiva do Sindicato Laboral, tratar de todos os assuntos envolvendo o plano, seus benefícios e beneficiários.

Parágrafo sexto – Cessando ou não havendo repasse ao Sindicato Laboral, do valor convencionado para o auxílio odontológico, as assistências e/ou atendimentos serão suspensos de imediato, ficando o SINDISERVIÇOS/DF isento de qualquer responsabilidade, presente ou futura.

Parágrafo sétimo – Será contratada operadora especializada em plano odontológico, devidamente registrada na ANS.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONSIGNAÇÕES

Os Sindicatos convenientes se esforçarão no sentido de fazer convênios com farmácias, no intuito dos empregados poderem comprar remédios, e esses serem descontados de salário, com a devida autorização prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONVÊNIOS

Os convênios assinados pelo Sindicato Laboral, em relação aos quais os empregados das empresas aderirem, de forma escrita, e que requerem desconto nos recibos de pagamentos, esses valores serão descontados pelas empresas, desde que o empregado autorize por escrito, e repassados para o Sindicato Laboral até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente.

Parágrafo Único – A presente disposição se aplica a todos os benefícios administrados, contratados, operados ou interpostos pelo Sindicato Laboral, inclusive plano de saúde diferente do plano ambulatorial.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTRATO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, previstos no artigo 452-A da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no §6º do artigo 452-A da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

Parágrafo Primeiro – A carga horária mínima para emprego do trabalho intermitente é de 6 (seis) horas diárias.

Parágrafo Segundo – O trabalhador que for convocado com brevidade inferior ao estabelecido em lei não poderá ser sancionado com a penalidade prescrita no §4º do 452-A da Lei 13.467/2017 em caso de recusa ou de não comparecimento.

Parágrafo Terceiro – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

Parágrafo Quarto – O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

Parágrafo Quinto – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 60 (sessenta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

Parágrafo Sexto – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

Parágrafo Sétimo – Em consonância com a prescrição do §6º do artigo 452-A da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional, repouso semanal remunerado, além de auxílio alimentação e vale-transporte.

Parágrafo Oitavo – O trabalhador fará jus ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA - READMITIDO

Os empregados readmitidos serão contratados por prazo indeterminado, desde que o contrato anterior tenha sido de pelo menos 1 (um) ano.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio deverá respeitar o estabelecido na legislação vigente.

Parágrafo Único – O aviso prévio será fornecido por escrito em 3 (três) vias, com contra recibo, devendo constar expressamente como o trabalhador irá trabalhar no período de aviso ou se o mesmo será indenizado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

As rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, a partir de 12 (doze) meses de empresa, deverão

ser assistidas pelo SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão aos empregados, no ato da homologação, cópia do atestado de afastamento e salário – AAS, bem como carta de apresentação.

Parágrafo Segundo – No caso de impedimento da homologação da rescisão do contrato de trabalho pela ausência do empregado ou do empregador, o SINDISERVIÇOS/DF fornecerá documento comprovando o comparecimento da(s) parte(s), desde que devidamente demonstrada a notificação e a ciência do empregado do aviso prévio.

Parágrafo Terceiro – Todas as empresas são obrigadas a apresentar no ato da homologação das rescisões contratuais, as guias de pagamento ou depósito das contribuições e mensalidades sindicais devidas ao SINDISERVIÇOS/DF e ao SEAC/DF.

Parágrafo Quarto – A não apresentação da documentação estabelecida no parágrafo anterior, implicará na aplicação de multa diária, desde que não tenha sido motivada pelo tomador de serviços, contada a partir da data de seu vencimento, correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) para o empregador que não houver infringido a disposição dentro do período de 60 (sessenta) dias; e a 1/30 (um trinta avos) do valor do piso da categoria para o empregador reincidente na mesma prática dentro do período de 60 (sessenta) dias, sendo que em ambas as hipóteses o valor da multa está limitado a 1 (um) salário mínimo da categoria, a ser revertida em favor da entidade cujas guias não foram apresentadas.

Parágrafo Quinto – No caso da não apresentação das guias devidamente quitadas, o SINDISERVIÇOS/DF não poderá recusar-se a realizar as homologações, porém concederá prazo de 5 (cinco dias) para comprovação do pagamento, após o qual incidirá a multa estabelecida no parágrafo anterior até à sua efetiva comprovação.

Parágrafo Sexto - O Sindicato Laboral deverá ressaltar todas as parcelas que entenda serem devidas ao empregado, sendo vedada a realização de ressalva genérica ao pedido de rescisão ou de quitação homologado pelo SINDISERVIÇOS/DF, devendo o SINDISERVIÇOS/DF fazer constar expressamente quais direitos não foram satisfeitos à data de sua intervenção.

Parágrafo Sétimo – Em havendo pagamento direto na conta corrente do empregado ou não, o prazo para homologação das rescisões de contrato de trabalho é de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data dos prazos previstos no artigo 477 da CLT, § 6º, alínea “b” desta, sob pena de multa constante no Parágrafo 8º do referido artigo.

Parágrafo Oitavo – Objetivando promover a credibilidade e profissionalização do segmento e igualar condições operacionais das empresas atuantes no setor, fica o SINDISERVIÇOS/DF obrigado a informar oficialmente e de imediato ao SEAC/DF, os dados cadastrais relativos às empresas que não apresentarem as guias de pagamento especificadas no parágrafo terceiro.

Parágrafo Nono – As empresas deverão agendar as homologações, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sob pena de não serem atendidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

As empresas efetuarão o pagamento relativo às verbas rescisórias do contrato de trabalho, no prazo máximo de 10 (dez) dias a partir do término do contrato, em dinheiro, depósito bancário ou em cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado for analfabeto, quando o pagamento somente poderá ser feito em dinheiro ou depósito bancário, a ser comprovado no ato da homologação, em conformidade com o art. 477, § 4º da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - MULTA POR ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

Em caráter pedagógico, as multas por atraso no pagamento das verbas rescisórias obedecerão gradação de acordo com a higidez do empregador, calculada da seguinte forma:

- I)** multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF, para a empresa que tenha atrasado em até 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento;
- II)** multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no pagamento de verbas rescisórias que não sejam apresentadas no prazo legal ao SINDISERVIÇOS/DF para a empresa que tenha atrasado acima de 60 (sessenta) dias contados da data do pagamento.

Parágrafo Primeiro – O SINDISERVIÇOS/DF se obriga a visitar a empresa que descumpra a obrigação do pagamento das verbas rescisórias no prazo legal, e, em caso de erro, dará prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa promover a correção, sem incidência de multa.

Parágrafo Segundo – O valor da multa acima fica limitado ao montante da obrigação principal constante nos TRCT's, ou seja, sobre as verbas rescisórias efetivamente devidas.

Outros grupos específicos

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - QUITAÇÃO ANUAL

É facultado às empresas promoverem, junto ao Sindicato Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita em lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo Primeiro – Pelo serviço prestado, a empresa pagará ao Sindicato Laboral o valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada trabalhador.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ANOTAÇÕES NA CARTEIRA DE TRABALHO

As empresas ficam proibidas de fazer anotações na carteira de trabalho dos empregados da categoria, que não aquelas determinadas por lei.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CURSOS DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços no sentido de buscar convênios para viabilizar cursos de formação, capacitação e reciclagem profissional.

Políticas de Manutenção do Emprego

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - INCENTIVO À CONTINUIDADE

Fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço, em razão de nova licitação pública ou novo contrato administrativo ou particular e/ou contrato emergencial, ficarão obrigadas a contratar os empregados da empresa anterior, respeitando todas as estabilidade legais, inclusive as gestantes; membros de CIPA; e todos os demais funcionários que na data do desligamento possuam qualquer tipo de estabilidade legal e/ou funcional, sem descontinuidade quanto ao pagamento dos salários e a prestação dos serviços, limitado ao quantitativo de empregados do novo contrato, obrigando as empresas que perderem o contrato a comunicar o fato ao sindicato laboral, inclusive por correspondência eletrônica, até 20 (vinte) dias antes do final do mesmo.

Parágrafo Primeiro – A empresa sucedida poderá, mediante **anuência do trabalhador por escrito**, realocar para outros postos de trabalho os trabalhadores com até **04 (quatro) anos de efetivo vínculo empregatício**, desde que, nas mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo e com posto efetivo (não se admite reservas e férias) e a estes, darem estabilidade de **180 (cento e oitenta) dias** e condições dignas de trabalho.

Parágrafo Segundo – Na sucessão de contratos de prestação de serviços, **no segmento privado**, facultam-se às empresas realocarem, dentro das mesmas condições do posto anterior, no exercício da mesma função/cargo, com posto efetivo (não se admite reservas e férias), o empregado que, **possua mais de 05 (cinco) anos de efetivo vínculo empregatício**, e a este dar **estabilidade de 180 (cento e oitenta) dias** e condições dignas de trabalho, mediante **comunicado ao trabalhador por escrito**.

Parágrafo Terceiro – Para o fiel cumprimento das condições avençadas, fica o Tomador na obrigação de efetuar a devolução de funcionários em até 20 (vinte) dias que anteceder a troca de empresas, o trabalhador, que por razões, não esteja atendendo com satisfação as suas necessidades.

Parágrafo Quarto – Não exercendo sua faculdade de realocar seus trabalhadores, a empresa sucedida estará obrigada a dispensar os empregados para permitir a contratação pela empresa sucessora, mediante as seguintes condições:

- I) O Termo de rescisão Contratual, no campo referente à forma de rescisão, constará "sem justa causa" e deverá constar, obrigatoriamente, no ato de homologação, a expressa referência à cláusula.
- II) A empresa que está assumindo o contrato de prestação de serviços, admitirá o empregado da empresa anterior e a ele concederá estabilidade no emprego de 90 (noventa) dias, sendo vedada a celebração de contrato de trabalho a título de experiência nesse período.
- III) No período da estabilidade (90 dias) a empresa que está assumindo a contratação só poderá demitir o empregado por cometimento de falta grave ou por pedido formal do empregado.
- IV) A empresa que está perdendo o contrato de prestação de serviços fica desobrigada do pagamento

do aviso prévio e suas respectivas projeções, da indenização adicional prevista no artigo 9º das Leis nº 7.238/84 e 6.708/79, obrigando-se, entretanto, a pagar as demais verbas rescisórias, sendo que a multa fundiária (art. 9º Decreto nº 99.684/90), será calculada no percentual de 40% do FGTS devido ao empregado. Aplicam-se as mesmas condições em casos de redução contratual ou devolução de funcionário, ambas por exigência do tomador, válido somente na sucessão de contratos.

V) As verbas rescisórias a que se refere o item anterior deverão ser quitadas até o 10º (décimo) dia após a rescisão do contrato de trabalho do empregado, ficando ajustado que o salário base, para cálculo das verbas rescisórias, é o correspondente ao do último dia do contrato de trabalho, acrescido da média das parcelas salariais variáveis, como horas extras e outras pagas com habitualidade, na forma da lei.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DA EMPREGADA GESTANTE

As empresas assegurarão o emprego da gestante desde a confirmação da gravidez ao empregador, que deverá ser feita mediante atestado médico específico, até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto.

Estabilidade Serviço Militar

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EMPREGO PARA PRESTAR SERVIÇO MILITAR

Será garantido o emprego do trabalhador alistando, desde a data da incorporação no serviço militar até 90 (noventa) dias após a cessão do cumprimento, desde que se apresente à sua empregadora no prazo de 30 (trinta) dias.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LOCAL PARA REFEIÇÃO E ARMÁRIO

Os Sindicatos convenientes comprometem-se a unir esforços, no sentido de conseguir junto aos tomadores de serviço, locais apropriados para as refeições dos trabalhadores e armários individuais para guarda de seus pertences.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - VEDAÇÃO DE RONDA MOTORIZADA POR AGENTE DE PORTARIA / FISCAL DE PISO

Fica expressamente proibida a realização de ronda motorizada (carro, moto, qualquer outro tipo de veículo motorizado ou bicicleta) por agentes de portaria e/ou fiscais de piso em condomínios residenciais, comerciais, empresas e órgãos públicos, por configurar como atividade de segurança privada, cuja

atribuição é exclusiva do vigilante patrimonial, conforme Lei 7.102/1983 e Portaria 3.233/2013 DG/DPF.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS DE EMPREGADO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em estabelecimentos de ensino oficial ou reconhecido, quando estes forem submetidos a provas periódicas, desde que a empresa seja avisada, por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Parágrafo Único – Cabe ao empregado a comprovação posterior do comparecimento para feitura da prova, sob pena de ser descontado de seu salário a falta correspondente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ABONO DE FALTAS POR COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIAS JUDICIAIS

Serão abonadas as faltas dos empregados para comparecimento à audiências judiciais, ainda que como testemunha, desde que presente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a intimação para comparecimento e condicionada à comprovação do comparecimento em ata judicial.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO

Excetuadas as espécies de trabalho intermitente, tempo parcial ou por revezamento “12x36”, a jornada de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Primeiro – As empresas compensarão o excesso de horas trabalhadas em um dia pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período o máximo de 120 (cento e vinte) dias, desde que haja anuência do tomador de serviços.

Parágrafo Segundo – A jornada de trabalho estabelecida nesta cláusula poderá ser acrescida de horas suplementares que serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, ou poderão ser compensadas, conforme previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – As reuniões de trabalho, de comparecimento obrigatório, a que convocados os(as) trabalhadores(as) deverão ser realizados durante o expediente normal, e se estas ultrapassarem o horário normal de trabalho serão remuneradas como horas excedentes, como serviços extraordinários, por representarem tempo à disposição da empresa. O período será indenizado como horas excedentes apenas se estiverem consignadas nas folhas de ponto.

Parágrafo Quarto – A Jornada de Trabalho dos empregados da categoria profissional é de 44 (quarenta e

quatro) horas semanais, inclusive porteiros diurnos e noturnos, vedado sua redução para 40 horas semanais, a título de proporcionalidade do salário da categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ALTERAÇÃO DA DURAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

Fica vedado às empresas alterar a duração da jornada de trabalho estabelecida, salvo quando acordado entre a empresa e o empregado, e sem que isso traga prejuízos ao trabalhador, conforme estabelecido pelo Artigo 468 da CLT.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O cálculo da hora extra será efetuado dividindo-se o salário por 220 (duzentos e vinte) horas, acrescidos do adicional de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora resultante.

Parágrafo Único – Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencional, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto, devendo ser assinalada na folha de ponto.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - GARANTIA DE DESCANSO REMUNERADO NO PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO

As empresas, na forma prevista na CLT, assegurarão à empregada, durante a jornada de trabalho, 2 (dois) descansos especiais de meia hora cada um, para amamentar o próprio filho até que esse complete 6 (seis) meses.

Parágrafo Único – Quando a saúde do filho assim o exigir, este período de 6 (seis) meses poderá ser dilatado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO

Ao empregado com jornada superior a 6 (seis) horas diárias, excluindo-se o trabalhador em jornada 12x36, fica garantido um intervalo de 1 (uma) hora para refeição.

Parágrafo Primeiro – É facultado ao empregado permanecer ou não no local de serviço para o gozo do intervalo sem que isso desature a função desse.

Parágrafo Segundo – Tendo em vista a natureza continuada dos serviços nos locais de trabalhos onde são adotados os postos 12x36 horas, considerando o fato de que os trabalhadores em sua grande maioria efetuam as refeições em seu local de trabalho, além da impossibilidade de se compensar a hora não trabalhada pela concessão do intervalo, acorda-se que o horário de refeição será de 1 (uma) hora, nos termos do inciso III do art. 611-A da CLT.

Parágrafo Terceiro – As empresas concederão aos seus empregados 1 (um) intervalo de 10 (dez) minutos para lanche, sendo este período computado como tempo de serviço. O intervalo será concedido somente para o funcionário que trabalha 8 (oito) horas por dia ou mais, desde que haja concordância do Tomador do serviço, e não haja prejuízo na execução do serviço.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - ADVERTÊNCIA E SUSPENSÃO

As empresas fornecerão cópias das penalidades aplicadas aos empregados para sua ciência, e também, encaminharão mensalmente cópia ao SINDISERVIÇOS/DF, que deverá ser efetivada até ao 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, sob pena de nulidade da penalidade aplicada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - SISTEMA ALTERNATIVO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

As empresas representadas pelo SEAC/DF poderão manter Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, a saber:

- a)** cartão de ponto manual;
- b)** folha de frequência;
- c)** biometria;
- d)** controle de ponto por cartão magnético;
- e)** sistema de ponto eletrônico alternativo; e outros permitidos por lei.

Parágrafo Único – As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Controle de Jornada, ora ajustado, atende as exigências do art. 74, § 2º da Consolidação das Leis do Trabalho e o disposto no art. 2 da Portaria nº. 373 de 25/02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego, dispensando-se a instalação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - RELÓGIO VIGIA

Fica proibido o uso do relógio vigia pelas empresas, independente da exigência do tomador de serviço.

Turnos Ininterruptos de Revezamento

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - JORNADA ESPECIAL

As empresas poderão adotar a Jornada Especial 12x36, 12 (doze) horas corridas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas corridas de descanso, sem redução do salário, respeitados os pisos salariais da categoria.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados que trabalham sob o regime da Jornada Especial é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que será de 1 (uma) hora, permitido seu gozo ou indenização.

Parágrafo Segundo – Consideram-se normais os dias de domingo e feriados, laborados nesta jornada especial, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver, de que tratam o art. 70 e o § 5o do art. 73 da CLT.

Parágrafo Terceiro – Considera-se noturno o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte, sendo a hora noturna computada como de 60 (sessenta) minutos. Em contrapartida, pactua-se que o percentual do adicional noturno será de 22,5% (vinte e dois e meio por cento), incidindo sobre a hora trabalhada, com a finalidade de compensar a fixação da hora em 60 (sessenta) minutos.

Parágrafo Quarto – No regime acordado de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, não é devido o adicional noturno sobre as horas laboradas após as 05 horas da manhã (artigo 59-A da CLT).

Parágrafo Quinto – Na hipótese de parte da jornada do trabalhador se incluir no horário noturno e outra parte se concretizar antes ou depois dele, em horário diurno, o mesmo somente terá direito ao recebimento do adicional noturno por aquelas horas efetivamente situadas dentro do limite fixado por lei, ou seja, entre 22h00min e 05h00min, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sexto – A remuneração mensal pactuada para a jornada 12x36 horas abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados, nos termos do parágrafo único do artigo 59-A da CLT.

Parágrafo Sétimo – Diante da natureza compensatória desta jornada, pela qual não há suspensão para concessão do intervalo de alimentação e repouso (o qual se inclui nas 12 horas que a nomeiam), considera-se já remunerado pelo salário mensal o período reservado ao intervalo, razão pela qual a indenização por eventual supressão desse se restringirá à incidência de 50% sobre o período suprimido e já pago (CLT, art. 59-a), não implicando na repetição da hora já remunerada; bem como a referida indenização não se aplica para efeitos de cálculos, médias ou demais reflexos legais.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PAGAMENTO DE FÉRIAS

As férias poderão ser concedidas integralmente ou em até 2 períodos com a anuência do trabalhador, na

forma da lei vigente.

Parágrafo Primeiro – Na concessão das férias o início delas não poderá coincidir com sábados, domingos, feriados ou dias compensados, nem com os dias 24 e 31 de dezembro.

Parágrafo Segundo – Em conformidade com o início das férias concedidas, o pagamento destas dar-se-á dois dias antes do início das mesmas.

Parágrafo Terceiro – A empresa fornecerá aviso de férias ao empregado 30 (trinta) dias antes da concessão das mesmas.

Parágrafo Quarto – Fica garantido o pagamento de férias proporcionais aos empregados que tiverem seu contrato rescindido sem justa causa.

Parágrafo Quinto – Considerando a natureza da prestação de serviços na escala 12x36, o gozo das férias deverá iniciar em dia de efetivo labor.

Parágrafo Sexto – Nas escalas 5x2 (segunda à sexta-feira) o gozo das férias poderá iniciar no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao labor.

Licença Remunerada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIA REMUNERADA

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a)** 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b)** 3 (três) dias consecutivos em virtude de casamento;
- c)** 5 (cinco) dias consecutivos em caso de nascimento de filho;
- d)** 1 (um) dia para acompanhamento de saúde de filho menor de quatorze anos ou se for portador de necessidades especiais de qualquer idade, limitado há 05 (cinco) dias por ano, desde que haja comprovação, por meio de atestado de saúde competente, a ser apresentado no primeiro dia do retorno ao trabalho, que contenha o horário de atendimento, nome do filho atendido, tipo de atendimento e o nome do acompanhante;
- e)** no período (horas), especificado no atestado médico, para comparecimento em consultas e/ou exames. O atestado deverá ser entregue na empresa ou ao representante da empresa no dia útil posterior a realização da consulta/exame.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS DA GESTANTE

A empresa garantirá que a empregada gestante, após completar o período aquisitivo, poderá marcar seu

período de férias na sequência da licença-maternidade.

Parágrafo Único – De modo a dar efetividade a esse benefício convencional, as empresas poderão comunicar a empregada, em gozo da licença maternidade, sobre a existência dessa faculdade para que a empregada possa manifestar sua opção.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Sem prejuízo das determinações contidas na NR-06, as empresas se obrigam ao fornecimento dos EPI's a todos os empregados que trabalhem com produtos químicos de limpeza, na forma da legislação vigente.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - UNIFORMES

Quando de uso obrigatório, no início do contrato de trabalho, as empresas fornecerão aos seus empregados, gratuitamente, 02 (dois) conjuntos de uniformes completos e 01 (um) par de meias e calçado. A cada 6 (seis) meses, será entregue 1 (um) conjunto de uniforme.

Parágrafo Primeiro – As empresas fornecerão a todos os seus empregados que trabalham à noite 01 (uma) japona (agasalho para o frio), de 12 (doze) em 12 (doze) meses.

Parágrafo Segundo – As empresas fornecerão aos funcionários que trabalham ao ar livre, 01 (uma) capa de chuva, por ano, além disso, disponibilizarão protetor solar fator 30 (trinta) diariamente. Considera-se “ao ar livre” o trabalho desguarnecido de qualquer cobertura física por mais de 3 (três) horas contínuas.

Parágrafo Terceiro – Verificado o desgaste no uniforme que o torne inutilizável ou inapresentável, a empresa entregará 2 (dois) conjuntos de uniformes, obedecida a frequência de 6 (seis) meses, conforme previsto no *caput*.

Parágrafo Quarto – A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso doméstico.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ELEIÇÕES PARA A CIPA

As empresas enviarão cópias ao SINDSERVIÇOS/DF dos editais de convocação de eleições para as CIPA's, com pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência, contadas da data de publicação dos

editais, sob pena de nulidade, antes de sua realização, em conformidade com a NR. 5 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Profissionais de Saúde e Segurança

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ORGANIZAÇÃO DO SESMT COLETIVO

Em conformidade com o Art. 2º da Portaria SIT/DSSST Nº 17, de 01/08/2007, que aprova o subitem 4.14.3 da NR-4 que, por sua vez, altera a redação da Norma Regulamentadora nº 4, o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) poderá ser organizado pelo SEAC/DF, englobando as empresas da mesma atividade econômica, localizadas no Distrito Federal e em municípios limítrofes.

Parágrafo Único – Fica assegurado o direito de cada empresa organizar e manter, individualmente, o seu próprio SESMT.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FORMULÁRIO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

As empresas deverão preencher os formulários exigidos pela Previdência Social, por completo, para a concessão de quaisquer benefícios, tais como: aposentadoria, acidente de trabalho, auxílio-doença, auxílio natalidade, abono de permanência, atestado de afastamento do trabalho (AT), atestado de volta ao trabalho (AVT), etc., entregando-os ao interessado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Único – A obrigação da empresa restringe-se às informações do período em que o trabalhador prestou serviços para a mesma.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FORNECIMENTO DE COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO

As empresas fornecerão ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) de cada mês, cópias das CAT's emitidas no mês anterior.

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ACESSO ÀS DEPENDÊNCIAS

Os dirigentes sindicais, regularmente eleitos, terão acesso às dependências das empresas para a colocação de avisos, comunicações em locais visíveis e apropriados, desde que não sejam contrários à legislação vigente e com o assentimento prévio pela empresa no momento da colocação.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - AFASTAMENTO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

A 5 (cinco) dirigentes sindicais, regularmente eleitos, com a limitação de 1 (um) dirigente por empresa, integrantes da Diretoria do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizados do Distrito Federal - SINDISERVIÇOS/DF será garantida, enquanto durarem seus mandatos, a percepção de seus salários, sem a respectiva prestação dos serviços.

Parágrafo Único – Os dirigentes sindicais serão liberados para comparecimento a congressos ou reuniões sindicais mediante comunicação prévia de 48 (quarenta e oito) horas, e não sofrerão qualquer prejuízo em suas remunerações quando os mesmos não excederem a 20 (vinte) dias por ano.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CÓPIA DA RAIS

As empresas ficam obrigadas a entregar a cópia da RAIS aos empregados que vierem a requerer, justificadamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - TAXA ASSISTENCIAL

As empresas descontarão de todos os seus empregados o valor equivalente a 3% (três por cento) do salário nominal do mês de fevereiro de 2019, a título de taxa assistencial, em favor do SINDISERVIÇOS, para custeio administrativo, assistencial e jurídico, conforme aprovação expressa em assembleia geral, convocada para essa finalidade, através de Edital publicado no Jornal de Brasília, no mês de setembro de 2018. O valor descontado deverá ser repassado ao Sindicato Laboral até o dia 15 de março de 2019, conforme discriminado abaixo.

Parágrafo Primeiro – O valor descontado, previsto no *caput* desta cláusula, deverá ser recolhido ao SINDISERVIÇOS/DF, através de boleto bancário fornecido pelo mesmo, e o respectivo comprovante entregue na Secretaria daquela Entidade, juntamente com a relação nominal, em ordem alfabética, de todos os trabalhadores atingidos pelo desconto, contendo os respectivos valores.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas ficam obrigadas a descontar dos empregados sindicalizados e mediante anuência expressa do trabalhador, em folha de pagamento, a mensalidade devida ao SINDISERVIÇOS/DF no percentual de 1% (um por cento) do salário nominal recebido, mediante autorização do empregado por escrito.

Parágrafo Primeiro – Para efeito de controle do desconto da mensalidade sindical, as empresas deverão remeter, mensalmente, ao SINDISERVIÇOS/DF até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao desconto, uma relação alfabética de todos os empregados que autorizaram o desconto, devendo constar ainda a função, a matrícula na empresa, salário e o valor do desconto.

Parágrafo Segundo – O repasse do desconto para o SINDISERVIÇOS/DF deverá ser feito, obrigatoriamente, até o dia 15 (quinze) após o desconto.

Parágrafo Terceiro – O SINDISERVIÇOS/DF encaminhará, mensalmente, para as empresas, relação dos novos empregados sindicalizados para fins do desconto da mensalidade.

Parágrafo Quarto – Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor não recolhido, caso o atraso não seja superior a 60 (sessenta) dias; ou 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor não recolhido, caso o atraso seja superior a 60 (sessenta) dias, até a data da efetiva liquidação, limitados ao montante não recolhido, a ser revertida para o SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Quinto – No caso de sucessão de empresas nos termos da cláusula da continuidade, serão mantidos os descontos das mensalidades dos trabalhadores sindicalizados, mediante a apresentação por parte do SINDISERVIÇOS/DF de uma relação dos trabalhadores para a empresa que está sucedendo a outra conforme cláusula de continuidade, sem necessidade de apresentação de novas autorizações. A relação deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia do mês em que a empresa assumir o contrato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B; Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado; Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a CONTRIBUIÇÃO DE CUSTEIO PATRONAL, para a assistência a todos e não somente a associados, no valor total de R\$ 12,00 (doze reais), por empregado (comprovado por meio do CAGED), referente ao mês de junho de 2019, a ser recolhida em 4 (quatro) parcelas iguais e sucessivas, até o dia 15 (quinze) dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2019, conforme orientação emanada da Decisão do Supremo Tribunal Federal - STF - RE 220.700-1 - RS - DJ. 13.11.98 e, mais recentemente, a decisão RE-189.960-3 – DJ. 17.11.2000, facultado o direito à oposição, a ser manifestado em formulário disponível na sede do SEAC/DF, até o dia 30 de janeiro de 2019. As empresas associadas ao SEAC/DF que fizerem o recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal até às datas acima fixadas, será concedido um desconto de 50% (cinquenta por cento). As guias de pagamentos deverão ser emitidas pelo site do SEAC/DF (www.seac-df.com.br).

Parágrafo Primeiro – Caso a guia de recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal possua valor inferior a R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por empresa, o pagamento deverá ser efetivado em única parcela até o dia 15 de julho.

Parágrafo Segundo – Caso o recolhimento seja feito em desacordo com o previsto no *caput* da presente

cláusula, a empresa não se beneficiará do desconto acima concedido, sendo-lhe imputada, ainda, uma multa de 2% (dois por cento) e 0,22% (zero vírgula vinte e dois por cento) de juros, por dia de atraso, sobre o valor total da contribuição, ficando inadimplente com o Sindicato Patronal até à regularização da situação econômica.

Parágrafo Terceiro – Em caso de não recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal prevista no **caput** da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Parágrafo Quarto – As empresas que exercem atividades representadas pelo SEAC/DF recolherão a Taxa Assistencial, conforme guia disponibilizada em site próprio do Sindicato Patronal. (<http://www.seac-df.com.br/taxa-assistencial/>)

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - OPOSIÇÃO AO DESCONTO DA TAXA ASSISTENCIAL

Subordina-se o desconto assistencial à não oposição do trabalhador manifestada no prazo de até 10 (dez dias) a contar do registro deste Instrumento, por declaração assinada de próprio punho, na Secretaria do Sindicato.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Por força desta convenção e em atendimento ao disposto no art. 607 da CLT, as empresas para firmarem contratos ou aditivos com órgãos da administração pública, direta, indireta ou contratação por setores privados, **deverão** apresentar certidão de regularidade para com suas obrigações sindicais.

Parágrafo Primeiro – Esta certidão será expedida pelos Sindicatos Convenentes, **conjuntamente**, assinada por seus Presidentes ou seus substitutos legais, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 90 (noventa) dias.

Parágrafo Segundo – Consideram-se obrigações sindicais:

- a)** Recolhimento da Contribuição de Custeio Patronal;
- b)** Recolhimento da Taxa Assistencial Patronal e Laboral;
- c)** Cumprimento integral desta Convenção e as obrigações desta;
- d)** Certidão de regularidade para com o FGTS, INSS e estaduais;
- e)** Cumprimento das normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, bem como na legislação complementar concernente à matéria trabalhista e previdenciária.

Parágrafo Terceiro – A validade da certidão está condicionada à assinatura de ambos os entes Sindicais.

Parágrafo Quarto – A não solicitação, por parte do órgão público ou privado, da certidão de que trata a presente cláusula poderá acarretar em responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, item IV, do Tribunal Superior do Trabalho, modificada pelo Superior Tribunal Federal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ENTREGA DA GFIP

Ficam as empresas obrigadas a enviar ao SINDISERVIÇOS/DF suas GFIP's da empresa até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês. O não cumprimento desta cláusula acarretará em multa de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor das mesmas em benefício do SINDISERVIÇOS/DF.

Parágrafo Primeiro – A recusa do recebimento da GFIP, por parte do SINDISERVIÇOS/DF, isenta as empresas do cumprimento dessa cláusula.

Parágrafo Segundo – Fica o Sindicato Laboral expressamente proibido de dar publicidade a quaisquer informações comerciais, contidas na GFIP, sob pena de pagamento de multa equivalente à prevista no *caput* desta cláusula, em favor do Sindicato Patronal.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DA TENTATIVA PRÉVIA DE RESOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Nas hipóteses de descumprimento desta Convenção Coletiva de Trabalho que extrapolem a natureza trabalhista, em especial aquelas imputações de natureza criminal, o sindicato laboral se compromete a convocar a empresa, apontada como descumpridora, para tentativa prévia de resolução extrajudicial, em tempo hábil, e dando amplo conhecimento sobre as irregularidades por ele constatadas.

Parágrafo Único – Apenas após comprovado silêncio da empresa convocada, ou infrutífera a tentativa de resolução extrajudicial, o sindicato laboral ajuizará a ação pertinente.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - QUADRO DE AVISOS

As empresas poderão disponibilizar, em suas sedes e nos locais de trabalho, espaço para fixação de quadro de avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, sob controle do SINDISERVIÇOS/DF.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - ATUAÇÃO CONJUNTA DOS SINDICATOS PATRONAL E LABORAL

Os Sindicatos convenientes assumem o compromisso de atuarem em conjunto e formalmente, a título de notificação, quando o contratante dos serviços não conceder e/ou pagar os reajustes e repactuações dos contratos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da definição e ultimação negocial da data-base e/ou solicitação da contratada, ou ainda quando houver descumprimento das demais cláusulas desta Convenção

Coletiva de Trabalho, mediante solicitação da empresa interessada, desde que esta esteja quite com as obrigações desta CCT.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - REGRAS ABSTRATAS E IMPESSOAIS DO SEGMENTO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estabelece regras abstratas e impessoais do segmento. É verdadeira Norma Legal e, portanto, dentro da categoria a que esse destina é, também, verdadeira Fonte do Direito. Neste sentido pode-se afirmar, com "severus in iudicando" que cuida-se de verdadeiro direito positivo aplicável. É lei embora tenha forma de Convenção Coletiva. A Constituição Federal (art. 7º, inc. XXVI) reconhece as Convenções Coletivas de Trabalho. Diante desse fundamento constitucional estas integram o nosso sistema de normas jurídicas trabalhistas. É certo que a Convenção Coletiva de Trabalho tem uma extensão menor que a norma legal, por isso opera efeitos jurídicos apenas no seu âmbito de abrangência. Mas esta é uma diferença que não pode ser considerada para excluí-la no campo das Normas Jurídicas, já que – como acentua o Mestre Carnelutti – a Nação é o limite máximo e não o limite mínimo de extensão da norma e, portanto, podem existir normas, legais e consuetudinárias, que se refiram a uma coletividade menor, por exemplo, leis limitadas a uma região. A Convenção Coletiva de Trabalho delimita os limites da categoria porque, assim como a Nação é o limite máximo da extensão da norma legal, o segmento, como um todo, é o objeto máximo da aplicação da (norma) Convenção Coletiva de Trabalho. A Constituição Federal de 1988 (art. 7º, inc. XXVI) prestígiou extraordinariamente os instrumentos normativos nascidos no ventre da negociação coletiva. Além de reconhecer a sua legitimidade legal de cunho social e caráter normativo, a Carta de 1988 conferiu autonomia institucional para se modelar e dirigir os direitos e deveres trabalhistas da categoria, aperfeiçoando-os para a adaptação peculiar de cada segmento. A leitura dos incisos IV, XII e XVI do art. 7º conduz à inequívoca conclusão de que as Convenções Coletivas de Trabalho adquirem notável relevo legal na Carta Política. Destarte, inegável se mostra à natureza legalista das Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria, vez que estas são verdadeiras normas legais a serem seguidas, **obrigatoriamente**, pelos operadores do direito trabalhista e por todos os integrantes do segmento, sob pena de inquestionável afronta à Constituição Federal. As normas aqui estabelecidas, que visam proteger a incolumidade, moralidade e dignidade do segmento e o seu fiel cumprimento, deve ser uma constante para todos, seja empregado, empregador ou tomador de serviços.

Disposições Gerais

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências de interpretação das cláusulas da presente Convenção deverão ser comunicadas, por escrito, aos sindicatos convenentes, para fins de conciliação, no prazo de 15 (quinze) dias antes de serem submetidas à justiça do trabalho.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - PROCESSO LICITATÓRIO

As empresas deverão sempre colacionar a presente Convenção Coletiva nas suas propostas, quando participarem de processo licitatório.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - MULTA OBRIGAÇÃO DE FAZER

Impõe-se multa, por descumprimento das obrigações de fazer, constantes do presente instrumento na seguinte progressão:

- a)** Multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, não tenha incidido nesta penalidade;
- b)** Multa no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do piso salarial da categoria, em favor da parte prejudicada, para a empresa que dentro do prazo de 120 (cento e vinte), dias, tenha reincidido nesta penalidade.

Parágrafo Único – Prevalecem as multas por descumprimento, previstas nas cláusulas do presente instrumento.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação, total ou parcial, da presente Convenção, obedecerá às normas estabelecidas pelo art. 615 da CLT.

Outras Disposições

CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - DAS EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL

As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem serviços terceirizados de agente de portaria / fiscal de piso, garagista, zelador, jardineiro, auxiliar de jardineiro, auxiliar de serviços gerais, ajudante de manutenção, auxiliar de encarregado, encarregado de limpeza, encarregado de jardinagem, encarregado geral, bombeiro hidráulico, electricista, ajudante geral de manutenção, recepcionista, bem como todas as demais categorias profissionais previstas na presente convenção coletiva de trabalho (exceto servente de limpeza) não poderão ser optantes pelo regime de tributação do SIMPLES NACIONAL, tendo em vista o impedimento legal previsto pelo artigo 17, inciso XII da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e artigos 115 e 191, § 2º da Instrução Normativa 971, de 13 de novembro de 2009 da Secretaria da Receita Federal.

Parágrafo Primeiro – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que fornecem, única e exclusivamente serviços de limpeza e conservação, com a utilização do profissional servente de limpeza

poderão ser optantes do SIMPLES NACIONAL em virtude da permissão legal prevista no artigo 18, § 5-C, inciso VI da LC 123/06, entretanto, não poderão fornecer outros tipos de serviços com os profissionais previstos no **caput** da presente cláusula.

Parágrafo Segundo – A inobservância à vedação legal ensejará a intervenção da Delegacia Regional do Trabalho, bem como comunicação à Secretaria da Receita Federal para que promova as autuações cabíveis.

ANTONIO JOSE RABELLO FERREIRA

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRABALHOS TEMPORARIO E
SERVICOS TERCEIRIZAVEIS DO DF

MARIA ISABEL CAETANO DOS REIS

Presidente

SINDICATO DOS EMPR DE EMPR DE ASSEIO, CONSERVACAO, TRAB TEMPORARIO, PREST
SERVICOS E SERV TERCEIRIZAVEIS DO DF-SINDISERVICOS/DF

ANEXOS

ANEXO I - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos de Prestação de Serviços pelas empresas contratadas junto aos tomadores, a fim de garantir a TOTAL adimplência dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convenionado que as Empresas do segmento abrangidas por essa Convenção Coletiva de Trabalho ficam obrigadas a praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de **79,44% (setenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) conforme planilha de cálculo, abaixo descrita**. Os órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta Federal, Estadual e Municipal, visando preservar a dignidade do trabalho, criar condições próprias e eficientes à realização dos serviços prestados e assegurar os benefícios diretos dos trabalhadores, conforme acórdão TCU nº. 775/2007 deverão fazer constar em seus Editais de Licitação, seja qual for a modalidade, o percentual de Encargos Sociais previsto nessa Convenção Coletiva de Trabalho, como documento essencial a toda e qualquer modalidade de licitação, sob pena de nulidade do certame, tal como disposto nos **Art. 607 e 608 da CLT**.

A tabela de encargos sociais abaixo foi elaborada em conformidade com o Anexo VII-D da Instrução Normativa n.º 05, de 25/05/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

TABELA DOS ENCARGOS SOCIAIS

ANEXO VII-D DA IN 05/2017 DO MPDG

MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%
A	13º (décimo terceiro) Salário (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	8,33%
B	Férias e Adicional de Férias (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	12,10%
Total		20,43%

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina e adicional de férias.

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	%
A	INSS	20,00%
B	Salário Educação	2,50%
C	SAT	3,00%
D	SESC ou SESI	1,50%
E	SENAI - SENAC	1,00%
F	SEBRAE	0,60%
G	INCRA	0,20%
H	FGTS	8,00%
Total		36,80%

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Módulo 3 - Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão	%
A	Aviso prévio indenizado ($33 \div 365 \times 0,20 \times 100 = 1,81\%$)	1,81%
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado ($8\% \times 1,81\% = 0,14\%$)	0,14%
C	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado (item 14 do Anexo XII da IN 05/2017 MPDG)	4,25%
D	Aviso prévio trabalhado ($07 \div 30 \div 12 \times 0,15 \times 100 = 0,29\%$)	0,29%
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado ($36,80\% \times 0,29\% = 0,11\%$)	0,11%
F	Multa do FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado (item 14	0,75%

do Anexo XII da IN 05/2017 MPPDG)	
Total	7,35%

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	%
A	Terço constitucional de férias e 13º salário do ferista $((3,03\% + 8,33\%) \div 12 = 0,95\%)$	0,95%
B	Ausências legais e ausências por doença $((07 \div 30 \div 12) + (07 \div 30 \div 12) \times 100 = 3,88\%)$	3,88%
C	Licença paternidade $((5 \div 30) \div 12 \times 0,075 \times 100 = 0,10\%)$	0,10%
D	Ausência por acidente de trabalho $(15 \div 30 \div 12 \times 0,10 \times 100 = 0,42\%)$	0,42%
E	Afastamento maternidade $((1 \div 12 \times 4) + (1,33 \div 12 \times 4)) \div 12 \times 0,0025 \times 100 = 0,02\%)$	0,02%
F	Incidência do submódulo 2.2 sobre o submódulo 2.1 e sobre as alíneas A, B, C, D e E do submódulo 4.1	9,49%
	Total	14,86%

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intraornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço.

Nota 2: Haverá a incidência do Submódulo 2.2 sobre esse módulo.

TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	79,44%
-----------------------------------	---------------

Revisão Felipe Andrade

ANEXO II - AGE DOS TRABALHADORES PARA APROVAÇÃO DA CCT

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Coordenação de Serviços Gerais

Estudos Preliminares - Serviços nº 3/2019/COSEG

Brasília, 07 de junho de 2018.

ESTUDOS PRELIMINARES
SERVIÇO SOB O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA - INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MP Nº 5/2017

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. As dependências da PR, em Brasília, Distrito Federal, são locais de representação do Governo Brasileiro, além de possuir relevância histórico-cultural para o País. Essas dependências possuem **808.145 m²** de área a ser tratada, entre área pavimentada (164.109m²) e área verde (644.036m²). O serviço de jardinagem se faz necessário, entre vários motivos, por:
 - 1.2. Garantir a segurança das instalações, uma vez que a manutenção das áreas verdes é vital para proporcionar ampla visibilidade da área para as equipes de segurança da PR;
 - 1.3. Assegurar a adoção de medidas de preservação, conservação e manutenção dos projetos paisagísticos em todas as dependências da PR;
 - 1.4. Garantir a administração e manutenção dos jardins, áreas verdes, limpeza de áreas externas comuns, conservação, podas, controle de pragas, tratamento de doenças, manutenção dos elementos florísticos alinhados a forma natural da paisagem ou aqueles resultantes de projetos paisagísticos;
 - 1.5. Serem os Palácios e Residências Oficiais pontos turísticos de Brasília, sendo que a maioria com tombamento individual (Palácio da Alvorada, Palácio do Jaburu e Palácio do Planalto);
 - 1.6. Possuir jardim tombado (Palácio do Jaburu – Decreto n. 33.040, de 14 de julho de 2011, Distrito Federal – Dispõe sobre o tombamento dos Jardins de Burle Marx em Brasília), que deve ser preservado conforme o projeto original, mantendo sua autenticidade, de modo que permaneça seu valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, paisagísticos, entre outros; e
 - 1.7. Resguardar a salubridade e a higiene das áreas externas (áreas verdes ou com vegetação e áreas pavimentadas) nas dependências da PR.
- 1.8. Ademais, as dependências dos Palácios, Residências Oficiais e demais prédios da estrutura da PR são obras importantes da arquitetura nacional em Brasília-DF, recebendo, cotidianamente, diversos visitantes nacionais e estrangeiros, servidores públicos, além de autoridades de todos os países. Algumas áreas externas foram concebidas/projetadas por renomados paisagistas, a exemplo de Yoichi Aikawa (Palácio da Alvorada) e Burle Marx (Palácio do Jaburu), precisando de manutenção, limpeza e conservação, de modo a preservar seu valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, paisagísticos, entre outros, conforme retrocitado.
- 1.9. Com a presente contratação pretende-se manter em perfeito estado de conservação todas as áreas verdes e pavimentadas que compõem o paisagismo das instalações da PR, bem como a manutenção das condições fitossanitárias desses locais que são parte integrante do patrimônio deste Órgão.
- 1.10. Destaca-se que a PR não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos necessários a execução direta do serviço de Jardinagem, motivo pelo qual carece da presente contratação para que os serviços sejam executados.
- 1.11. Os serviços serão prestados nas dependências da PR, em Brasília – Distrito Federal. Eventualmente, o serviço poderá ser realizado em áreas contíguas e adjacentes às localizações apresentadas neste Termo de Referência para resguardar os terrenos da PR.
- 1.12. Os serviços de jardinagem incluem atividades básicas como capina, roçada, irrigação, limpeza dos espaços, retirada de detritos, adubagens, fertilizações, irrigações, assistências e tratamentos fitossanitários como aplicações de defensivos agrícolas, combates às ervas daninhas, enfermidades e pragas de insetos, pulverizações com fungicidas, podações e erradicações de árvores e arbustos, entre outros que se fizerem necessários, que devem ser acompanhados de um técnico responsável pela execução dos serviços. Essas atividades serão desenvolvidas nos respectivos serviços predominantes, descritos a seguir:

- 1.13. limpeza da área externa pavimentada;
- 1.14. corte de grama com limpeza da área verde;
- 1.15. manutenção dos canteiros;
- 1.16. vasos decorativos;
- 1.17. viveiro de plantas;
- 1.18. hortas e pomares;
- 1.19. cercas vivas;
- 1.20. arbustos, árvores e topiarias.
- 1.21. A descrição desta contratação – que compreende a realização de atividades inerentes à jardinagem – será realizada no Termo de Referência de forma objetiva, com especificações usuais de mercado. Portanto, a natureza do objeto se enquadrará na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA PR

- 2.1. Institucionalmente, compete à Coordenação de Serviços Gerais – COSEG/COAGE/DILOG/SA, segundo a Portaria n. 340, de 28 de dezembro de 2012, artigo 43, o planejamento, a coordenação e a execução de serviços operacionais para manutenção e conservação dos espaços na PR, a saber:
 - 2.2. Art. 43. À *Coordenação de Serviços Gerais compete:*
 - 1 - planejar, coordenar, e executar as atividades relacionados com:
 - 2.3. a) *contratação de serviços de limpeza e conservação, lavanderia, **jardinagem**, transportes e mudanças, jornais, revistas e mídias impressa e digital, reprografia e desinsetização;* e

- 2.5. **b) *serviços de apoio aos palácios, residências oficiais e escritórios regionais, em articulação com a Coordenação de Palácios.***
- 2.6. ***II - coordenar e fiscalizar os serviços e a ocupação de espaço por empresas e prestadores de serviços terceirizados.***
- 2.7. O processo da contratação vigente foi registrado sob o número **00088.000242/2018-18**, que gerou o Pregão Eletrônico n. 17/2018 e o Contrato Administrativo n. 28/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços, de forma continuada, de manutenção e revitalização das áreas verdes, jardins/canteiros, hortas, pomares e vasos decorativos, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, máquinas, equipamentos, materiais, plantas e insumos necessários, para atender a PR. Área estimada de cobertura dos serviços - aproximada de 644.036 m². São 10 (dez) postos fixos de trabalho e um efetivo de 60 funcionários que trabalham por produtividade.
- 2.8. Em 13 de março de 2018, por meio do OFÍCIO Nº 50/2019/COSEG (1094091) foi realizado consulta à empresa EBF Indústria, Comércio e Serviços LTDA, quanto ao interesse em prorrogar o instrumento por mais 12 (doze) meses. A referida empresa por meio do Ofício 022.2019 / EBF (1103830) manifestou que a renovação não se mostra atrativa. Desta forma, foi instaurado o presente processo de contratação.

3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. Por se tratar de serviço contínuo cuja atividade não pode ser paralisada, a fim de reduzir o quantitativo de contratações e proporcionar um prazo maior para distribuição dos custos não renováveis, sugere-se uma vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

- 3.2. Serão considerados como atividades de manutenção, limpeza, conservação e revitalização, inerentes ao serviço de jardinagem, que poderão ser solicitados pela equipe de fiscalização, as seguintes atividades:

1. Varrição; capinação; roçada, rastelagem e remoção de restos vegetais;
2. Retirada de ervas daninhas e inços, com a erradicação das plantas invasoras;
3. Retirada de mato existente entre as juntas de dilatação dos bloquetes, calçadas, asfaltos, estacionamento;
4. Irrigação e regagem;
5. Poda de formação, de limitação do crescimento e de limpeza em cerca viva, arbustos e topiarias;
6. Poda de grama;
7. Plantio e replantio;
8. Abertura de covas;
9. Adubação e correção do solo;
10. Criação e manutenção de composteiras;
11. Tratamento fitossanitário;
12. Produção de mudas (cultivo e expansão);
13. Recuperação de espécies adultas;
14. Coroamento em plantas;
15. Colocação de cobertura morta;
16. Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
17. Aplicação eventual de agrotóxico/veneno específico;
18. Limpeza em geral de todas as áreas pavimentadas;
19. Tratamento das plantas nos vasos decorativos e de floresiras internas e externas (poda de limpeza, afloamento do solo, adubação, entre outros), bem como restauração ou reposição de flores em vasos;
20. Desinçamento dos gramados e canteiros;
21. Refilamento das áreas gramadas;
22. Reposição de terra e de gramado;
23. Reposição ou troca de pedriscos ou de seixos;
24. Manutenção dos viveiros (plantas, aves, pássaros e galináceos) e dos espaços externos recreativos;
25. Remoção, carga, transporte e descarregamento dos materiais, resultantes da limpeza realizada em virtude dessa contratação;
26. Coleta, remoção de lixo orgânico e inorgânico e destinação final em aterro sanitário;
27. Acompanhamento técnico periódico e análise química do solo.

- 3.2.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

- 3.2.1.1. Os serviços deverão ser iniciados em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.

- 3.2.1.2. Os serviços serão executados em jornada(s) compreendida(s) entre 7h às 17h de segunda a sexta-feira, e aos sábados de 8h às 12h, de modo que a empresa contratada distribua seus colaboradores para melhor atender os serviços e que não exceda a carga horária regulamentar, conforme Convenção Coletiva de Trabalho – CCT.

- 3.2.1.3. O serviço poderá ser requisitado aos domingos e feriados nos seguintes casos:

- a) Se a PR julgar conveniente;
- b) Se solicitado pela contratada e devidamente autorizado pela PR.

- 3.2.2. A contratada poderá fixar turnos para a entrada e saída dos colaboradores, respeitando sempre o horário de almoço e a carga horária máxima definida na convenção coletiva de trabalho.

- 3.2.3. Entende-se necessário a participação dos seguintes tipos de profissionais, sem prejuízo da análise da empresa:

N.	Profissional	CBO/CCT*	Frequência
1	Encarregado de Jardinagem (CBO: Encarregado de equipe de conservação de vias permanentes)	*	44 horas semanais
2	Jardineiro	6220-10	44 horas semanais
3	Operador de Microtrator (CBO: Trabalhador da mecanização agrícola)	*	44 horas semanais
4	Operador de Rogadeira Costal	*	44 horas semanais
5	Auxiliares de Jardinagem	9922-25	44 horas semanais
6	Operador de Motosserra	6321-20	44 horas semanais
8	Motoristas de veículos de cargas em geral	7825-10	44 horas semanais
9	Engenheiro agrônomo (responsável técnico)	2221-10	44 horas semanais

- 3.2.4. Sugestão de Equipe mínima a ser fornecida pela CONTRATADA para a execução dos serviços:

- 3.2.5. A contratada deve respeitar a previsão contida na Convenção Coletiva da Categoria (SINDSERVICOS/2019), cláusula vigésima nona, que trata do incentivo à continuidade. Apresentamos as categorias previstas na contratação vigente, considerando a área de 520.000m², a saber:

Profissional			CBO/CT*
1	Encarregado de Jardinagem		*
2	Jardineiro	6220-10	
3	Operador de Microtrator	*	
4	Operador de Roçadeira Costal	*	
5	Auxiliares de Jardinagem	*	
6	Operador de Motosserra	6321-20	
7	Motoristas de veículos de cargas em geral	7825-10	
8	Engenheiro agrônomo (responsável técnico)	2221-10	

- 3.3. Os serviços objetos desta contratação é de natureza continuada, podendo, portanto, se estenderem por mais de um exercício financeiro, ininterruptamente. Logo, não podem sofrer descontinuidade na prestação do serviço, sob pena de causar prejuízo à Administração Pública.
- 3.4. Conforme o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, é dever da Administração Pública promover o desenvolvimento nacional sustentável, de modo a valorizar os custos efetivos que considerem condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia, além de reduzir os danos ao ambiente. Nas compras públicas, devem ser considerados aspectos como utilização de materiais renováveis, métodos de produção eficientes e de logística reversa, esse último termo implicando, inclusive, comprometimento de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes com o bem ao longo de toda a cadeia produtiva, sobretudo por sua destinação final. Além dessas observações, caberá ao licitante que vencer o pregão, no que couber:
1. Fornecer materiais/insusos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2.

2. Acondicionar os materiais/insusos em embalagens compostas se possível por materiais recicláveis.

3. Otimizar a utilização dos sacos de lixo que devem ser, de preferência, reutilizáveis, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos.

4. Realizar a correta separação, acondicionamento e descarte, seguindo normas de geradores de resíduos sólidos, para lixos orgânicos, recicláveis ou não recicláveis.

5. Observar a Resolução Conama nº 20, de 7 de dezembro de 1997, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruídos no seu funcionamento.

6. Utilizar, quando possível, adubos orgânicos.

7. Utilizar prioritariamente plantas adaptadas ao clima quente e seco de Brasília, exceto nos jardins tombados ou planejados, em que se tenha de manter o paisagismo original.

8. Não plantar espécies venenosas.

9. Adotar medidas, após autorização da PR, para realização da compostagem de todo os resíduos vegetais e orgânicos produzidos nas dependências, segundo um cronograma apresentado no início da prestação do serviço.

10. Quando implantada pelo Contratante as operações de compostagem/ fabricação de adubo orgânico, a Contratada deverá separar os resíduos orgânicos gerados e encaminhá-los para as referidas operações, de modo a evitar a sua disposição em aterro sanitário integralmente.

11. Utilizar de forma eficiente o sistema de irrigação das dependências da PR ou fazer a irrigação manualmente, sempre com o objetivo de economizar água.

12. Priorizar, quando disponível, o uso de água da chuva na irrigação dos canteiros e gramados ou água de reuso.

13. Respeitar as NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos.

14. Efetuar o recolhimento e a destinação final ambientalmente correta das embalagens utilizadas, principalmente nos produtos tóxicos ou abrasivos.

15. Realizar programa interno de treinamento de seus colaboradores, nos 3 (três) primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

16. Adotar boas práticas de otimização de recurso, de utilização de produtos não-poluíntes e de redução de desperdícios, tais como:

17. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluíntes;

18. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas-poluíntes;

19. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente a elétrica) e água;

20. Treinamento/capacitação periódicos dos colaboradores sobre boas práticas de redução de desperdícios/poliuição;

21. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de jardinagem; e,

22. Descarte, em conformidade com a legislação, de produtos agrícolas e suas embalagens.

3.5. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, mediante Termos Aditivos, de acordo com o art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

3.6. Na hipótese da contratada desenvolver técnica relevante na execução dos serviços ou de práticas de sustentabilidade na PR, sugere-se que, ao final da prestação dos serviços, transfira o conhecimento, a tecnologia e as técnicas empregadas para outra empresa contratada e para os gestores e fiscais do contrato, no prazo máximo de 20 (vinte) dias anteriores a nova contratação.

3.7. Há diversas empresas prestadoras de serviço de jardinagem aptas à prestação do serviço nos moldes apresentados nesse estudo, como corrobora análise do Painel de Pregos, quando da busca de potenciais fornecedores.

3.8. Em busca realizada no portal do Painel de Pregos, em 08/04/2019, para o serviço em questão, com os filtros foram localizados 220 processos de compra:
- | Filtros | | Jardinagem |
|-------------------------|--|---|
| Abrangência | | Nacional |
| Ano da Compra | | 2018/2019 |
| Código do Serviço | | 24325 |
| Descrição | | Prestação de serviços de jardinagem – outros serviços – outra produtividade |
| Unidade de Fornecimento | | M2 |
| Total de Processos | | 220 |
4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

4.1. A empresa deverá alocar nas dependências da Presidência da República, recursos humanos de seu quadro no quantitativo mínimo suficiente para a realização eficiente dos serviços, conforme proposta apresentada pela empresa.

4.2. O quantitativo máximo dos profissionais deverá ser apurado levando-se em consideração a produtividade mínima descrita abaixo, conforme Processo 00088.000242/2018-18 da contratação vigente.
- | FATOR DE PRODUTIVIDADE | | | | | | |
|------------------------|------|---------------|-----------|--------|----------|------------|
| Atividade | Área | Periodicidade | Índice de | Mão de | Fator KI | (2) Preço |
| | | | | | | (1 X 2) |
| | | | | | | Total |
| | | | | | | Quantidade |
- https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1298612&i... 3/9

	Total m²		produtividade	obra	(multiplicado pela área total)	homem-mês	Subtotal (R\$/m²)		de Mão Obra Produtividade
						(R\$)			
Limpeza Área Pavimentada	164109	Diária	22000	Auxiliar de Jardinagem	4,54545E-05	R\$ 4.502,54	R\$ 0,20	R\$ 33.586,68	7
Limpeza e Manutenção Gramados	644036	Diária	18000	Auxiliar de Jardinagem	5,56E-05	R\$ 4.502,54	R\$ 0,25	R\$ 161.099,82	36
Manutenção Canteiros	15104	Diária	1600	Auxiliar de Jardinagem	0,000625	R\$ 4.502,54	R\$ 2,81	R\$ 42.504,69	9
Corte e Manutenção de Cerca Vivas	6959	02 vezes ao mês	229	Auxiliar de Jardinagem	0,000370147	R\$ 4.502,54	R\$ 1,67	R\$ 13.507,61	3
Produção de Mudas Estufa	1426	Diária	400	Jardineiro	0,0025	R\$ 5.738,19	R\$ 14,35	R\$ 20.456,65	3,57
Manutenção de Hortas	1947	Diária	400	Jardineiro	0,0025	R\$ 5.738,19	R\$ 14,35	R\$ 27.930,64	5
Substituição dos Canteiros	15104,26	04 vezes ao ano	38	Jardineiro	0,000371771	R\$ 5.738,19	R\$ 2,13	R\$ 34.429,14	6
Corte de Grama	212.530	semanal	229	Operador de Roçadeira	3,53182E-05	R\$ 4.589,49	R\$ 0,16	R\$ 18.357,96	4
TOTAL									74

- 4.3. Não será aceito quantitativo de mão de obra superior ao estabelecido com base nas produtividades mínimas acima discriminadas.
- 4.4. Tendo que vista que os serviços serão prestados em diferentes dependências da Presidência da República e considerando as peculiaridades do órgão, optou-se em contratar os serviços de Encarregado de Jardinagem, Operador de Micro Trator, Operador de Motosserra, Engenheiro Agrônomo e Motorista por posto de serviço, conforme demonstrativo a seguir:

CATEGORIA		EFETIVO
ENCARREGADO DE JARDINAGEM		4
OPERADOR DE MICRO TRATOR		3
OPERADOR DE MOTOSSERRA*		1
ENGENHEIRO AGRÔNOMO		1
MOTORISTA		1

*O operador de Motosserra não consta da CCT (2017), Assaio, Conservação, Trabalho Temporário, Prestação de Serviços e Serviços Terceirizáveis do Distrito Federal (SINDISERVIÇOS) e o Sindicato das Empresas de Assaio, Conservação, Trabalhos Temporário e Serviços Terceirizáveis (SEAC), portanto, o salário e os demais benefícios serão equiparados aos de Operador de Roçadeira Costal.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR
- 5.1. A contratação pretendida para jardinagem está nos moldes do que já existe na PR, mas com algumas melhorias para aprimoramento da gestão e das atividades.
- 5.2. Os objetos que se pretendem contratar não possuem grandes inovações no mercado.
- 5.3. Há diversas marcas de produtos, insumos, equipamentos lançados no mercado, portanto, os contratados deverão se utilizar daqueles que possuam autorização dos órgãos competentes.
- 5.4. Não vislumbramos a necessidade de realização de audiência pública para coleta de contribuições.
6. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS:
- 6.1. Os valores previstos para a execução do serviço de jardinagem pautam-se pela produtividade estimada por tipo de área e compreendem a somatória dos custos aferidos de cada uma das categorias profissionais envolvidas, as ferramentas, os equipamentos, os EPI e EPC, os uniformes e ainda dos benefícios e despesas indiretos (BDI).
- 6.2. O valor da pesquisa de preços, além de se prestar à reserva de recursos necessários para fazer frente à despesa da contratação, servirá para subsidiar o pregoeiro quanto à aceitabilidade dos preços ofertados, com especial relevância no que diz respeito aos encargos trabalhistas e previdenciários que devem ser arcados pela contratada. Propostas que não contemplem discriminadamente esses itens e/ou que não observem os valores definidos em convenção coletiva da categoria não devem ser aceitas, sob pena de acarretar responsabilidade solidária à Administração Pública em ações trabalhistas impetradas por colaboradores da empresa contratada.
- 6.3. Os valores relativos aos salários e benefícios trabalhistas resultam de convenção coletiva das categorias de profissionais envolvidas nesse serviço e tem como data base o mês de janeiro de cada ano.
- 6.4. A pesquisa de preços será realizada em conformidade com o prescrito na Instrução Normativa n. 03, de 20 de abril de 2017, do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Contudo, haverá necessidade de complementá-la junto ao mercado fornecedor.
- 6.5.
7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
- 7.1. A contratada deverá prover de profissionais com experiência comprovada para a execução dos serviços, na quantidade e periodicidade adequada, sendo que os resultados serão aferidos, conforme as regras postas acima, para que haja o integral pagamento pela prestação de serviços.

7.2. Entende-se por manutenção, limpeza, conservação e revitalização as atividades cotidianas e periódicas, além de serviços realizados por demandas, mensuráveis por resultados alcançados, para permanência das áreas verdes ou com vegetação e das áreas pavimentadas externas

7.3. Os serviços serão prestados pelos colaboradores da contratada, de acordo com escalas de trabalho definidas, com anuência do gestor do contrato.

7.4. O encargado da contratada deverá apresentar ao gestor do contrato, mensalmente, em meio digital e/ou por escrito, a critério do gestor do contrato, Plano de Trabalho Mensal dos serviços que serão prestados em cada dependência da PR.

7.5. A prescrição de tratamentos para as plantas ou gramados, a prescrição de produtos para combate de pragas ou qualquer outra demanda, deverá ser apresentada, por escrito, ao gestor ou ao fiscal do contrato, por meio do Responsável Técnico.

7.6. As tarefas relacionadas nos requisitos da contratação deverão estar integradas em rotina programada que inclua atividades diárias, semanais, quinzenais, mensais, trimestrais, sazonais, semestrais e anuais, devendo a contratada estabelecer cronograma das dependências que serão objeto do contrato, em comum acordo com a Contratante.

7.7. Os serviços serão contratados com base na área física a ser jardínada, conservada ou mantida, estabelecendo-se uma estimativa do custo por metro quadrado (m²), observada a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

7.8. Observa-se que existem períodos em que a frequência de corte de algumas áreas pode ser reduzida e em outros a frequência deve ser intensificada, uma vez que a necessidade de manutenção de áreas verdes comporta-se de forma sazonal e não linear.

7.9. São atividades que serão desenvolvidas nas periodicidades e produtividade abaixo indicadas:

7.9.1. Detalhamento operacional das tarefas dos serviços que predominam:

a) LIMPEZA DA ÁREA EXTERNA PAVIMENTADA (CALÇADA, ASFALTO, ESTACIONAMENTO, VIVEIROS DE ANIMAIS E COMPLEXO RECREATIVO E ESPORTIVO):

1. A contratada deverá manter a limpeza de todas as áreas destinadas a calçadas, asfalto e estacionamento que sejam externas (contíguas às edificações).
2. Nas áreas asfaltadas estão incluídos todos os passeios, calçadas, alamedas, arruamentos, estacionamentos externos e circunscritos às dependências da contratante.
3. A contratada deverá manter a limpeza do complexo recreativo e esportivo e a limpeza dos viveiros de plantas e de animais.
4. Sempre que possível, será permitida a lavagem do complexo recreativo e dos viveiros com água, preferencialmente, de reuso ou de outra fonte (exemplo, água da chuva).
5. A empresa deverá priorizar máquinas que automatizem o serviço, como por exemplo, soprador costal a gasolina
6. A empresa deverá apresentar cronograma regular de atividades ao gestor/fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:

• **Diária**

1. Retirada de vegetação que nascer entre bloquetes, calçadas, asfalto e estacionamento;
2. Retilamento (acabamento para manter o traçado) próximo às calçadas, caminhos, áreas asfaltadas e estacionamento.
3. Limpeza em geral de todas as áreas pavimentadas, com a retirada de folhas, flores, galhos, ervas das capinações, copos plásticos, guimbas de cigarro, latas, sacolas plásticas, entulhos, restos de obra relacionados aos serviços de jardinagem, detritos animais, papéis, entre outros.

• **Mensal**

1. O responsável técnico avaliará a necessidade de aplicação de herbicida para manter as áreas asfaltadas sem vegetação de qualquer espécie, reportando ao gestor e/ou fiscal do contrato, para análise e providência da ordem de compra dos insumos necessários.

b) CORTE DE GRAMA COM LIMPEZA DA ÁREA VERDE:

1. A espécie de grama é, em grande maioria, batatais e esmeralda, contudo, outro tipo de grama poderá ser solicitado.
2. As áreas dos pomares (área verde com plantação de árvores frutíferas) estão incluídas no total das áreas verdes. Eventualmente poderá ser solicitada a colheita de frutos
3. A empresa apresentará cronograma de atividades regulares ao gestor ou fiscal do contrato que conterá, minimamente, as seguintes atividades:

• **Diária**

1. Irrigação, manual ou automática, em especial na época da seca;
2. Recolhimento de eventuais sujidades no gramado, por meio de varrição, capinação, roçada, rasteiragem e remoção de restos vegetais ou não nas áreas verdes.

• **Semanal**

1. Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;

• **Quinzenal ou Mensal**

1. Demarcação do terreno para evitar danos aos sistemas de irrigação, elétrico e hidráulico, que deverá ser retirado após a execução do serviço;
2. Manutenção geral do gramado com controle de ervas daninha e poda;
3. Rasteiragem e remoção dos restos vegetais resultantes do corte;
4. Limpeza geral: limpeza de toda a área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;
5. Controle de espécies invasoras ou de pragas;
6. Coleta e remoção de lixo;
7. Retilamento para manutenção do traçado;
8. Desinçamento dos gramados.

• **Trimestral**

1. Correção do solo, quantificação de carências e excessos que o solo apresente por meio da análise da acidez do solo e deficiências de macro e micronutrientes para aplicação adequada e racional dos insumos agrícolas.

2. O responsável técnico avaliará as medidas para controle de pragas e doenças, em caso de ataque e/ou infestação; a necessidade de replantio de grama; de adubação e de aplicação de produtos químicos e o que mais se fizer necessário, reportando ao gestor e/ou fiscal do contrato, para autorização da ordem de compra.
3. A adubação das áreas de grande extensão deverá ser feita com o uso de equipamento adequado, garantindo o espalhamento uniforme e quantitativamente correto dos adubos.

c) MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS

1. A empresa deverá apresentar o cronograma regular de atividades ao gestor ou fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:

- **Diária**

1. Limpeza em geral de toda área, com varredura e retirada de folhas, flores e galhos secos, de ervas daninhas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;
2. Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos ou de plantas mortas;
3. Irrigação, preferencialmente, manual, de acordo com cada espécie vegetal plantada.

- **Semanal**

1. Afloamento ou descompactação do solo;
2. Refilamento para manter o traçado, mantendo as dimensões e as formas originais dos canteiros.

- **Quinzenal**

1. Capinação;
2. Controle de crescimento das plantas de uma área sobre a outra, evitando-se a descaracterização do canteiro.

- **Mensal**

1. Condução de trepadeira para orientar o crescimento da espécie;

- **Semestral**

1. Aplicação de produtos químicos, com a devida proteção ambiental, dos empregados e das pessoas que circulam nas dependências.
2. Análise química do solo.
3. Plantas invasoras deverão ser erradicadas, quando observado seu surgimento.
4. O responsável técnico avaliará as medidas para controle fitossanitário das áreas ajardinadas; controle de pragas e doenças, em caso de ataque e/ou infestação; de replantio de grama, de mudas, de árvores, de sementes e de plantas; de adubação e do que mais se fizer necessário, reportando ao gestor e/ou fiscal do contrato, para realização de ordem de compra ou providências próprias.
5. O responsável técnico deverá realizar, semestralmente ou em data inferior quando for avaliada a necessidade, análise química do solo e propor, se for o caso, aplicação de produtos e correção do solo.
6. Os canteiros deverão ser adubados na periodicidade indicada a cada espécie ou em cada situação específica, de modo a permitir o desenvolvimento sadio da área a ser tratada, de acordo com a análise técnica realizada pelo responsável técnico.
7. O replantio de mudas ou de plantas ocorrerá de três ou quatro vezes ao ano, a depender da espécie da planta, com exceção dos canteiros perenes que poderá ser em maior tempo se houver necessidade.

d) FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO VASOS DECORATIVOS

1. A empresa deverá apresentar o cronograma regular de atividades ao gestor ou fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:

- **Diária**

1. Irrigação, de acordo com a espécie, nos vasos formados;
2. Aplicação de óleo mineral, se necessário, nas plantas bem como aplicação de inseticida natural sem odor para a eliminação do pulgão e cochonilha nas plantas ornamentais.
3. A CONTRATADA será responsável pelo tratamento das plantas nos vasos decorativos e de flores internas e externas (poda de limpeza, afloamento do solo, adubação, entre outras atividades que se fizerem necessárias).
4. Os vasos existentes serão pintados, conservados, restaurados e impermeabilizados pela CONTRATADA.
5. A CONTRATADA será responsável pela confecção de novos vasos de plantas, com preparação do vaso para recebimento da planta (ex. argila expandida ou brita ou qualquer outro material; manta de drenagem; terra vegetal; adubo), com impermeabilização.
6. Os pratos deverão ser fornecidos na cor do vaso.
7. As plantas serão fornecidas pela Presidência da República e, eventualmente, poderão ser adquiridas pela CONTRATADA. Na hipótese da CONTRATADA fornecer mudas, a origem deverá ser comprovada.
8. A CONTRATADA deverá manter atualizado o registro de quantitativo de vasos em uso (já formados) e os que forem sendo criados e distribuídos na vigência do contrato. Deverão constar do registro, minimamente, o nome da espécie, o local em que o vaso foi destinado, o tipo de vaso e a frequência/periodicidade de regagem da espécie.

e) MANUTENÇÃO DO VIVEIRO DE PLANTAS:

1. A empresa deverá apresentar o cronograma regular de atividades ao gestor ou fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:

- **Diária**

1. Produção de mudas (cultivo e expansão);
2. Manutenção das mudas existentes;
3. Plantio propagativo – reprodução de mudas através de estacas, rizomas ou mudinhas. Compreende: recolhimento in loco da muda a ser propagada; transporte da muda para o local da propagação; plantio seguindo as recomendações técnicas; rega abundante; monitoramento do desempenho do crescimento; replantio das perdas;
4. Preparação de mudas em sacos e embalagens para plantio ou sementeiros – Compreende: preparação da terra adubada contendo somente adubos orgânicos; penetrimento da terra; substratos e adubos; enchimento dos sacos ou embalagens para plantas com a terra adubada; plantio de sementes ou estacas; preparação do substrato do plantio; enchimento das sementeiros e colocação de sementes para

- germinação; acondicionamento de sementes em local apropriado; coleta de sementes de matrizes indicadas nas dependências da Presidência da República ou em locais estipulados pela fiscalização;
5. Executar e manter sementeiros das principais espécies vegetais da horta;
 6. Realizar o controle de entrada, replicação e saídas de plantas, mudas, vasos e insumos, alimentando eventual sistema de almoxarifado da Presidência da República;
 7. Manutenção da limpeza do local;
 8. O responsável técnico avaliará, em suas visitas, a necessidade de aplicação de adubos e de agrotóxicos/venenos específicos, reportando ao gestor e/ou fiscal do contrato, para realização de ordem de compra;
 9. O viveiro de plantas da PR é utilizado para reprodução de plantas, preparo de terra e adubos, composição de vasos, entre outras atividades;
 10. O acesso da estufa é restrito aos empregados da CONTRATADA. O acesso de pessoas estranhas ao contrato deverá ser comunicado, autorizado e acompanhado pela gestão/fiscalização do contrato.
 11. No viveiro não devem ingressar ou sair plantas ou materiais de consumo, insumos, ferramentas, equipamentos/máquinas, sem que a PR seja comunicada e autorize com antecedência.
 12. As plantas devem ser organizadas, permitindo a iluminação, circulação de ar e o trânsito das pessoas.
 13. No viveiro de plantas não devem ingressar espécies sem que sejam tratadas previamente para evitar infestações, sem novas ou enviveiradas de canteiros.
 14. As plantas deverão ser observadas para evitar marcas de ataques ou de doenças.
 15. O ferramental utilizado em plantas doentes deve ser pintado de vermelho e mantido para uso exclusivo, devendo ser desinfetada após o uso.

f) MANUTENÇÃO DE HORTAS:

1. A empresa deverá apresentar o cronograma regular de atividades ao gestor ou fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:
- **Diária**
1. Manutenção das hortas: deverão ser conservadas de acordo com as recomendações para o cultivo orgânico, com limpeza de toda a área, varredura e retirada de folhas e de ervas daninhas arrancadas nas capinações, irrigação com água preferencialmente de reuso; e colheita e repasse à cozinha da dependência.
 2. O responsável técnico avaliará a necessidade de aplicação de adubos e de agrotóxicos/venenos específicos, reportando ao gestor e/ou fiscal do contrato, para realização de ordem de compra.

g) MANUTENÇÃO DE CERCAS VIVAS:

1. A empresa deverá apresentar o cronograma regular de atividades ao gestor ou fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:
- **Mensal**
1. Poda de limitação de crescimento dos arbustos;
 2. Poda de limpeza;
 3. Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
 4. Rastelagem e remoção dos restos vegetais.
 5. A CONTRATADA deverá manter o alinhamento original das cercas vivas.
 6. O responsável técnico avaliará a necessidade de aplicação de adubos e de agrotóxicos/venenos específicos, reportando ao gestor e/ou fiscal do contrato, para realização de ordem de compra.

h) MANUTENÇÃO DE ARBUSTOS, ÁRVORES E TOPARIAS:

1. A empresa deverá apresentar o cronograma regular de atividades ao gestor ou fiscal do contrato que deverá conter, minimamente, as seguintes atividades:
- **Diária**
1. Coleta e remoção do lixo gerado pela queda de folhas e galhos;
 2. Corte e recolhimento/limpeza de galhos condenados ou caídos;
- **Mensal**
1. Poda de limitação de crescimento dos arbustos;
 2. Poda de limpeza ou de formação.

- **Semestral**

1. Controle fitossanitário: programação e execução permanente de prevenção, combate e/ou controle a pragas e doenças específicas a cada espécie vegetal;
2. Os empregados da CONTRATADA deverão retirar galhos e folhas secas ou prejudiciais promovendo a limpeza periodicamente.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIO PARA A INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

- 8.1. O parcelamento da solução torna-se inviável para o serviço em tela. Não é possível que uma empresa preste os serviços de jardinagem em alguns postos e em outros não, ou ainda, que outra forneça os materiais e equipamentos, por se tratar de serviços complementares que exigem atuação conjunta. Desse modo, caberá a apenas uma empresa a administração da mão de obra e fornecimento dos equipamentos, materiais de consumo e utensílios necessários à execução dos serviços.

- 8.2. Considerando-se o disposto no inciso "b" do item 3.8 do Anexo III da IN SEGES/MPDG nº 5/2017 e no art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e ainda levando-se em conta a natureza similar dos postos de serviço ora demandados, a adjudicação por item comprometeria a qualidade e efetividade dos resultados almejados pela Presidência. Portanto, para a pretensa contratação, haverá o agrupamento dos itens. Ainda, os serviços possuem interdependência, fator que será melhor administrado mediante único contrato.

- 8.3. Tal agrupamento se justifica com vistas a:

- Reduzir a possibilidade de ocorrência de perda de economia de escala;
- Viabilizar melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitando o desperdício de recursos;
- Fomentar a competitividade; e,

- Minimizar os riscos de eventuais prejuízos à Administração e/ou de comprometimento da qualidade dos serviços.

9. **DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMIA E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

9.1. São benefícios que se esperam da presente contratação:

- a) Promover a continuidade da prestação dos serviços de jardinagem;
- b) Manutenção e preservação das instalações de forma apropriada de todas as áreas externas (área verde e com vegetação e área pavimentada).
- c) Bem estar dos servidores, das autoridades e visitantes, garantindo a missão institucional da PR.
- d) Resguardar a salubridade e a higiene.
- e) Os materiais de consumo e equipamentos a serem utilizados nos serviços deverão ser fornecidos diretamente pela empresa contratada, fazendo parte da composição dos custos, o que resultará numa melhor aplicação dos recursos financeiros empregados, uma vez que a contratada será a maior interessada em racionalizar tais recursos, cuja economia espera-se ser repassada à PR.
- f) A contratação resultar-se-á benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos, tais como aquisições e guarda de materiais, contratação, treinamento e administração de mão de obra.
- g) Os padrões definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão à PR a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.
- 9.2. Será adotado, durante toda vigência do contrato, "Instrumento de Medição de Resultados - IMR" ou instrumento equivalente, contemplando os indicadores e metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do Contrato, visando à qualidade da prestação do serviço e respectiva adequação do pagamento.

9.2.1. O instrumento de avaliação adotado deverá constar anexo ao Termo de Referência.

10. **PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO**

10.1. Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta tipologia de serviços. Contudo, faz-se necessário a capacitação de servidores, em especial os que lidarão com a gestão e fiscalização do contrato, além de propiciar o conhecimento necessário a estes para que consigam realizar o mapeamento dos riscos durante a gestão do contrato e quando de cada renovação.

11. **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

11.1. Não há contratações interdependentes, que precisem ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

11.2. Contratações correlatas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal:

- a) **Processo 00088.002052/2014-10** - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de asseio, conservação, serviços gerais, almoxarifados e carregadores nas dependências da Presidência da República e de seus Órgãos Essenciais, com fornecimento de mão-de-obra, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.
- b) **Processo 00088.001578/2018-06** - Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Manutenção e Limpeza de Piscinas, Espelhos d'Água e Lago.

12. **DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

12.1. Diante do exposto, declara-se a viabilidade da contratação.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO			
	JOHN CARLOS BENÍCIO GOMES		
	ERLANDIO LEITE PAULINO	CLÁUDIO JOSE DA SILVA	EDMILSON FERREIRA DE ARAUJO



Documento assinado eletronicamente por **John Carlos Benício Gomes, Assistente Técnico(a)**, em 07/06/2019, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio José da Silva, Assistente Técnico(a)**, em 07/06/2019, às 20:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erlândio Leite Paulino, Coordenador(a)**, em 07/06/2019, às 20:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edmilson Ferreira de Araújo, Gestor de Contrato**, em 10/06/2019, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **1136951** e o código CRC **275C6B81** no site: https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento_acesso_externo=0



Referência: Processo nº 00038.000655/2019-83

SEI nº 1136951